

um novo ciclo
de crescimento

Tractebel Energia
SUEZ

missão

Gerar energia para a **vida.**

visão

Ser, de modo **sustentável**,
a **melhor** empresa de energia do Brasil.

valores

Profissionalismo
Todo trabalho deve ser realizado dentro das melhores técnicas para prestar aos clientes um serviço de qualidade. Na Tractebel Energia, o profissionalismo é uma exigência de competências, habilidades, rigor, paixão por uma profissão, e de um trabalho bem realizado comprometido com a Companhia.

Cooperação
Atuamos com mais eficácia se nos associamos a outros em nossa evolução. Para a Tractebel Energia, a cooperação é uma filosofia e uma linha de conduta, e representa um compromisso a longo prazo. É a lealdade e o cumprimento das promessas e, igualmente, a transparência e a confiança em todos os parceiros da Companhia.

Espírito de Equipe
O espírito de equipe é antes de tudo ajuda mútua. É o intercâmbio de experiência e o compartilhamento de conhecimentos. É a capacidade de mudar e de se adaptar às mudanças, de se abrir aos outros e de ser multicultural. Espírito de equipe é também ter imaginação, é privilegiar o coletivo frente a interesses individuais. É uma filosofia de gestão na qual todos saem ganhando.

Criação de Valor
É nossa obrigação buscar a criação de valor para incrementar a rentabilidade e a solidez financeira da Companhia, garantindo sua autonomia e perenidade. Criar mais valor é uma luta de todo instante, e a rentabilidade deve ser parte integral de nossa cultura.

Respeito ao Meio Ambiente
A Tractebel Energia deve contribuir para melhorar de forma sustentada a qualidade de vida, preservando o nosso meio ambiente. O respeito pelo meio ambiente está no centro de nossa estratégia e de nossa filosofia.

Ética
A ética é um valor que permeia todos os outros cinco valores e lhes dá vida. Deve guiar nosso comportamento diário e assim constituir-se como uma garantia de êxito e de perenidade da Tractebel Energia e do grupo do qual faz parte. É um compromisso assumido com nossos clientes, acionistas e sobretudo diante de nós mesmos. O Código de Ética da Companhia é a expressão natural destes valores.

TBLE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial

GC GRI REPORT GRI CHECKED

>> destaques operacionais, financeiros e sócio-ambientais

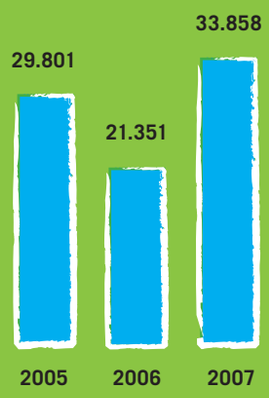
	2005[1]	2006[1]	2007	07/06 (%)
INDICADORES ECONÔMICOS (R$ MILHÕES)				
Receita Operacional Bruta	2.593	3.061	3.365	12,0
Receita Operacional Líquida	2.288	2.706	3.043	12,5
EBITDA[2]	1.451	1.595	1.857	16,4
Margem EBITDA	63,4%	59,0%	61,0%	+2,0 p.p.
Resultado de Serviço – EBIT	1.243	1.387	1.628	17,4
Resultado Financeiro	(136)	(156)	(135)	-13,5
Lucro Líquido	920	979	1.046	6,8
INDICADORES FINANCEIROS (R$ MILHÕES)				
Ativo Total	5.652	5.539	6.598	19,1
Patrimônio Líquido	2.686	2.765	2.817	18,9
Investimentos	44	69	730	958,0
Dívida Líquida Ajustada	1.244	1.025	1.019	-0,6%
DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO				
Valor Adicionado Bruto (R$ milhões)	1.991	2.159	2.442	13,1
Valor Adicionado Líquido Gerado (R$ milhões)	1.782	1.950	2.213	13,5
Valor Adicionado a Distribuir (R$ milhões)	1.915	2.052	2.307	12,4
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (R$ MILHÕES)				
Remuneração de Trabalho	111	117	132	12,8
Remuneração do Capital de Terceiros	270	228	181	-20,6
Remuneração do Governo	614	727	946	30,1
Remuneração do Capital Próprio	920	979	1.046	6,8
AÇÕES				
Nº de Ações (mil)	652.742	652.742	652.742	0
Lucro Líquido por Ação (R$)	1,4096	1,5001	1,6019	6,8
Preço Médio da Ação – ON (R$)	10,09	16,53	20,32	22,9
Distribuição de Dividendos (R$ milhões)	874	930	993	6,8%
MERCADO				
Vendas de Energia (GWh)	29.823	32.836	32.800	-0,1
Vendas de Energia (MW médios)	3.404	3.748	3.744	-0,1
CORPO FUNCIONAL				
Empregados (nº)	893	905	917	1,2

Nota:

1) Considerando reclassificação contábil.
2) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + resultado não operacional + contribuição social e imposto de renda + depreciação e amortização + amortização do ágio em controladas.

A capa deste relatório foi inspirada na campanha "Vamos fazer um mundo melhor". A peça publicitária faz parte de uma série de campanhas institucionais que evidencia o compromisso da Tractebel com a sustentabilidade.

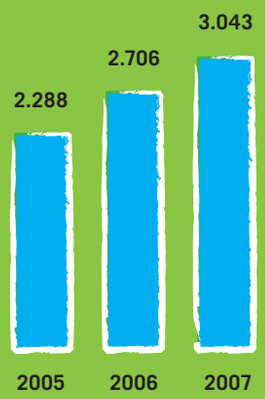
Produção de Energia (GWh)



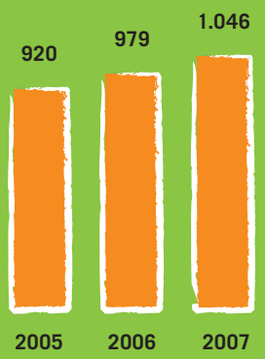
Vendas de Energia (GWh)



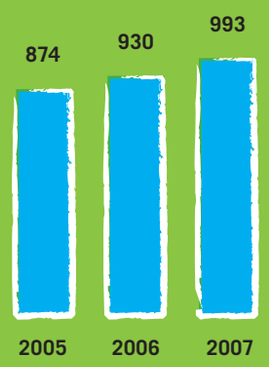
Receita Operacional Líquida (R$ milhões)



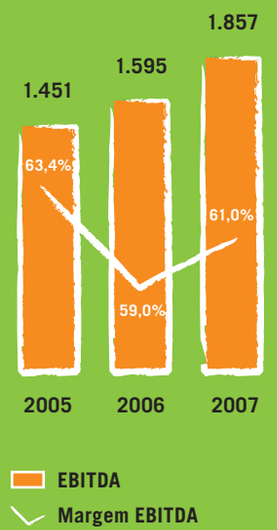
Lucro Líquido (R$ milhões)



Distribuição de Dividendos (R$ milhões)



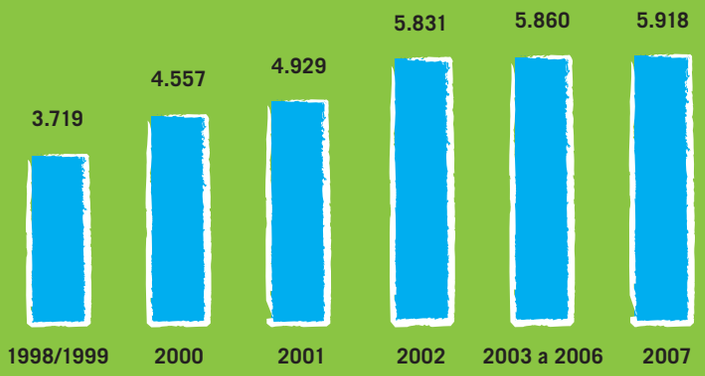
EBITDA e Margem EBITDA (R$ milhões e %)



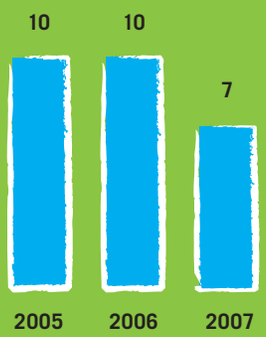
R$ 1.046 milhões

foi o lucro líquido da Tractebel em 2007. O valor recorde é 6,8% maior que o ano anterior

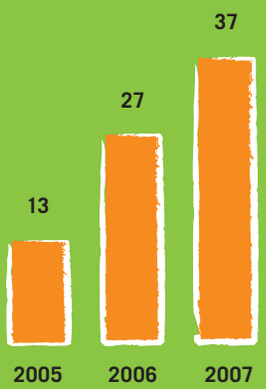
Evolução da Capacidade Própria de Fornecimento (MW)



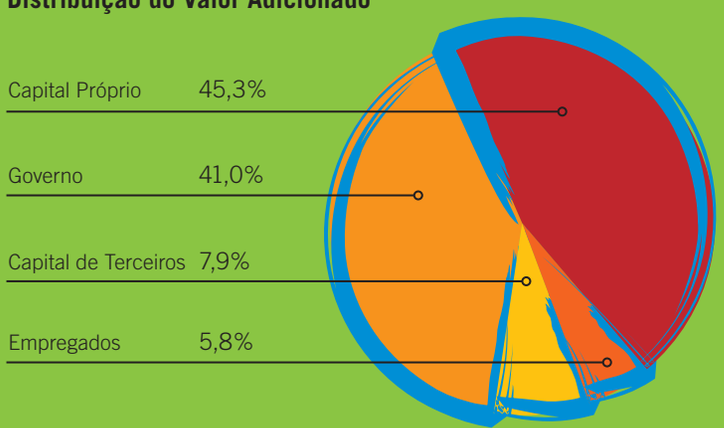
Investimentos em Projetos Sociais (R$ milhões)



Investimentos em Meio Ambiente (R$ milhões)



Distribuição do Valor Adicionado



parâmetros do relatório

CONTEÚDO

Este relatório apresenta o resultado das operações da Tractebel Energia S.A. (Tractebel) nos planos econômico, social e ambiental. É o primeiro relatório da Companhia elaborado a partir das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), padrão mundial em relatórios de sustentabilidade, cuja metodologia permite que sejam comparados os desempenhos das organizações em todos os seus aspectos, enriquecendo as análises decorrentes.

Esta iniciativa atende aos anseios de controlador da Tractebel, o Grupo SUEZ, e decorre do entendimento que a sustentabilidade é uma obrigação. É uma prestação de contas à sociedade de forma clara e transparente, possibilitando uma avaliação fiel do grau de adesão da Companhia aos preceitos do desenvolvimento sustentável.

Os indicadores da GRI são apresentados ao final desta publicação, de acordo com suas dimensões: econômica (EC), ambiental (EN), social (SO), trabalhista (LA), direitos humanos (HR) e responsabilidade pelo produto (PR).

Parte destas informações já era monitorada pela Companhia, outra passou a ser a partir deste relatório, e outra ainda o será quando do estabelecimento, pela GRI, de índices específicos para o setor elétrico.

Para a confecção deste relatório foram disponibilizadas informações que situam a Tractebel como nível C de aplicação da estrutura estabelecida pela GRI, menor nível de exigência dos três previstos no modelo: A, B e C.

Os critérios estão descritos abaixo. O símbolo "+" indica que o relatório foi submetido à verificação externa.

Conteúdo do Relatório / Relatório/Níveis de Aplicação	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da G3 — RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4 , 4.14 a 4.15.	Com Verificação Externa	Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.	Com Verificação Externa	O mesmo exigido para o nível B	Com Verificação Externa
Informações sobre a Forma de Gestão da G3 — RESULTADO	Não exigido		Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador		Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	
Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial — RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

* Suplemento Setorial em sua versão final.

Espera-se com este relatório a obtenção de um incremento de interatividade com os públicos que se relacionam com a Companhia - em especial os contemplados neste relatório: empregados, clientes, fornecedores, investidores, órgãos governamentais e comunidade –, e com isso manter equilibrados os diversos interesses decorrentes.

Ele foi publicado em português e inglês, e presta contas do exercício de 2007, tendo periodicidade anual com divulgação posterior ao Relatório da Administração.

Críticas e sugestões podem ser encaminhadas por meio dos endereços disponibilizados ao final deste relatório, ou através da carta-resposta anexada. Podem ser utilizados ainda os canais disponíveis aos empregados, clientes, fornecedores, investidores e comunidades das áreas de influência da Companhia.

LIMITE

Os dados fornecidos neste relatório abrangem a Tractebel e suas controladas: Lages Bioenergética Ltda., Companhia Energética Meridional (CEM), Companhia Energética São Salvador (CESS) e Tractebel Energia Comercializadora Ltda.

Também abrangem a participação da Companhia de 70,0% na Usina Hidrelétrica Itá e de 19,3% da Usina Hidrelétrica Machadinho.

		2002 "de acordo com"	C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório	Auto declarado		✓	Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
Opcional	Examinado por Terceiros							
Opcional	Examinado pela GRI		GRI REPORT GRI CHECKED					

índice

01. mensagem da administração *p.10*

02. sobre a tractebel *p.14*

- o negócio *p.15*
- as usinas *p.16*
- controle acionário e perfil das controladas *p.23*
- sobre a suez *p.24*
- estratégias e vantagens competitivas *p.26*

03. contexto e resultados *p.28*

- ambiente macroeconômico *p.29*
- setor de energia elétrica no brasil *p.30*
- desempenho operacional e financeiro *p.34*
- mercado de capitais *p.42*
- reconhecimentos e premiações *p.45*

04. governança corporativa *p.46*

05. gestão de riscos *p.54*

06. ativos intangíveis ***p.58***

07. gestão ambiental ***p.62***

08. relacionamento com públicos de interesse ***p.76***

empregados ***p.77***

comunidade ***p.84***

clientes ***p.88***

fornecedores ***p.89***

governo ***p.90***

investidores ***p.91***

09. balanço social consolidado ***p.92***

10. índice remissivo - GRI ***p.93***

11. informações corporativas ***p.98***

12. demonstrações contábeis ***p.101***

01. mensagem da administração

2007 marcou o início de um novo ciclo de crescimento



O ano de 2007 foi de conquistas para a Tractebel Energia. Registramos o maior faturamento de nossa história, a maior produção de energia em nossas usinas e o maior lucro líquido até esta data.

Marcou também o início de um novo ciclo de crescimento, com elevados investimentos na expansão do parque gerador da Companhia, destacando-se três aquisições: a Companhia Energética São Salvador, que está construindo a Usina Hidrelétrica São Salvador, em Tocantins, com capacidade instalada de 243 MW; a hidrelétrica Ponte de Pedra – na divisa dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já em operação, e capacidade instalada de 176 MW; e o projeto termelétrico Seival, no Rio Grande do Sul, que poderá atingir 540 MW de capacidade instalada, a partir de carvão mineral e com utilização de moderna tecnologia de controle e tratamento de resíduos.

Sólido e sustentável, este novo ciclo de crescimento tem como base os bons resultados da Companhia, um fluxo de caixa vigoroso, e o firme apoio que temos recebido de nosso controlador, o Grupo SUEZ.

Para 2008 as perspectivas continuam positivas e acreditamos na existência de outras oportunidades, em um ambiente convidativo para novos investimentos. Está em adiantado estado de negociação a aquisição da participação que a SUEZ possui na Usina Hidrelétrica Estreito, de 1.087 MW de capacidade instalada, em construção no Rio Tocantins, e um dos maiores projetos de geração de energia em andamento no Brasil.

Buscamos também novas oportunidades de geração de energia a partir de outras fontes renováveis como a biomassa. Adquirimos experiência com nossa Unidade de Co-geração Lages, cujo combustível é o resíduo da indústria madeireira, e que nos permitiu, além de gerar calor para secagem de madeira e energia elétrica, negociar cerca de 220 mil toneladas equivalentes de CO_2 por ano, sob a forma de créditos de carbono, no mercado internacional.

Formalizamos nosso compromisso com a sustentabilidade em nossa visão e em nossa missão, e criamos um Comitê de Sustentabilidade

Também desenvolvemos conhecimento para a geração de calor e energia a partir de bagaço de cana-de-açúcar, através de projeto realizado com empresa produtora de açúcar e álcool, que não evoluiu em função de alteração de seu controle acionário. Outros projetos encontram-se em andamento, incluindo o aproveitamento da energia eólica e de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Estamos prontos para crescer - e crescer com sustentabilidade. E para fortalecer este compromisso oficializamos nossa visão de "Ser, de modo sustentável, a melhor empresa de energia do Brasil", e nossa missão de "Gerar energia para a vida". Com o objetivo de impulsionar estes conceitos e operacionalizá-los, criamos um Comitê de Sustentabilidade, formado por representantes de diversas áreas da Tractebel Energia.

Estes novos instrumentos adicionam-se aos valores de nosso Grupo, fortemente disseminados em toda a Companhia. A certificação operacional e ambiental das unidades de produção de energia, e a edição de uma nova versão de nosso Código de Ética reforçam nosso posicionamento de ser uma empresa comprometida com os preceitos do desenvolvimento sustentável.

Por fim, estas ações resultaram na publicação deste documento, nosso primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade de acordo com modelos internacionais. Por meio dele esperamos informar sobre o conjunto de ações da Companhia e sua relação com a sustentabilidade do negócio, da sociedade e do meio ambiente.

O ano de 2007 apresentou também excelentes resultados na conciliação dos legítimos interesses dos públicos que interagem com a Tractebel Energia. Além da criação de valor para os nossos acionistas, destacamos o elevado grau de segurança e saúde do trabalho nas operações da Companhia, os excelentes resultados que obtivemos em pesquisa de clima organizacional realizada com os empregados, a renovação de nossas certificações NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001, e a escolha da Tractebel Energia para integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa pelo terceiro ano consecutivo.

Queremos aumentar nossa participação no mercado e buscamos a satisfação dos acionistas, dos clientes, dos empregados, dos fornecedores e das comunidades onde estamos inseridos dentro dos preceitos éticos, com eficiência e comprometimento, com respeito às questões sociais e ambientais. Acreditamos que esta é a forma de fazer diferença e nos destacar como um parceiro confiável e de longo prazo para todos.

Agradecemos aos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o nosso crescimento empresarial dentro dos objetivos que temos estabelecido. Nada seria possível sem a dedicação de todos, que atuaram com profissionalismo, espírito de equipe, cooperação, criação de valor, respeito ao meio ambiente e ética, os valores de nosso Grupo.



1. Marco Antônio Amaral Sureck
2. Marc Verstraete
3. Manoel Arlindo Zaroni Torres
4. José Carlos Cauduro Minuzzo
5. Miroel Makiolke Wolowski
6. Luciano Flávio Andriani

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração



Unidade de
Co-geração Lages

02. sobre a Tractebel

A Tractebel é a maior geradora privada de energia elétrica do Brasil



O NEGÓCIO

A Tractebel é um produtor independente de energia e a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil. Em 2007, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)[1], as usinas operadas pela Companhia foram responsáveis por cerca de 8% da geração de eletricidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), que por sua vez representa a quase totalidade do Brasil.

A Tractebel tem sede em Florianópolis (SC), um escritório de vendas em São Paulo (SP), e um parque gerador composto por seis usinas hidrelétricas e sete usinas termelétricas.

Companhia de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a Tractebel é controlada (68,71%) pela SUEZ Energy South America Ltda., parte do grupo franco-belga SUEZ, um dos maiores do mundo em energia, água e gestão de resíduos.

Seus principais clientes são empresas distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica, além de grandes indústrias que podem comprar diretamente no mercado livre de energia, os chamados clientes livres.

1 Órgão que opera, supervisiona e controla a geração de energia elétrica no SIN, e administra a Rede Básica no Brasil. Tem como objetivo principal atender aos requisitos de carga, otimizar custos e garantir a confiabilidade do sistema, definindo ainda as condições de acesso à malha de transmissão em alta-tensão do país.

Lucro recorde de R$ 1.045,6 milhões em 2007

Receita operacional líquida: R$ 3.043,4 milhões

Patrimônio líquido de R$ 2.816,9 milhões

Dívida líquida de R$ 1.019,1 milhões

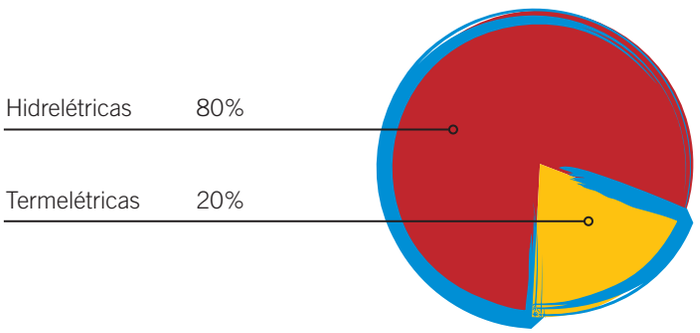
Ativo total de R$ 6.598,1 milhões

Número de empregados: 917

AS USINAS

A capacidade própria de fornecimento do parque gerador da Tractebel é 5.918 MW, dos quais 4.705 MW provenientes de geração hidrelétrica e 1.213 MW de geração termelétrica. Esses valores são compostos basicamente pela capacidade instalada da Tractebel, mas incluem os direitos comerciais adquiridos de sócios na hidrelétrica Itá. Consideram também a participação de 70,0% na Usina Hidrelétrica Itá, cuja capacidade instalada total é de 1.450 MW, e de 19,3% da Usina Hidrelétrica Machadinho, cuja capacidade instalada total é de 1.140 MW.

Capacidade Própria de Fornecimento



PARQUE GERADOR

Hidrelétricas	Capacidade Instalada da Tractebel (MW)	Capacidade Instalada Total (MW)
Salto Santiago	1.420	1.420
Itá	1.127*	1.450
Salto Osório	1.078	1.078
Cana Brava	450	450
Machadinho	404	1.140
Passo Fundo	226	226
Total	**4.705**	**5.764**

Termelétricas	Capacidade Instalada da Tractebel (MW)	Capacidade Instalada Total (MW)
Complexo Jorge Lacerda**	857	857
William Arjona	190	190
Charqueadas	72	72
Alegrete	66	66
Lages	28	28
Total	**1.213**	**1.213**

* Inclui direitos comerciais adquiridos de sócios.
** Compreende três usinas: A, B e C.

Em 2007, a Tractebel adquiriu três empreendimentos de geração: dois hidrelétricos e um termelétrico

Entretanto, considerando-se as parcelas detidas por outros investidores, a Companhia opera uma capacidade instalada de 6.977 MW, dos quais 5.764 MW de hidrelétricas. Todas as usinas possuem certificação pelas normas de qualidade NBR ISO 9001 (qualidade de processos) e NBR ISO 14001 (ambiental).

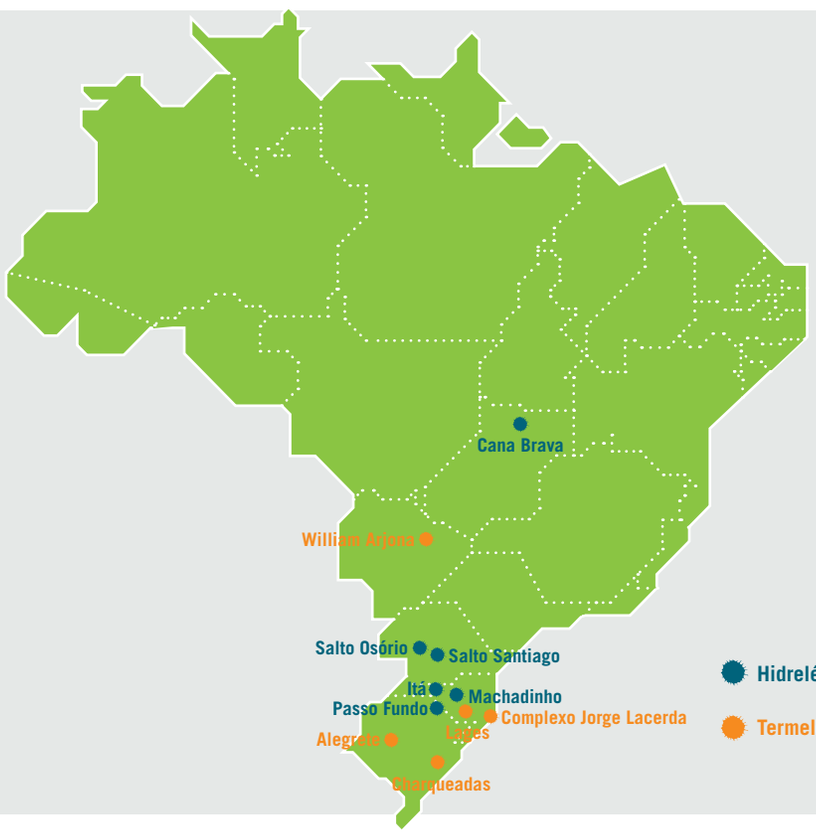
As usinas estão situadas nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

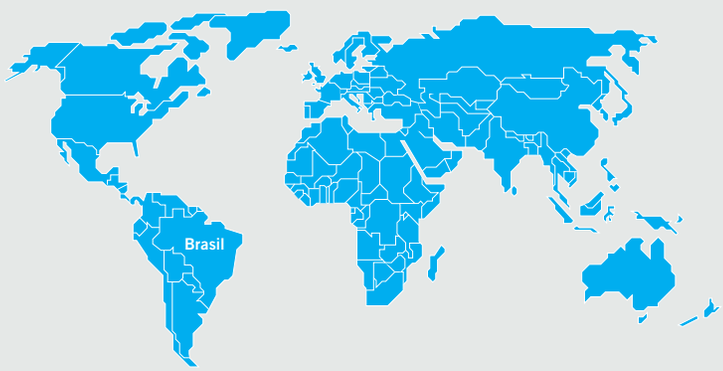
O Complexo Jorge Lacerda, com três usinas termelétricas, e a Usina Termelétrica Charqueadas geram energia a partir do carvão mineral. A Termelétrica William Arjona utiliza como combustível gás natural ou óleo diesel, a Termelétrica Alegrete utiliza óleo pesado e a Unidade de Co-geração Lages gera energia e vapor a partir da biomassa. Todas estas unidades operam dentro dos limites estabelecidos em normas técnicas e exigências legais. Suas emissões de gases são continuamente controladas e monitoradas.

Além das atuais 13 usinas em operação, a Companhia está construindo no Rio Tocantins, no Estado de Tocantins, a hidrelétrica São Salvador de 243 MW de capacidade instalada, com previsão de entrada em operação em 2009. A Tractebel adquiriu em 2007 o controle acionário da CESS, concessionária responsável pela construção e exploração da hidrelétrica.

Adicionalmente, em 2007, a Companhia adquiriu dois outros empreendimentos de geração: o projeto termelétrico Seival, situado no Rio Grande do Sul, que deverá entrar em operação em 2012; e a hidrelétrica Ponte de Pedra, entre os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já em operação, que agregará 176 MW à capacidade total da Companhia quando da aprovação da aquisição pelos órgãos competentes.

Para o exercício de 2008 está prevista a aquisição da participação de 40,07% do Grupo SUEZ no consórcio construtor da Usina Hidrelétrica Estreito, com capacidade instalada de 1.087 MW.





Capacidade instalada total
5.918 MW

Produção de eletricidade em 2007
33.858 GWh

HIDRELÉTRICAS

Cana Brava



Cana Brava foi o primeiro investimento em energia da SUEZ no Brasil. Construída no Rio Tocantins, entre os municípios de Cavalcante, Minaçu e Colinas do Sul, no norte de Goiás, a usina conta com três unidades geradoras e possui capacidade total instalada de 450 MW e 274 MW médios de energia assegurada, ou seja, a quantidade máxima de energia que pode ser utilizada para comercialização.

A hidrelétrica contribui para o fomento da economia local por meio, por exemplo, de participação no Fundo de Desenvolvimento Regional, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), FURNAS e CPFL, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME). O lago formado pela usina tornou-se ponto de lazer e turismo da região.

A CEM, sociedade de propósito específico (SPE) constituída para implantar e explorar a usina e que se encontra em processo de incorporação pela Tractebel, detém a concessão de Cana Brava até 2033.

Itá



Situada no Rio Uruguai, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), a usina Itá foi a primeira grande hidrelétrica construída pela iniciativa privada no país e se tornou referência tecnológica e de gestão sócio-ambiental. Sua concessão pertence ao Consórcio Itá, formado pela Tractebel, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Cimento Itambé.

A usina, que possui cinco unidades geradoras que totalizam capacidade instalada de 1.450 MW, é operada pela Tractebel. O prazo de concessão vigora até 2030. A capacidade instalada e a energia assegurada que cabem à Tractebel são 1.127 MW e 544 MW médios, respectivamente, já considerando os direitos comerciais adquiridos de sócios do empreendimento.

Machadinho



Machadinho está localizada no Rio Pelotas, entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS). A usina é gerida pelo Consórcio Machadinho e pela Tractebel. Em 2007, a Companhia adquiriu 2,82% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. (MAESA), sociedade de propósito específico constituída para construir e explorar o aproveitamento hidrelétrico. Em conseqüência, aumentou sua participação no empreendimento, passando a deter 19,28%. A concessão vigora até 2032.

Suas três unidades geradoras garantem a capacidade instalada de 1.140 MW, cabendo à Tractebel a energia assegurada de 147 MW médios.

Salto Osório



A Usina Hidrelétrica Salto Osório está localizada no Rio Iguaçu, entre os municípios de Quedas do Iguaçu (PR) e São Jorge d'Oeste (PR). Possui quatro unidades geradoras de 182 MW e duas de 175 MW, totalizando 1.078 MW de capacidade instalada e energia assegurada de 522 MW médios. Sua concessão tem validade até 2028.

Salto Santiago



A Usina Hidrelétrica Salto Santiago está localizada no Rio Iguaçu, entre os municípios de Saudade do Iguaçu (PR) e Rio Bonito do Iguaçu (PR). Sua capacidade instalada é de 1.420 MW, proveniente de quatro unidades geradoras de 355 MW, e a energia assegurada totaliza 723 MW médios. Sua concessão tem validade até 2028.

Passo Fundo



A Usina Hidrelétrica Passo Fundo está localizada no Rio Passo Fundo, no município de Entre Rios do Sul (RS). Por meio de duas unidades geradoras de 113 MW, sua capacidade instalada é de 226 MW, e a energia assegurada, de 119 MW médios. Sua concessão vai até 2028.

NOVAS HIDRELÉTRICAS

Ponte de Pedra



Em dezembro de 2007, a Tractebel adquiriu a hidrelétrica Ponte de Pedra. Situada no Rio Correntes, entre os municípios de Sonora (MS) e Itiquira (MT), a usina, com três unidades geradoras, após aprovação dos órgãos competentes, acrescentará 176 MW à capacidade instalada da Companhia, e 132 MW médios de energia assegurada. Sua concessão vai até 2035.

São Salvador



Em julho de 2007, a Tractebel adquiriu o controle acionário da Companhia Energética São Salvador (CESS), que pertencia à SUEZ Energy South America Participações Ltda. (SESA), passando a deter 99,99% do capital da empresa.

A concessão para a construção e operação da hidrelétrica, localizada no Rio Tocantins, vai até 2037.

Em fase de construção, a hidrelétrica de São Salvador terá capacidade instalada de 243 MW e energia assegurada de 148 MW médios. As obras estão adiantadas em relação ao cronograma original, o que poderá permitir a inauguração em 2009.

Estreito



Com oito unidades geradoras, totalizando 1.087 MW de capacidade instalada, Estreito é o maior projeto hidrelétrico em fase de implantação no Brasil. A construção da usina, que teve início em fevereiro de 2007, é de responsabilidade do Consórcio Estreito Energia (CESTE), composto pela SESA (40,1%), Companhia Vale do Rio Doce (30,0%), Alcoa Alumínio (25,5%) e Camargo Corrêa (4,4%). A SESA deverá transferir sua parte para a Tractebel no primeiro semestre de 2008.

Situado no Rio Tocantins, entre os municípios de Estreito (MA) e Palmeiras do Tocantins e Aguiarnópolis (TO), o empreendimento tem seu prazo de concessão até 2037.

A construção da hidrelétrica, que representa um investimento esperado de R$ 1,25 bilhão pela Tractebel, deverá ser concluída em 2011. Quando entrar em operação, acrescentará 435 MW à capacidade instalada e 256 MW médios de energia assegurada à Companhia.

No pico das obras, estima-se que serão gerados cerca de 20 mil empregos diretos e indiretos. O CESTE, que dá prioridade à contratação de mão-de-obra local, já iniciou cursos técnico-profissionalizantes em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

TERMELÉTRICAS

Jorge Lacerda



Na condição de maior conjunto gerador a carvão da América Latina, o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é formado por três usinas – Jorge Lacerda A, com duas unidades geradoras de 50 MW e duas de 66 MW; Jorge Lacerda B, com duas unidades de 131 MW; e Jorge Lacerda C, com uma de 363 MW -, totalizando a capacidade instalada de 857 MW e garantia física, ou energia comercializável, de 650 MW médios. Situado em Capivari de Baixo (SC), sua autorização para operação vai até 2028.

O Complexo contribui para a fomentação da produção carbonífera da região e alimenta a indústria cimenteira, fornecendo cinzas leves para a fabricação do cimento pozolânico – exemplo do aproveitamento sustentável de resíduos. A operação das suas unidades é fundamental para garantir a qualidade do suprimento de energia elétrica para o leste de Santa Catarina, assim como para o abastecimento da Região Sul do Brasil, principalmente durante períodos de estiagem.

Charqueadas



Situada em Charqueadas (RS), a termelétrica a carvão tem capacidade instalada de 72 MW, proveniente de quatro unidades geradoras de 18 MW, com uma garantia física de 46 MW médios. Sua autorização para operação tem validade até 2028.

Alegrete



A termelétrica está situada em Alegrete (RS) e possui capacidade instalada de 66 MW, proveniente de duas unidades de 33 MW e garantia física de 21 MW médios. Alegrete opera com óleo pesado e sua autorização para operação vai até 2028.

William Arjona



A usina termelétrica está situada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Tem uma capacidade instalada de 190 MW a partir de três unidades de 40 MW e duas de 35 MW, e teve papel preponderante durante o regime emergencial de abastecimento energético brasileiro, quando do racionamento decretado em 2001. Foi importante também para garantir a qualidade do suprimento de energia elétrica para o Mato Grosso do Sul até 2006. Opera tanto a gás natural quanto a óleo combustível. Sua autorização para operação é válida até 2029.

Lages



A Unidade de Co-geração Lages, situada em Lages (SC), é uma usina termelétrica a biomassa, que produz energia elétrica e vapor a partir da queima do rejeito de madeireiras da região serrana de Santa Catarina. Possui uma única unidade geradora com capacidade instalada de 28 MW e garantia física de 25 MW médios. Ainda fornece até 25 t/h de vapor para indústrias madeireiras locais.

Primeira usina termelétrica do Brasil a obter o registro no Comitê de Mecanismo Desenvolvimento Limpo (MDL), por utilizar resíduos de madeira na produção de energia elétrica, Lages ganhou o direito de negociar aproximadamente 220 mil créditos de carbono por ano até 2016.

A termelétrica é gerida pela Lages Bioenergética Ltda., controlada da Tractebel que possui autorização para operação do empreendimento até 2032.

Seival: novo projeto termelétrico



Em outubro de 2007, a Tractebel adquiriu o projeto termelétrico Seival por R$ 24 milhões. A compra foi feita por meio da sua controlada, Delta Energética S.A., que passou a deter a totalidade do capital social da Seival Participações S.A., SPE que possui autorização para construir e operar a usina.

A ser construída em Candiota (RS), a termelétrica a carvão acrescentará até 540 MW à capacidade instalada da Tractebel, a partir de 2012.

CONTROLE ACIONÁRIO E PERFIL DAS CONTROLADAS

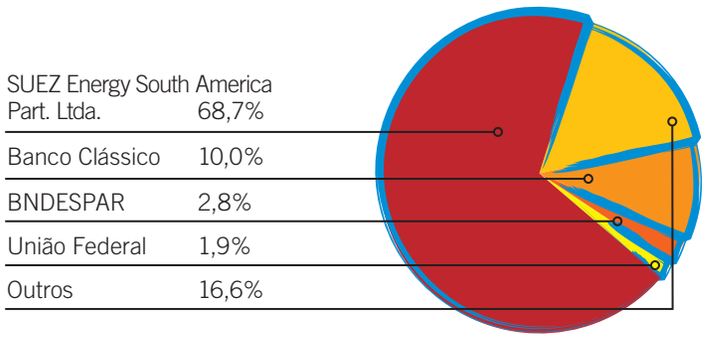
A Tractebel é controlada pela SUEZ Energy South America Participações Ltda. (SESA), que integra o Grupo SUEZ. Ao final de 2007, o capital total da Companhia era de R$ 2.445,8 milhões, representado por 652.742.192 ações ordinárias. A SESA detém o controle, com 68,71% do capital.

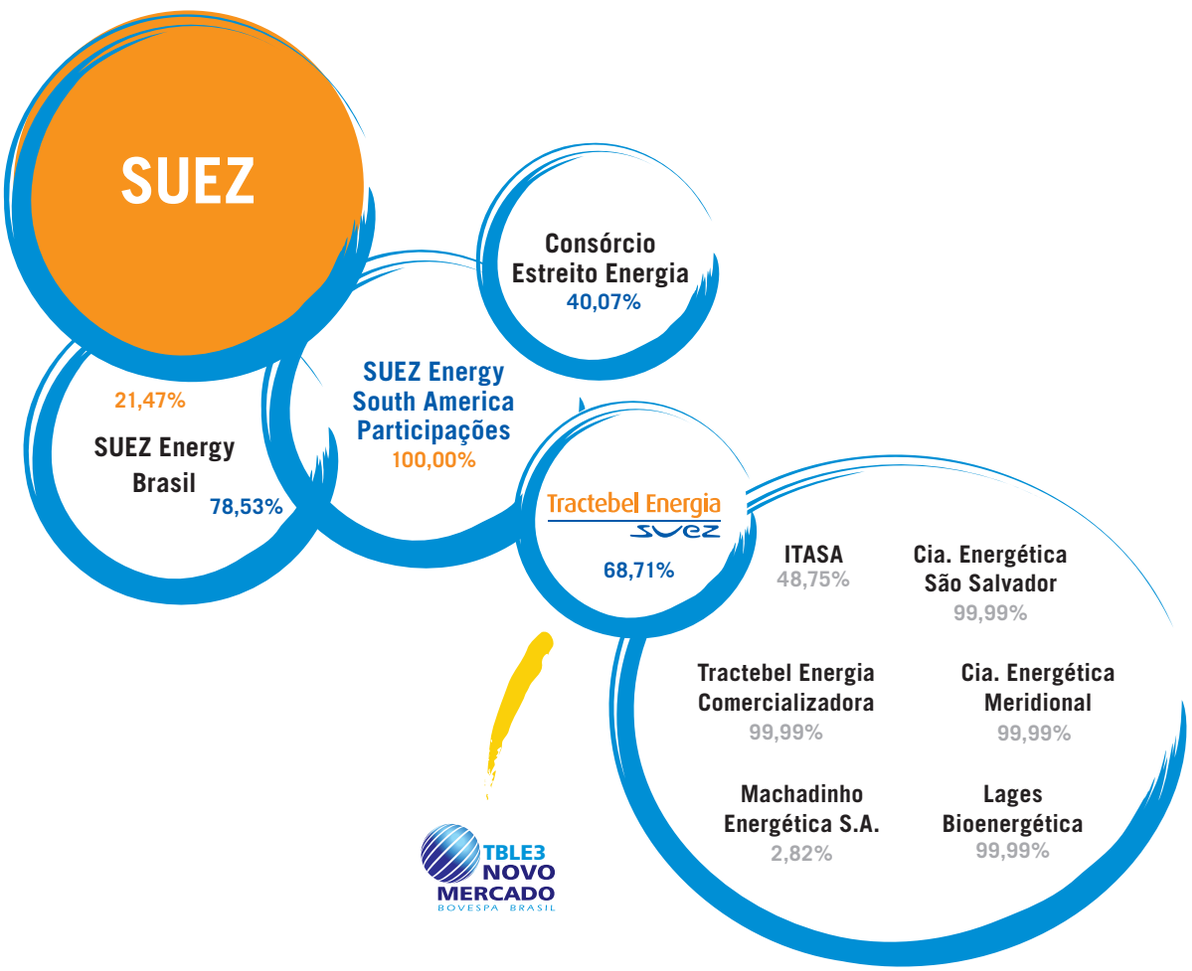
A Tractebel, por sua vez, detém o controle acionário da Lages Bioenergética Ltda., que opera a Unidade de Co-geração Lages; da Companhia Energética Meridional (CEM), que detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava; e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda., que tem como incumbência a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo compra, venda, importação e exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações.

Em 2007, a Companhia adquiriu o controle acionário da Companhia Energética São Salvador (CESS), concessionária responsável pela construção e exploração da hidrelétrica São Salvador; e 2,82% de participação acionária da Machadinho Energética (MAESA), correspondendo a 11,1 MW médios, ampliando a participação da Companhia na Usina Hidrelétrica Machadinho para 19,28%.

Na Usina Hidrelétrica Itá, a participação da Companhia está dividida através de uma participação de 48,75% da Itá Energética S.A. (ITASA), e de 39,5% do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento. Estas duas participações totalizam 70,0% da Usina Hidrelétrica Itá.

Controle Acionário





SOBRE A SUEZ

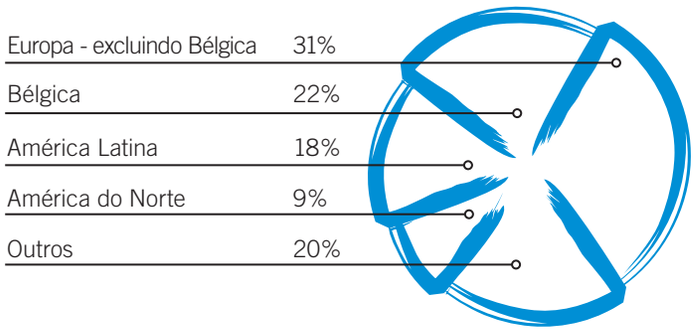
A SUEZ é um grupo internacional de origem franco-belga que se dedica ao desenvolvimento de soluções sustentáveis e inovadoras para os setores de energia, água e gestão de resíduos, e tem como missão "fornecer o essencial para a vida". O conglomerado é o maior fornecedor de energia e o segundo maior na área de serviços ambientais na Europa. Prevista para 2008, a sua fusão com a Gaz de France (GDF) dará origem a uma empresa que deverá se tornar o quarto maior grupo de energia do mundo e o quinto maior produtor de eletricidade da Europa, com capacidade instalada total de aproximadamente 65 mil MW, incluindo os empreendimentos em construção.

As empresas do Grupo SUEZ satisfazem às necessidades resultantes da expansão das cidades e negócios, e têm como desafio superar as dificuldades relacionadas ao crescimento demográfico, a urbanização, a melhoria da qualidade de vida e a proteção ambiental. A cada dia, os 150 mil homens e mulheres que trabalham no Grupo buscam soluções para estes desafios com base em desempenho, inovação e diálogo.

As empresas do Grupo estão presentes em mais de 100 países. O domínio das tecnologias, a convivência global e a experiência deram ao Grupo *know how* para atender às necessidades de empresas, municipalidades e comunidades em todo o mundo.

A Tractebel compartilha os valores da SUEZ, bem como a preocupação em fornecer soluções sustentáveis, em controlar os impactos causados por suas atividades e a consciência de que o desenvolvimento sustentável cria valor.

Distribuição da Capacidade Instalada Existente e em Construção do Grupo SUEZ



O Grupo SUEZ

Receitas de €47,5 bilhões em 2007

1 bilhão de pessoas atendidas em serviços de água e saneamento

200 milhões de consumidores

500 mil clientes comerciais e industriais

150 mil empregados no mundo

60 mil MW em capacidade de produção de energia elétrica

3.000 municipalidades atendidas

600 pesquisadores em oito centros de pesquisa e desenvolvimento

80% das receitas do Grupo geradas na Europa

6º operador de gás na Europa

5º produtor de energia na Europa

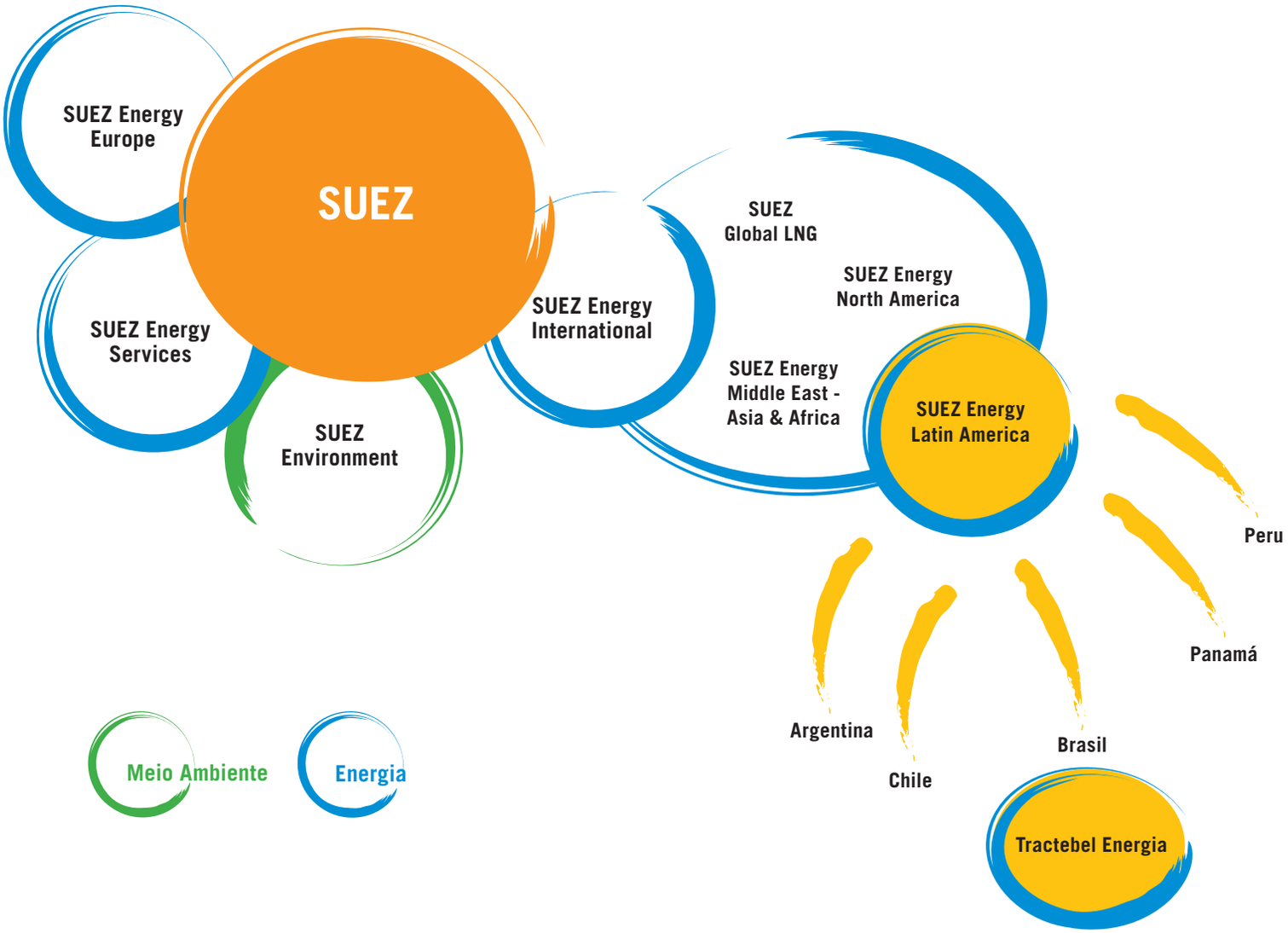
2º em serviços ambientais na Europa

2º importador de gás natural liquefeito na América do Norte

1º provedor de energia e serviços industriais na Europa

SUEZ

DELIVERING THE ESSENTIALS OF LIFE


SUEZ Energy Europe
SUEZ
SUEZ Energy Services
SUEZ Energy International
SUEZ Environment
SUEZ Global LNG
SUEZ Energy North America
SUEZ Energy Middle East - Asia & Africa
SUEZ Energy Latin America
Peru
Panamá
Argentina
Chile
Brasil
Tractebel Energia
Meio Ambiente
Energia



A sólida performance operacional da Tractebel e seus índices de produtividade crescentes permitem que a Companhia melhore, continuamente, suas margens operacionais. Nos últimos anos, tem conseguido manter seu índice de disponibilidade, desconsideradas as manutenções programadas, superior a 97%

ESTRATÉGIAS E VANTAGENS COMPETITIVAS

ESTRATÉGIAS

A Tractebel tem como objetivo manter-se como a companhia privada líder na geração de energia elétrica no Brasil, buscando criar valor para aumentar a rentabilidade e a solidez financeira, garantindo, assim, sua autonomia e a continuidade de seus negócios. Para atingir esta meta, adota uma estratégia baseada nos seguintes princípios:

>> Crescimento com disciplina financeira

Aumento das receitas com base em dois fatores: obtenção de melhores preços futuros de energia e ampliação seu parque gerador, condicionada à consecução de remuneração adequada dos investimentos. A Companhia optou por ter parte substancial de sua energia assegurada descontratada a partir de 2011, quando previsões do setor apontam para um potencial aumento de preço. Além disso, sua sólida condição financeira, com reduzido nível de endividamento, aliada a uma forte geração de caixa, possibilita sua participação em novos projetos e possíveis aquisições.

>> Maximização da eficiência do portfólio de clientes

Valendo-se de seu histórico e de sua capacidade de estabelecer relacionamentos duradouros com clientes livres, que são aqueles com liberdade para negociar a aquisição de energia elétrica de quaisquer fornecedores, a Tractebel pretende otimizar seu portfólio de contratos focando nesse segmento. Dentre as iniciativas nesse sentido estão: o programa de fidelização, a estratégia de investir na prestação de serviços, a adaptação da compra de energia ao processo produtivo de cada consumidor e a auditoria energética – que consiste na permanente busca pela melhor eficiência energética possível.

>> Eficiência operacional

A sólida performance operacional da Tractebel e seus índices de produtividade crescentes têm permitido uma melhoria contínua nas margens operacionais. Nos últimos anos, tem conseguido manter seu índice de disponibilidade superior a 97%, descontadas as paradas programadas, aquelas previstas nos planos de manutenção preventiva. Em 2007, esta foi de 98,0%, o que também possibilitou exportar cerca de 330 MW médios para a Argentina durante quatro meses, uma demanda que não era prevista.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Potencial de crescimento: a Tractebel já sinalizou que pretende acentuar a sua expansão, com a aquisição de duas novas usinas e um projeto termelétrico em 2007. A Companhia conta com sua forte capacidade financeira e com a disposição do seu acionista controlador, a SUEZ, que pretende continuar investindo no Brasil.

Perfil de contratação adequado: o nível balanceado de contratação advém da estratégia de alocação da sua energia entre distribuidoras, cujo maior prazo de contratação proporciona estabilidade de geração de caixa no longo prazo, e clientes livres, cujas negociações bilaterais permitem flexibilidade nas condições comerciais. A disponibilidade de energia da Companhia, formada pela energia assegurada das hidrelétricas, garantia física das termelétricas e compras realizadas para revenda, está praticamente contratada até 2010, a preços competitivos. Para o longo prazo, a Companhia efetua uma análise permanente de cenários e condições de mercado.

Pioneirismo no fornecimento em larga escala a clientes livres: primeira empresa a enfocar a contratação de energia com clientes livres e o desenvolvimento de políticas de fidelização para esse segmento, a Companhia desenvolveu o *know how* necessário para o gerenciamento de contratos, o que lhe proporciona maior eficiência na gestão de clientes.

Evolução contínua dos principais indicadores financeiros: a Tractebel obteve lucro líquido recorde nos últimos cinco anos, e crescimento médio consistente na receita líquida e no EBITDA.

Administração experiente e comprometida com as melhores práticas de governança corporativa: além de integrar o Novo Mercado da Bovespa, a Tractebel possui um quadro gerencial experiente, capaz de antecipar soluções frente à evolução e às contínuas transformações no ambiente regulatório e competitivo do setor elétrico. E não só: o corpo de empregados da Companhia, cuja manutenção e renovação se dão de forma planejada e equilibrada, é composto por profissionais capacitados no âmbito do setor elétrico, em seus aspectos estratégicos, gerenciais, técnicos e econômico-financeiros.

Elevada distribuição de dividendos: a Companhia possui histórico de pagar valores elevados de dividendos e juros sobre o capital próprio. A Administração adota uma política de pagamento de proventos não inferiores a 55% do lucro líquido ajustado em distribuições semestrais, taxa superior aos 30% previstos no Estatuto Social. Registre-se que em 2007, pelo quinto ano consecutivo, o pagamento de proventos foi de 95%.

Acionista controlador com vasta experiência no Brasil e no setor elétrico: a SUEZ é um dos maiores grupos mundiais no setor de energia elétrica. Ressalte-se que a Tractebel responde por cerca de 10% da capacidade instalada da SUEZ.

Equilíbrio no atendimento dos diversos interesses: em todas as suas ações, a Companhia considera os legítimos interesses dos públicos com os quais interage, buscando manter em equilíbrio as diferentes demandas, com objetivo de criar condições de sustentabilidade no longo prazo.



Sala de controle da
Usina Hidrelétrica Itá

03. contexto e resultados

A economia brasileira se manteve em crescimento ao longo de 2007, impulsionada, principalmente, pelo aumento do consumo interno



AMBIENTE MACROECONÔMICO

A economia brasileira se manteve em crescimento ao longo de 2007, impulsionada, principalmente, pelo aumento do consumo interno, viabilizado pela estabilidade dos preços, diminuição das taxas de desemprego e ampliação do crédito.

Mantida dentro da meta estabelecida pelo governo, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento e fechou o ano em 4,46%. Em 2007, os reajustes sucessivos do preço dos alimentos foram uma das principais causas da elevação do Índice.

A taxa de juros manteve uma tendência decrescente. De acordo com dados do Banco Central, a taxa Selic encerrou 2007 com seu nível nominal mais baixo, 11,25%, ou seja, uma redução de 2,00 p.p. em relação ao ano anterior.

Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a crescer. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB atingiu o patamar de 5,4%, a maior taxa desde 2004, apesar da diminuição do ritmo das exportações, que cresceu 16,6% em 2007. As importações, por sua vez, cresceram 32,0%, o que resultou em recuo no saldo da balança comercial, que registrou superávit de US$ 40.028 milhões, volume 13,8% inferior aos US$ 46.456 milhões alcançados em 2006, conforme divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento. O resultado é significativo, sobretudo se for considerado o efeito da valorização do real em relação ao dólar, que fechou o ano cotado a R$ 1,77, o que representa uma depreciação de 16,9% da moeda norte-americana, o dobro da registrada em 2006, de 8,1%.

Esses indicadores conferem maior resistência para a economia brasileira enfrentar as turbulências internacionais, como a crise em curso originária no setor imobiliário nos Estados Unidos. Os preços no Brasil foram pouco afetados e as agências de classificação de risco mantêm o país próximo ao grau de investimento (*investment grade*), o que contribui para atrair investimentos estrangeiros diretos.

SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

A promulgação do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), em janeiro de 2007, deu novo fôlego ao setor de energia elétrica. O plano prevê o investimento de R$ 503,9 bilhões em infra-estrutura até 2010. Desse total, R$ 274,8 bilhões foram alocados para infra-estrutura energética (eletricidade, combustível renovável, petróleo e gás natural).

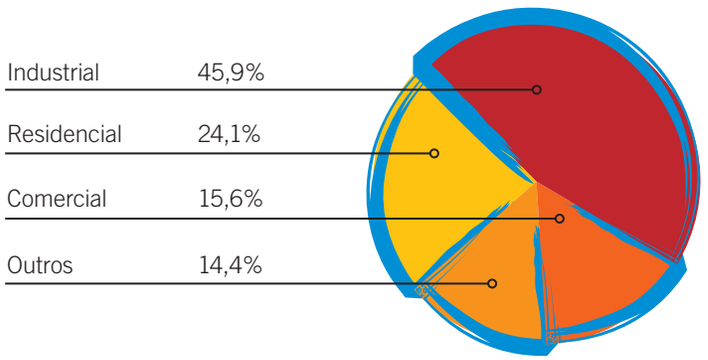
O objetivo do plano governamental é impulsionar a produtividade de setores estratégicos, viabilizar a modernização tecnológica, ativar novas áreas da economia e acelerar a expansão de outras. Para alcançar essas metas oferece benefícios tais como redução de impostos atrelados a investimentos e melhoria das condições de financiamento pelo BNDES.

Atualmente, o Grupo SUEZ detém o direito de exploração de duas usinas hidrelétricas integrantes do PAC: São Salvador, já transferida para a Tractebel, e Estreito, em consórcio, cuja transferência da parcela da SUEZ para a Tractebel é prevista para o primeiro semestre de 2008.

A inclusão de obras de expansão e modernização do setor elétrico no PAC evidencia a importância dada pelo governo ao atendimento pleno do crescimento contínuo da demanda de energia elétrica. Em 2007, o consumo atingiu 376,9 TWh, representando um aumento de 5,4% em comparação a 2006, conforme dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o órgão do MME responsável por estudos e pesquisas voltados ao planejamento do setor energético. Esse crescimento é reflexo direto do bom desempenho da economia brasileira.

O consumo das indústrias representou, em 2007, 45,9% da demanda total, ao passo que os segmentos residencial e comercial responderam por 24,1% e 15,6%, respectivamente. O consumo dos outros segmentos somou 14,4%.

Consumo por Segmento



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética.

O consumo de energia elétrica cresceu 5,4% em 2007, resultado que reflete o bom desempenho da economia brasileira



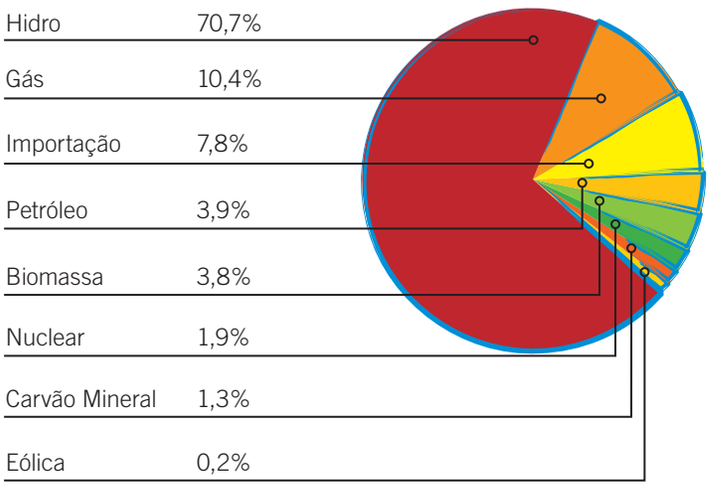
CENÁRIO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No Brasil, há um total de 1.681 empreendimentos de geração em operação, que representam aproximadamente 100 mil MW de potência instalada, conforme dados da Superintendência de Fiscalização da Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (SFG/ANEEL) de fevereiro de 2008. Ainda de acordo com a SFG/ANEEL, está previsto o acréscimo de aproximadamente 14,2 mil MW na capacidade instalada do país até 2012, oriundos da conclusão de 290 projetos e de mais 15,6 mil MW associados a empreendimentos sem previsão de entrada em operação comercial.

As usinas hidrelétricas representam 70,7% da atual capacidade instalada do Brasil. O complemento é composto por usinas termelétricas a gás natural, diesel, óleo combustível, carvão vegetal ou mineral, madeira, biomassa (principalmente, bagaço de cana-de-açúcar) e combustível nuclear. O gráfico ao lado apresenta a participação das diversas fontes na capacidade instalada total do país.

Da capacidade instalada do Brasil, 9,4% é formada por usinas termelétricas movidas a gás natural (além de 1,0% de gás de processo). Desde o início da importação do gás natural boliviano houve diversos estímulos governamentais ao incremento do seu consumo por indústrias e veículos. Esse crescimento no consumo industrial e veicular fez com que não fosse possível o atendimento simultâneo de todas as usinas termelétricas que utilizam esse combustível. Após a realização de testes e posterior assinatura de um termo de compromisso entre a Petrobrás e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)[2] , verificou-se uma redução de 3,5 mil MW médios na energia assegurada do Brasil. Adicionalmente, a Argentina limitou o fornecimento de gás natural à usina termelétrica Uruguaiana, representando uma redução de 300 MW médios, e a Bolívia limitou o fornecimento do combustível à Usina Termelétrica Cuiabá, reduzindo mais 200 MW médios. Todas estas restrições representam uma redução de 4 mil MW médios na energia assegurada.

Participação na Capacidade Instalada



Fonte: ANEEL.



Leilões

Em 2007, foram realizados três leilões da energia nova e o primeiro leilão de projetos de fontes alternativas, para suprir parte da energia necessária ao abastecimento do mercado consumidor das concessionárias de distribuição.

No 1º Leilão de Fontes Alternativas foram negociados contratos com duração de 30 anos para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), que são usinas com capacidade instalada entre 1 MW e 30 MW, e contratos com duração de 15 anos para fontes termelétricas a biomassa. No total, foram negociados 638,3 MW de capacidade instalada associada a 18 empreendimentos, agregando um total de 186 MW de garantia física ao sistema interligado nacional, sendo 25% para seis PCHs e 75% para 12 unidades de biomassa de bagaço de cana e de criadouro avícola.

Para 2008, estão previstos cinco leilões, sendo dois deles de energia nova com prazos de entrega para 3 e 5 anos (leilões A-3 e A-5), o leilão de energia existente com início de fornecimento para 2009 (leilão A-1) e mais dois leilões especiais: o da usina hidrelétrica Jirau e o 1º Leilão de Energia de Reserva. O aproveitamento hidrelétrico Jirau, com capacidade prevista de 3,3 mil MW, faz parte do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (que teve leiloado seu primeiro empreendimento, Santo Antônio, de 3.150 MW de potência, em 2007). O 1º Leilão de Energia de Reserva, que circunstancialmente será exclusivo para biomassas, está previsto para o final de abril e tem um total de 118 empreendimentos cadastrados, totalizando 7,8 mil MW de capacidade prevista. Os empreendimentos contratados por meio deste leilão deverão iniciar a entrega da energia em 2009 ou 2010.

2 Órgão responsável pela regulamentação e fiscalização da produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil.

Diversificação da matriz energética

No Brasil, em 2006, aproximadamente 45% da matriz energética (da qual faz parte a eletricidade) tinha origem em fontes renováveis, enquanto a média mundial era de 12,7% e nos países membros da Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) era de apenas 6,2%, segundo dados do Balanço Energético Nacional de 2007, divulgado pelo MME. O estabelecimento de um leilão específico para empreendimentos de biomassa comprova o interesse do governo em diversificar a matriz energética, aumentando a participação das fontes renováveis.

Desde a regulamentação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), em 2003, surgiram inúmeros projetos correlatos no país. A meta inicial era de implantação de 3,3 mil MW de potência oriunda de fontes eólica, biomassa e PCHs, sendo 1,1 mil MW de cada fonte. Desse total projetado, apenas 1,0 mil MW de potência estão em operação. A capacidade total atualizada para o Proinfa é de 3,1 mil MW, previstos para o início de 2010.

CARACTERÍSTICAS DO SETOR

Concessões, autorizações e registros

Para se construir e operar um empreendimento de geração de energia elétrica é necessário um contrato de concessão, uma autorização ou um registro, de acordo com a capacidade instalada e a natureza do empreendimento.

Para usinas hidrelétricas com potência instalada menor ou igual a 1 MW e usinas termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia com potência instalada menor ou igual a 5 MW, faz-se necessário apenas o registro do empreendimento na ANEEL mediante requerimento acompanhado de ficha técnica preenchida.

Para usinas hidrelétricas com potência instalada maior que 1 MW e menor ou igual a 30 MW, e usinas termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia com potência instalada maior que 5 MW, faz-se necessária a autorização da ANEEL, mediante requerimento acompanhado de relatório contendo uma série de requisitos técnicos e legais.

Para o desenvolvimento de usinas hidrelétricas com potência instalada maior que 30 MW é necessário um contrato de concessão. A concessão pode ser de serviço público ou de uso do bem público, sendo essa última modalidade destinada a autoprodutores e a produtores independentes. As concessões são precedidas de licitação e o responsável pela outorga das mesmas é o MME. Atualmente as concessões de novas usinas são licitadas via leilão e estão condicionadas à venda de parte da energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Os registros não possuem prazo de validade. Já as autorizações e concessões possuem um prazo de validade específico, em geral podendo ser prorrogadas, não mais que uma vez. Os novos contratos de concessão, licitados via leilão do ACR, possuem prazo de 35 anos e não apresentam cláusula de previsão de prorrogação.

Comercialização de Energia

O modelo institucional vigente para o setor elétrico brasileiro separa os consumidores de energia em dois grupos: o primeiro grupo, dos denominados cativos, inclui os consumidores residenciais, os comerciais e os industriais de baixo consumo. Este grupo está inserido no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), e é obrigado a comprar sua energia diretamente da distribuidora local. As distribuidoras, por sua vez, são obrigadas a contratar toda a sua demanda por meio de leilões de energia, realizados periodicamente pelo MME.

O segundo grupo, dos consumidores, ou clientes, denominados livres, comercializa sua energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A comercialização de energia neste ambiente é baseada em contratos bilaterais de compra e venda de energia negociados diretamente entre agentes de geração, comercialização ou importação de energia, de um lado, e os consumidores finais, de outro.

Os contratos firmados entre as distribuidoras e os geradores que venceram o leilão têm uma duração que varia entre três e 30 anos, dependendo o produto negociado. A energia de empreendimentos existentes foi inicialmente comercializada por meio de produtos com duração de três a oito anos. A energia de novos empreendimentos é em geral comercializada por meio de produtos de 15 anos para fontes termelétricas e 30 anos para fontes hidrelétricas.

Já o 1º Leilão de Energia de Reserva, previsto para 2008, resultará em contratos de 15 anos entre cada novo empreendimento de geração e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que por sua vez alocará os custos desta energia de reserva para todos os consumidores do SIN.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2007, a geração bruta de energia elétrica da Tractebel registrou recorde histórico, atingindo 33.858 GWh, 58,6% acima do total alcançado no ano anterior. O resultado deve-se ao aumento da participação das hidrelétricas, que, com a volta dos reservatórios aos níveis normais, responderam por 28.858 GWh, ou seja, um incremento de 81,6% em relação a 2006. As termelétricas foram responsáveis por 14,8% do total produzido pela Companhia, ou seja, 5.000 GWh.

A geração bruta de energia elétrica da Tractebel registrou recorde histórico em 2007, atingindo 33.858 GWh, 58,6% acima do total alcançado no ano anterior

Geração por Usina (GWh)

Hidrelétricas		**Termelétricas**	
Salto Santiago	6.392	Jorge Lacerda A	947
Salto Osório	4.451	Jorge Lacerda B	1.677
Passo Fundo	1.188	Jorge Lacerda C	1.903
Itá	8.465*	Charqueadas	339
Machadinho	6.012*	Alegrete	0
Cana Brava	2.350	William Arjona	67
		Lages	67
Total	**28.858**	**Total**	**5.000**

* Geração total das usinas Itá e Machadinho, nas quais a Tractebel detém, respectivamente, 70,0% e 19,3% de participação.

O índice de disponibilidade total foi de 93,0%, quando incluído no seu cálculo o tempo das paradas para manutenção programada. Se descontado este tempo, o índice total de 98,0% satisfez a meta estabelecida e permitiu que a Companhia atendesse às demandas não previstas ao longo do ano, como a exportação de 330 MW médios para a Argentina durante quatro meses.

Esse desempenho é fruto do comprometimento das equipes de operação e do adequado plano de manutenção realizado pela Companhia.

Cumprindo seu compromisso de redução das emissões de poluentes, a Tractebel está implantando uma nova tecnologia na termelétrica de Charqueadas, que fará desta usina a primeira térmica a carvão do Brasil a retirar o dióxido de enxofre de suas emissões



Investimentos em Manutenção e Revitalização

Em 2007, a Tractebel deu continuidade à instalação de controles para diminuir as emissões de poluentes na termelétrica Charqueadas, conforme sua política de meio ambiente e compromisso assumido com a Justiça Federal de Porto Alegre. A instalação dos equipamentos – um filtro de mangas para diminuir a emissão de partículas via chaminé, e o filtro dessulfurizador, que retira o dióxido de enxofre (SO_2) das emissões – estará completa em abril de 2009. Em 2008, os investimentos serão da ordem de R$ 30 milhões. Após a instalação dos equipamentos, Charqueadas será a primeira usina térmica a carvão no Brasil a utilizar essa tecnologia, garantindo continuidade operacional.

Durante o exercício foram recuperados os transformadores das Usinas Machadinho, Salto Santiago e Jorge Lacerda C, e adquiridos transformadores reservas para as hidrelétricas Cana Brava e São Salvador, e as termelétricas Jorge Lacerda C e B.

Também foram concluídas as obras de revitalização e modernização das unidades geradoras de Jorge Lacerda A, promovendo o aumento da sua confiabilidade, a melhoria do rendimento térmico (redução do consumo de combustível), o restabelecimento da capacidade de geração e a redução das emissões atmosféricas.

Como evento subseqüente, em janeiro de 2008, foi encerrado o ciclo de investimentos em Salto Osório, com a conclusão da modernização e recapacitação das seis unidades geradoras da hidrelétrica. O projeto de cerca de R$ 60 milhões foi iniciado em setembro de 2004.

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Parte do orçamento da Diretoria de Produção de Energia (DP) é destinada ao Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento. A Companhia interage com as instituições de ensino e pesquisa das regiões onde atua e incentiva o aprimoramento de jovens cientistas e pesquisadores.

Em 2007, foram apresentados 25 novos projetos, que aguardam a aprovação da ANEEL, e que, juntamente com outras nove iniciativas que já estão em andamento, formam o quadro do programa de P&D do período.

Ao longo do ano, foram investidos aproximadamente R$ 16 milhões em P&D, inclusive projetos voltados ao desenvolvimento de novas tecnologias e materiais para o processo de geração de energia elétrica e para a preservação do meio ambiente, dentre os quais se destacam:

- >> Pesquisa da ictiofauna dos reservatórios das hidrelétricas Itá e Machadinho;
- >> Limnologia e ictiologia nos reservatórios de Salto Osório e Salto Santiago;
- >> Adequação do uso de resíduos de madeira de pequena granulometria para a geração de energia;
- >> Validação de um sistema de previsão das condições de dispersão de SO_2 para as usinas termelétricas Jorge Lacerda e Charqueadas;
- >> Programa de avaliação da eficiência de corredores ecológicos na área de entorno dos reservatórios de Salto Osório e Salto Santiago;
- >> Desenvolvimento de tecnologias para acelerar a restauração da área de preservação permanente do reservatório de Itá; e
- >> Re-introdução da *Dyckia distachya*, uma espécie de bromélia típica de corredeiras que se encontra na Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (Portaria IBAMA 037-N, de 03/04/1992), nas áreas de influência dos reservatórios de Itá e Machadinho.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional Bruta

A receita de fornecimento de energia, a partir de janeiro de 2007, passou a ser registrada líquida do ICMS recolhido por substituição tributária incidente sobre operações de vendas interestaduais. Até 31 de dezembro de 2006 este imposto vinha sendo apresentado no grupo "Deduções da receita operacional". De modo a facilitar a análise comparativa entre os períodos apresentados, a receita operacional bruta e as deduções da receita bruta relativas ao exercício de 2006, passaram, respectivamente, de R$ 3.060,7 milhões e R$ 355,2 milhões para R$ 3.005,1 milhões e R$ 299,6 milhões.

No exercício de 2007, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.364,7 milhões, 12,0% superior à receita auferida no ano de 2006, que foi de R$ 3.005,1 milhões, em função do aumento do preço médio de venda da energia em 12,0%, principalmente daquela contratada com clientes livres, e pelo maior preço e volume de exportação de energia para atendimento das necessidades energéticas da Argentina. No ano de 2007, a quantidade de energia vendida manteve-se no mesmo patamar de 2006, da ordem de 3.740 MW médios.

Deduções da Receita Operacional

No ano de 2007, as deduções alcançaram R$ 321,3 milhões, 7,2% superior ao mesmo período de 2006, que foi de R$ 299,6 milhões. Este acréscimo deve-se, principalmente, à combinação do crescimento da receita de venda de energia com a redução do ICMS resultante da alteração na estrutura organizacional da controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda., a partir de junho de 2007, que fez com que o ICMS incidente sobre o faturamento de energia elétrica para clientes livres do Estado de São Paulo, antes registrado como dedução da receita, passasse a ser cobrado por substituição tributária e deduzido diretamente da receita de fornecimento de energia elétrica.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

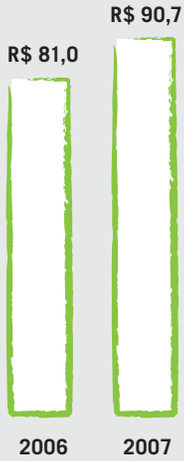
No exercício de 2007, a receita líquida alcançou o valor de R$ 3.043,4 milhões, 12,5% acima do registrado em 2006, que foi de R$ 2.705,5 milhões. O aumento apresentado no ano decorreu, substancialmente, do crescimento de 12,0% do preço médio líquido de venda, que passou de R$ 80,96/MWh, em 2006, para R$ 90,65/MWh, em 2007, reflexo do incremento de preço e volume de energia vendida para clientes livres e exportada para a Argentina.

Pelo quinto ano consecutivo, a distribuição de proventos atingiu **95%** do lucro líquido

Receita Líquida (R$ milhões)



Preço Líquido Médio (por MWh)



Volume de Vendas (MW médios)



Custos de Energia Elétrica e Serviços

No ano de 2007, os custos se mantiveram praticamente estáveis em relação a 2006, atingindo R$ 1.069,8 milhões em 2007 e R$ 1.081,4 milhões em 2006. A variação decorreu, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

>> **Energia elétrica comprada de terceiros:** redução de R$ 19,7 milhões, ocasionada pela menor quantidade de energia adquirida para a atividade de comercialização.

>> **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE):** redução de R$ 99,6 milhões, em função, principalmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) queda de R$ 102,3 milhões, devido, substancialmente, a uma menor exposição na CCEE em decorrência da otimização de alocação dos recursos hidráulicos em comparação com 2006; (ii) aumento de R$ 61,4 milhões na receita resultante do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)[3], pelo maior despacho de energia das usinas hidrelétricas requerido pelo ONS; e (iii) redução de R$ 57,4 milhões, na receita, em função de menor despacho de energia da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA) em virtude de reforço de transmissão na região de Campo Grande (MS), a partir de novembro de 2006.

>> **Combustíveis para produção de energia elétrica:** aumento de R$ 24,9 milhões em decorrência, basicamente, da conjugação dos seguintes aspectos: (i) redução de R$ 46,9 milhões devido ao menor consumo de gás verificado a partir da redução do despacho da UTWA, após o reforço de transmissão anteriormente mencionado, e ao corte no fornecimento de gás verificado no último trimestre de 2007; e (ii) aumento de R$ 72,6 milhões relativo ao consumo de carvão para atendimento à grande demanda de exportação de energia para a Argentina em 2007.

>> **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** crescimento de R$ 51,4 milhões, totalizando R$ 89,8 milhões em 2007, em decorrência do expressivo aumento no despacho pelo ONS de energia gerada nas usinas hidrelétricas em comparação com o ano anterior, que foi influenciado pela forte estiagem que atingiu a Região Sul do país. Esse incremento foi parcialmente compensado pelo aumento da receita auferida no MRE, conforme anteriormente comentado. Esses recursos são destinados aos municípios onde as usinas estão localizadas (45%), respectivos estados (45%) e outros (10%).

>> **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 21,4 milhões, em razão de revisão da vida útil de certos ativos de usinas hidrelétricas, a partir de janeiro de 2007.

3 Mecanismo destinado a distribuir o risco hidrológico entre as geradoras, na medida em que cada uma delas tem assegurado o pagamento pelo montante de sua energia assegurada e contratada enquanto os membros do MRE em conjunto forem capazes de satisfazer os níveis de energia assegurada do MRE.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas compõem-se, substancialmente, dos encargos de uso e conexão na rede elétrica e totalizaram R$ 216,7 milhões, 3,1% superior a 2006, em decorrência do aumento dos encargos de uso da rede por reajuste tarifário anual e das despesas com pessoal.

Despesas Gerais e Administrativas

Desconsiderando-se a despesa não-recorrente de R$ 9,1 milhões, reconhecida em 2006, em função da devolução do adicional tarifário anteriormente cobrado de clientes para compensar diferenças de PIS e COFINS, as despesas gerais e administrativas no ano de 2007 foram 4,7% superiores às de 2006, totalizando R$ 130,1 milhões. Os referidos aumentos decorreram, principalmente, do reajuste salarial anual e do reconhecimento, neste ano, da provisão para bônus dos administradores e para o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) implementado pela Companhia.

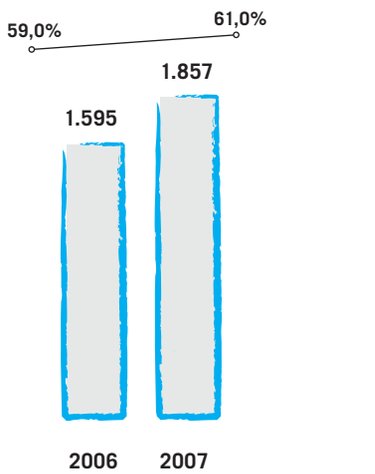
Constituição (Reversões) de Provisões Operacionais, Líquidas

No exercício de 2007, a provisão constituída foi de R$ 2,2 milhões. Já em 2006, a reversão líquida de R$ 11,5 milhões foi resultante, principalmente, da reversão de provisão de natureza cível, no valor de R$ 22,0 milhões, e da constituição de provisão para pagamento de benefícios pós-emprego, no montante de R$ 7,9 milhões.

Resultados de Ações Judiciais

No ano de 2007, em decisão judicial, foi reconhecido o direito da Companhia de reduzir a alíquota de retenção do Seguro Acidente do Trabalho. Foi contabilizada a devolução à Companhia de R$ 3,7 milhões, decorrente do trânsito em julgado desta decisão. Já no exercício de 2006, foram reconhecidos os direitos da Companhia no valor de R$ 94,5 milhões, sendo R$ 5,8 milhões, decorrente do pagamento indevido de seguro garantia em processo de concorrência para importação de energia da Argentina, e de R$ 88,7 milhões, referente à composição de base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS.

EBITDA e Margem EBITDA (R$ milhões e %)



EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente comentados, o EBITDA em 2007 alcançou R$ 1.857,3 milhões, 16,4% superior ao de 2006, que foi de R$ 1.595,0 milhões. A margem EBITDA em 2007 alcançou 61,0% enquanto a de 2006 foi de 59,0%.

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras

No exercício de 2007, essas receitas reduziram R$ 7,1 milhões, em função de os aumentos na renda de aplicação financeira e na variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios terem sido inferiores ao reconhecimento, no ano de 2006, de receita financeira não-recorrente relativa a juros extraordinários sobre parcelamento de dívidas de valores a receber tanto de venda de energia quanto de ganhos em processos judiciais.

Despesas Financeiras

No ano de 2007, essas despesas reduziram R$ 28,6 milhões em relação a 2006, em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) queda de R$ 11,1 milhões nos encargos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, devido à redução da TJLP, da SELIC e do CDI e à diminuição gradativa do endividamento pelas amortizações realizadas no exercício; (ii) crescimento de R$ 33,5 milhões na receita de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida do resultado de operação de *hedge* cambial, em razão de maior desvalorização das moedas que compõem a dívida frente ao Real; e (iii) aumento de R$ 17,5 milhões na variação monetária sobre dívidas, em função do aumento do IGP-M entre os anos comparados.

Resultado Não Operacional

A variação de R$ 4,4 milhões entre os exercícios comparados decorre, substancialmente, da baixa de equipamentos em função de modernização efetuada em sistemas de algumas usinas da Companhia e dos efeitos decorrentes da alienação de 33,34% do Projeto Jacuí, em 2006.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O aumento de R$ 191,9 milhões no exercício de 2007 deveu-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) incremento de R$ 87,8 milhões em decorrência do crescimento do resultado antes dos tributos da Companhia; (ii) maior imposto de renda e contribuição social, no valor de R$ 12,6 milhões, em função de menor crédito de juros sobre o capital próprio no ano de 2007 em comparação com 2006; e (iii) reconhecimento de ganho fiscal extraordinário de R$ 87,1 milhões, em 2006, devido aos efeitos da alienação de 33,34% do Projeto Jacuí. O valor pago no exercício totalizou R$ 439,7 milhões.

Lucro Líquido

No exercício de 2007, o lucro líquido atingiu R$ 1.045,6 milhões, 6,8% maior do que o ano anterior, que foi de R$ 979,1 milhões, representando R$ 1,60 por ação. Desconsiderando-se os eventos não-recorrentes ocorridos no ano de 2006, quais sejam os ganhos em ações judiciais e os efeitos decorrentes da alienação do Projeto Jacuí, o lucro líquido de 2007 seria 28,9% superior ao de 2006.

Lucro Líquido (R$ milhões)



Endividamento

Em 31 de dezembro de 2007, a dívida líquida da Companhia (dívida total menos caixa e equivalentes e o resultado das operações de *swap*) era de R$ 1.019,1 milhões, comparada a R$ 1.025,2 milhões ao final de 2006.

A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 1.813,2 milhões em 31 de dezembro de 2007, um incremento de 41,9% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2006. Do total da dívida no final do período, 16,5% eram em moeda estrangeira.

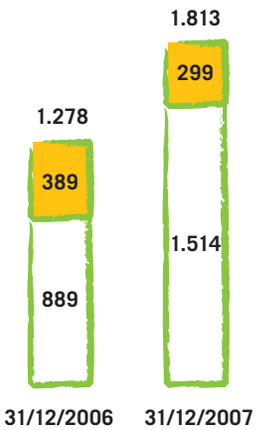
O acréscimo do endividamento da Companhia está relacionado à emissão de R$ 350,0 milhões em debêntures, realizada no segundo trimestre de 2007, que teve uma demanda quatro vezes superior à oferta. Adicionalmente, em 2007, houve a contratação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus agentes financeiros no valor total de R$ 570,2 milhões para fazer frente aos investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador. O valor liberado até 31 de dezembro de 2007 foi de R$ 392,7 milhões.

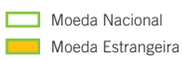


Evolução da Dívida Líquida (R$ milhões)

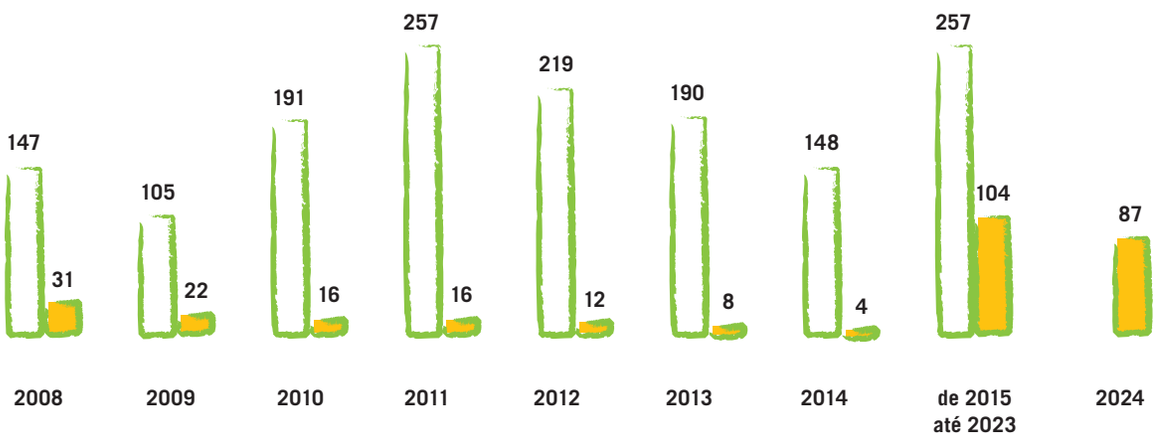


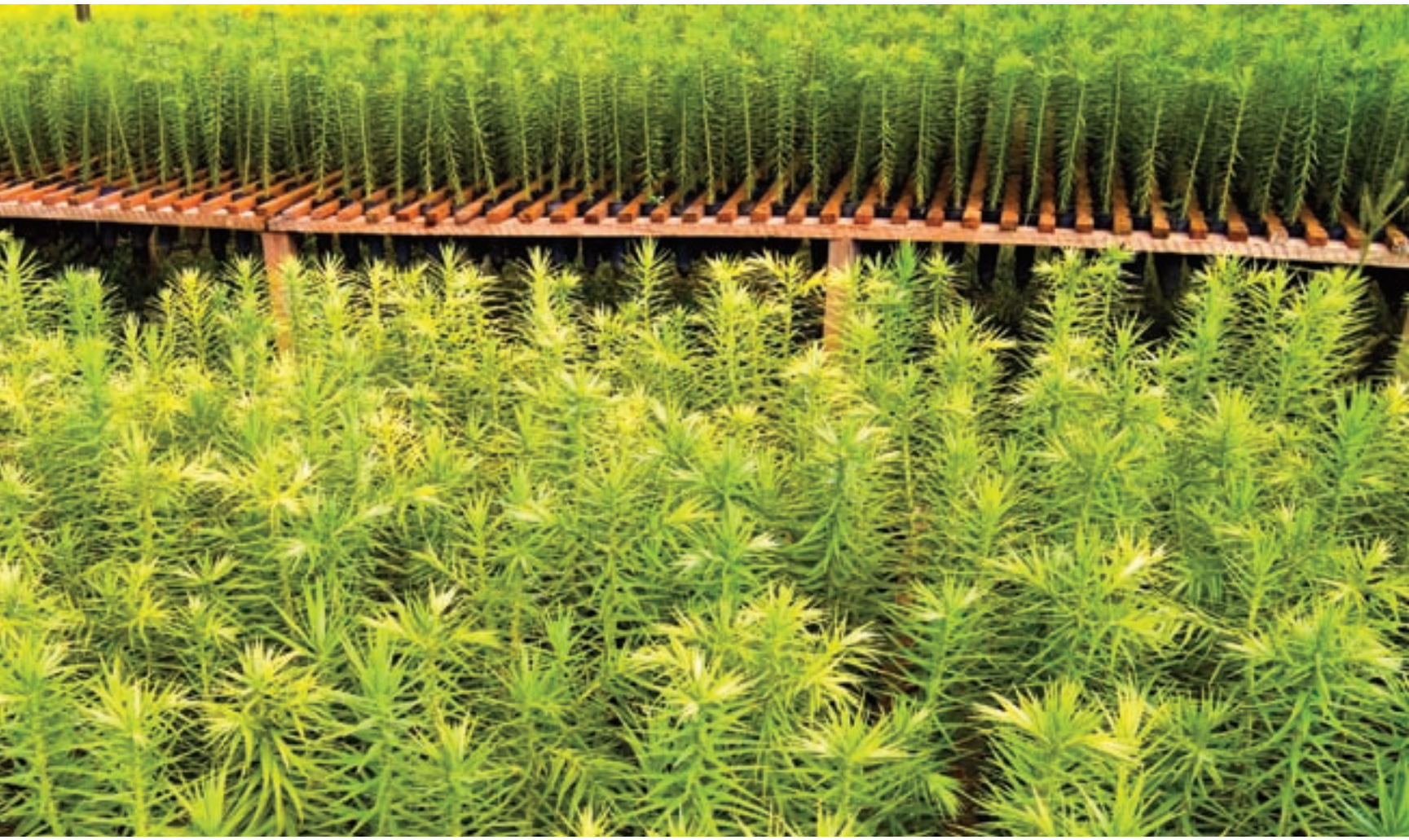
Composição da Dívida Bruta (R$ milhões)





Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ milhões)





Investimentos

A partir do segundo trimestre de 2007, a Companhia passou a realizar investimentos na construção da Usina Hidrelétrica São Salvador, com recursos financiados pelo BNDES. Esses investimentos atingiram R$ 305,1 milhões em 2007. Além disso, investimentos destinados aos projetos de manutenção e revitalização das usinas totalizaram R$ 74,3 milhões, 7,7% superior ao realizado em 2006.

O total acumulado de investimentos em 2007 atingiu R$ 379,4 milhões, valor significantemente superior aos R$ 69,0 milhões realizados em 2006, devido, principalmente, aos citados investimentos na Usina Hidrelétrica São Salvador.

Investimentos (R$ milhões)



MERCADO DE CAPITAIS

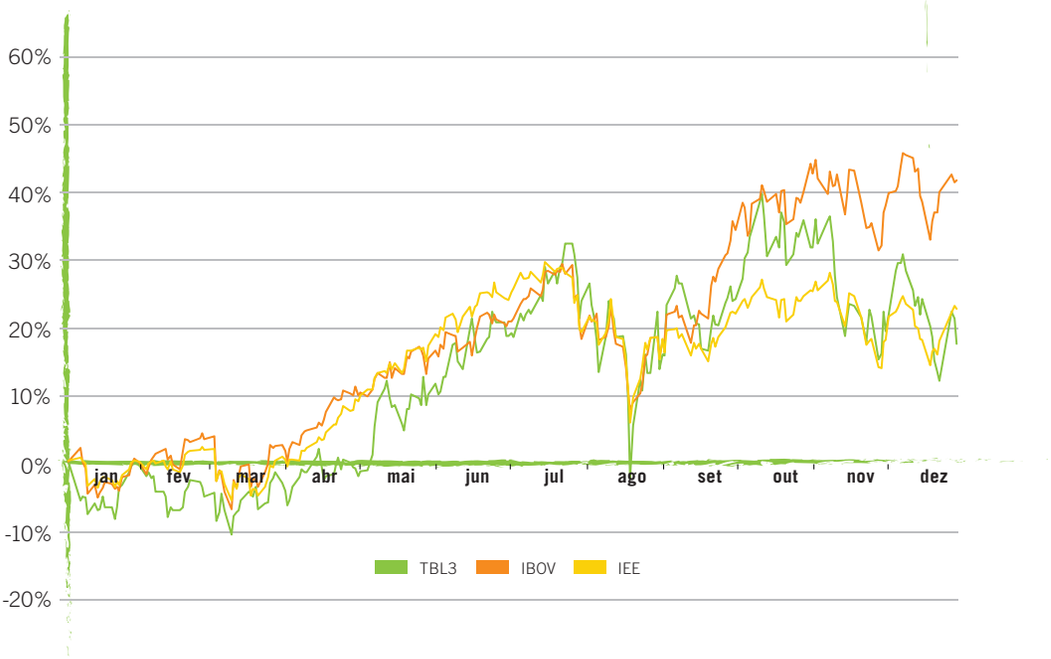
As ações da Tractebel são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bovespa sob o código TBLE3; integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC); o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (Itag) e, pelo terceiro ano consecutivo, foram selecionadas para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A Companhia negocia, ainda, ADRs (American Depositary Receipts) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY.

Em um ano em que o Ibovespa, índice que representa o desempenho dos 57 papéis de maior liquidez, valorizou 43,7% e que o Índice de Energia Elétrica da Bovespa (IEE), que congrega as ações do setor elétrico, apreciou 23,7%, as ações da Tractebel, negociadas em 100% dos pregões da Bovespa, tiveram uma valorização de 23,1%. No final do exercício, os papéis estavam cotados a R$ 21,30/ação.

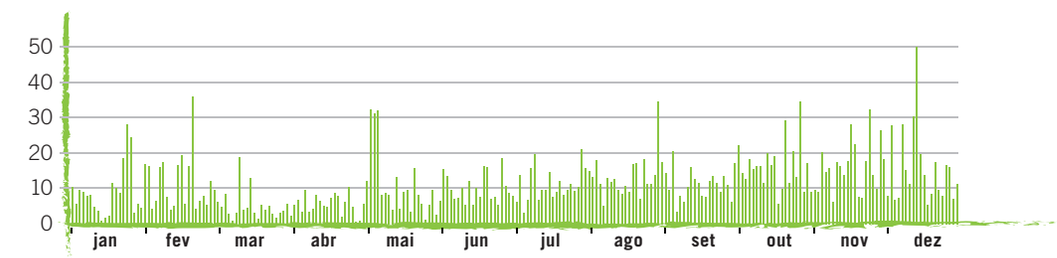
O volume médio diário negociado atingiu R$ 15,6 milhões, 90,0% acima da média de 2006, um resultado significativo considerando-se a manutenção do *free float* entre os anos em questão. O aumento na liquidez pode ser explicado, entre outras causas, pela atividade desenvolvida por um formador de mercado, cujo contrato teve início em julho de 2007 e expirará em setembro de 2008.

As ações da Tractebel foram selecionadas, pelo terceiro ano consecutivo, para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa

Valorização em 2007. Base 100 em 31/12/06



Volume Diário de TBLE3 em 2007 (R$ milhões)



TBLE3 NOVO MERCADO BOVESPA BRASIL

igc Índice de Ações Governança Corporativa Bovespa - Brasil

itag

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

As ações da Tractebel foram selecionadas para compor o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), pelo terceiro ano consecutivo. As 40 ações de 32 empresas participantes da nova carteira, que entrou em vigor no dia 1º de dezembro de 2007 e é válida até 30 de novembro de 2008, foram selecionadas dentre as 62 companhias que responderam o questionário enviado às 137 emissoras das 150 ações mais líquidas da Bovespa.

Criado em 2005, o ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas comprometidas com práticas de sustentabilidade e que apresentam os melhores desempenhos com relação à eficiência econômica, responsabilidade sócio-ambiental e governança corporativa. À época de sua terceira composição, a carteira totalizava R$ 927 bilhões em valor de mercado - o correspondente a 39,6% da capitalização total da Bovespa - e já se tornou tanto uma referência para o investimento socialmente responsável como um indutor de boas práticas no meio empresarial brasileiro.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

A Administração da Companhia aprovou a distribuição de R$ 993,3 milhões em proventos em 2007, sendo R$ 817,3 milhões na forma de dividendos e R$ 176,0 milhões como juros sobre o capital próprio, o que representa uma proposta de pagamento de 95% do lucro líquido do exercício, equivalente a R$ 1,5218031188 por ação. Dessa forma, pelo quinto ano consecutivo, a distribuição de proventos atingiu 95% do lucro líquido.

A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, a Companhia aprovou a intenção de declarar e pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante não inferior a 55% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei anteriormente mencionada. O valor dessas contribuições depende de vários fatores, tais como condição financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, condições macroeconômicas e estratégia de crescimento. Foi aprovada ainda a distribuição de dividendos em períodos semestrais.

O ISE reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas comprometidas com práticas de sustentabilidade e já se tornou uma referência para o investimento socialmente responsável





EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Em 21 de maio de 2007, o Conselho de Administração autorizou a emissão do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, no valor de R$ 1,5 bilhão, e a concomitante segunda emissão de debêntures da Companhia, já no âmbito do referido programa, no valor de R$ 350,0 milhões, correspondente a 35 mil debêntures. O prazo de vigência é de 7 anos para as debêntures da 1ª Série e 5 anos para as debêntures da 2ª Série, contados a partir da data de emissão, com vencimento final em 15 de maio de 2014 e 15 de maio de 2012, respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão atualizadas pelo IPCA e farão jus a juros remuneratórios, pagos anualmente, correspondentes a, no máximo, 8,70% ao ano. As debêntures da 2ª Série não serão atualizadas e farão jus a uma remuneração semestral que contemplará juros remuneratórios correspondentes a, no máximo, 103,5% da taxa DI.

Os recursos provenientes da emissão foram destinados à aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia Energética São Salvador (CESS). Os principais adquirentes foram fundos de investimento e entidades de previdência privada.

RATINGS

A Tractebel é avaliada periodicamente por duas agências de classificação de risco: a Standard & Poor's e a FitchRatings. A classificação atribuída por essas agências atesta a solidez e a transparência da Companhia.

Em 2007, a Standard & Poor's atribuiu upgrade ao *rating* da Companhia, passando de brA+ para brAA estável na Escala Nacional Brasil e brAA às 1ª e 2ª emissões de debêntures da Companhia na mesma escala. A FitchRatings, por sua vez, concedeu para a Companhia e para a 1ª e 2ª emissões de debêntures *rating* Nacional de Longo Prazo AA(bra) estável.



RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

TROFÉU TRANSPARÊNCIA 2007

Promovido pela ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) em parceria com o SERASA e a FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras), o prêmio contempla as empresas que divulgam o balanço patrimonial e demais relatórios contábeis da forma mais clara e precisa. A Tractebel foi premiada na categoria Companhia Aberta.

PRÊMIO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Concedido à termelétrica Jorge Lacerda, em reconhecimento ao trabalho de recuperação de áreas degradadas através da utilização de cinzas do carvão mineral e gestão de resíduos sólidos, desenvolvido pela usina no município de Capivari de Baixo (SC).

PRÊMIO BRASIL DE MEIO AMBIENTE

Concedido à Usina Hidrelétrica Machadinho, pelo projeto Sistema Agroflorestal Cambona 4, que promove a produção da erva-mate, procurando reconstituir o habitat natural da planta. O objetivo do projeto é conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico da região da usina.

MARKET FRIENDLY COMPANY

Prêmio da revista norte-americana Institutional Investor concedido ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores pela adoção de postura pró-ativa e transparente no relacionamento com profissionais do mercado de capitais.



Sede da
Tractebel Energia em
Florianópolis - SC

04. governança corporativa

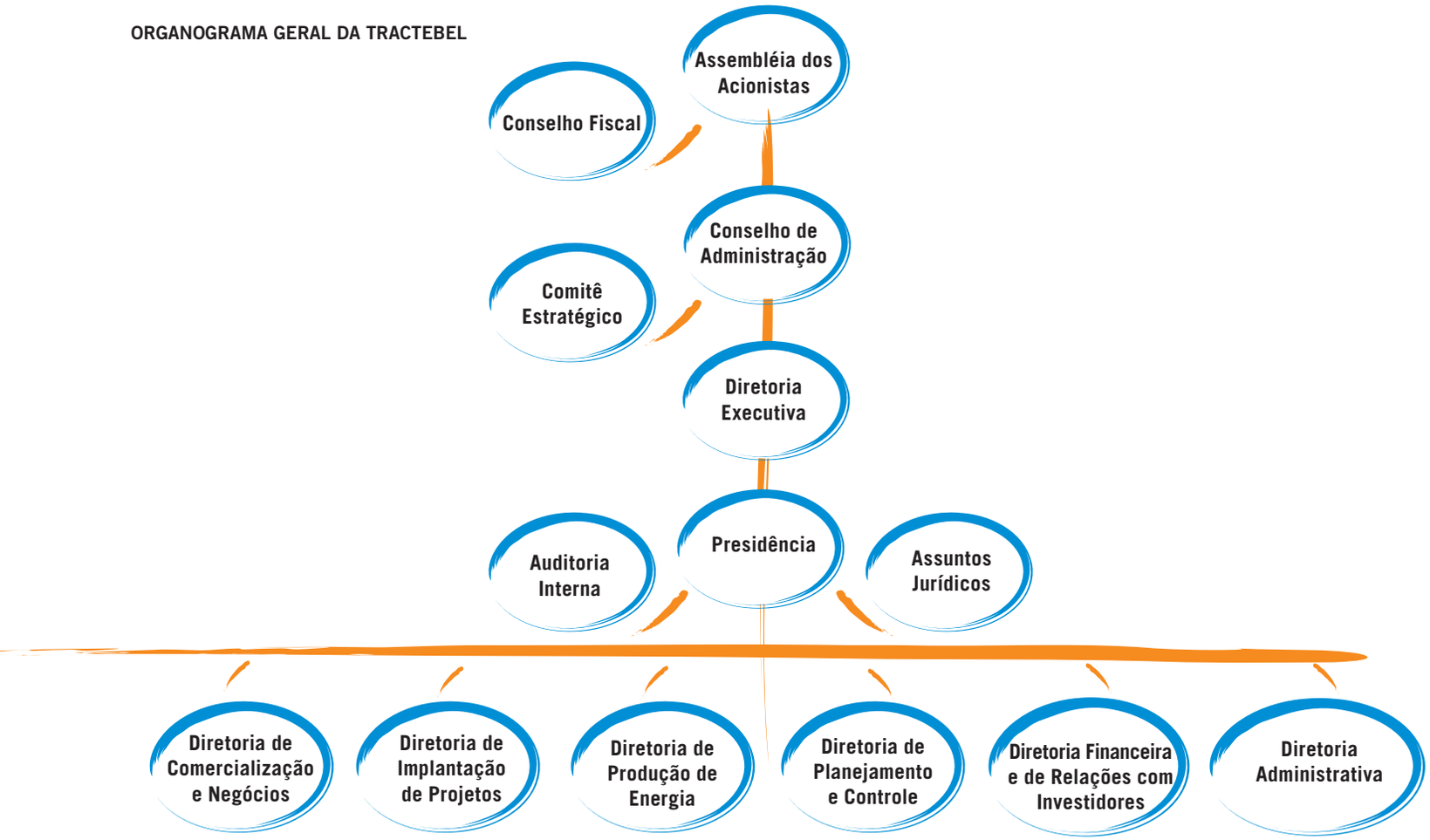
Companhia listada no Novo Mercado da Bovespa, a Tractebel conduz seus negócios de forma transparente e ética



A Tractebel conduz seus negócios de forma ética e transparente. Suas ações são negociadas no Novo Mercado, segmento da Bovespa integrado por companhias que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação. Cabe ressaltar que os princípios de governança da Tractebel estão em conformidade com os de sua controladora.

Adicionalmente, a Tractebel adequou sua estrutura de controle interno aos regulamentos da Sarbanes-Oxley (SOX), lei norte-americana voltada às companhias de capital aberto que visa garantir a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros e a criação de mecanismos de auditoria e segurança confiáveis. O objetivo é coibir a ocorrência de fraudes e assegurar a transparência na gestão das empresas. A Deloitte Touche Tohmatsu é a auditoria independente responsável por verificar a conformidade da Companhia com a SOX, bem como por auditar todos os seus resultados. A empresa presta exclusivamente serviços de auditoria externa.

ORGANOGRAMA GERAL DA TRACTEBEL



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Tractebel é composto por nove membros efetivos e igual número de suplentes, sendo dois conselheiros independentes e um representante dos empregados. Com exceção deste último (e seu suplente), todos são eleitos por acionistas em Assembléia Geral para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. Os acionistas minoritários têm o direito de fazer recomendações ao órgão nas Assembléias.

Entre as atribuições do Conselho estão estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovar o orçamento anual, eleger e destituir os diretores, bem como fixar suas responsabilidades.

O Diretor Presidente faz parte do quadro atual de membros, mas não exerce o cargo de presidente do Conselho. O mandato dos conselheiros atuais expira em abril de 2008.

Titulares	Cargo
Maurício Stolle Bähr	Presidente
Jan Franciscus María Flachet	Vice-Presidente
Manoel Arlindo Zaroni Torres	Conselheiro e Diretor Presidente
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos	Conselheiro
Dirk Beeuwsaert	Conselheiro
Pierre Michel Philippe Chareyre	Conselheiro
Luiz Antônio Barbosa	Conselheiro Independente
José Pais Rangel	Conselheiro Independente
Antonio Alberto Gouvêa Vieira	Conselheiro Independente

Maurício Stolle Bähr

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho (RJ) e em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) - RJ. Concluiu MBA pela CoppeAd - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Corporate Finance pela Universidade de Berkeley, nos EUA. Foi Diretor Financeiro da Serra da Mesa Energia S.A. e Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente, é Diretor Presidente da SUEZ Energy Brasil Ltda., Diretor da SUEZ Energy South America Participações Ltda., Representante Geral da SUEZ no Brasil, e Presidente do Conselho do ONS.

Jan Franciscus María Flachet

Engenheiro Eletromecânico formado pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica, possui mestrado em administração pelo Instituto de Administração e Gestão da UCL e participou do Programa de Gerenciamento CEDEP, associado ao INSEAD, em Fontainebleau, na França. Foi Chefe do Departamento de Operações na Unerg, em Brabant (Bélgica). Atuou na Electrabel como Gerente Geral de distribuição de energia elétrica. Foi Gerente Geral da Litoral Gás, na Argentina, Vice-Presidente Sênior de Operações de Distribuição e Comércio na Tractebel EGI e Vice-Presidente Executivo para Desenvolvimento de Negócios na América do Sul. Atualmente é Diretor Presidente da SUEZ Energy South America Participações Ltda.

Manoel Arlindo Zaroni Torres

Engenheiro Eletricista formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) e Especialista em Administração Geral pelo CEDEP/INSEAD, em Fontainebleau, na França. De 1973 a 1998, trabalhou em Furnas, onde foi Superintendente de Produção Sul e Superintendente de Operação no Sistema de FURNAS, representante no GCOI e na Comissão Mista de Operação da Usina de Itaipu e no COESE. Em 1998, passou a integrar a diretoria da Tractebel Brasil e atuou como Diretor de Operação, assumindo a presidência da Companhia em 1999. É membro do Conselho de Administração da Itá Energética.

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis (RJ) e em Economia pelo Instituto Metodista Bennett. É atuário pela Sociedade Universitária Augusto Motta - SUAM (RJ). Foi engenheiro residente na Sociedade Técnica de Engenharia e Representação (STER). Diretor da Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Paulo Williansems. Diretor Superintendente do Fundo de Pensão do Montreal Bank, do Banco Nacional e Presidente da Nacional Energética S.A. (responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa). Exerceu o cargo de Diretor Presidente da CEM, empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Cana Brava, até junho de 2002. É Diretor Presidente da Companhia Energética São Salvador (CESS).

Dirk Beeuwsaert

Engenheiro Mecânico e Eletricista formado pela Universidade de Gent (Bélgica). Participou do Programa de Gerenciamento CEDEP em Fontainebleau, na França. Foi membro da Diretoria Executiva da Tractebel Société Anonyme e do Comitê Estratégico da Electrabel Société Anonyme. Atuou como membro do Conselho de Administração e como Presidente da Tractebel Inc., e participou do Conselho de Administração da Tractebel North America. Foi diretor da Thai Cogeneration Co., da Nong Khae Cogeneration Co. e da Samutprakarn Cogeneration Co. É membro do Conselho da Vlerick Management School Leuven-Gent, do Conselho de Consultores da University of Gent, e do Conselho da Faculty of Applied Sciences. Atualmente, ocupa o cargo de presidente da SUEZ Energy International.

Pierre Michel Philippe Chareyre

Formado pelo Institut d´Etudes Politiques de Paris, com mestrado em Direito pela Universidade de Paris. Iniciou suas atividades profissionais no Midland Bank, na França, e posteriormente no Reino Unido. Em 1988, ingressou no grupo Société Générale de Belgique. Em 1989, foi CFO da Sogem, Grupo Union Minière, atualmente Unicore, e em 1993, CEO da mesma. De 1997 a 2001, foi CFO da REXEL (membro do Grupo PPR), antes de voltar novamente ao Grupo SUEZ como Vice-Presidente Sênior de Finanças da SUEZ Environment.

Luiz Antônio Barbosa

Técnico de Manutenção de Usinas. Foi diretor da Associação dos Empregados da Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), a ASES, e delegado na Associação dos Profissionais da Eletrosul (APROSUL). É Diretor Financeiro do Sindicato dos Eletricitários do Sul do Estado de Santa Catarina (SINTRESC).

José Pais Rangel

Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes (RJ), possui licenciatura em Direito e Legislação/Habilitação de Magistério pela Faculdade Niteroiense de Formação de Professores. No Banco Central do Brasil (Bacen), foi Inspetor de Mercado de Capitais, Supervisor de Fiscalização do Mercado de Capitais, Chefe do Departamento da Dívida Pública, Gerente de Operações de Mercado Aberto, Coordenador do Projeto e implantador do Sistema Selic no Mercado Financeiro Nacional. Foi fundador e membro do Conselho de Curadores da Fundação Banco Central de Previdência Privada (CEBTRUS) e coordenador do Programa de Desestatização de empresas controladas pelo Bacen. Foi assessor da Comissão Especial de Desestatização da SEPLAN (Presidência da República) e presidente da Cia. Nacional de Tecidos Nova América. Atuou como liquidante das empresas estatais DIGIBRÁS – Empresa Digital Brasileira S.A., DIGIDATA – Eletrônica S.A., e PROEL – Processos Eletrônicos Ltda. Atualmente, é Diretor-Presidente do Banco Clássico S.A.

Antonio Alberto Gouvêa Vieira

Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, possui pós-graduação em Administração de Empresas pela mesma universidade. Sócio do Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira, participou nos Conselhos de Administração de diversas empresas e associações, como o BFB - Banco de Investimento S/A (Crédit Lyonnais), a Associação das Câmaras de Comércio Européias (ACCE), a Union des Assurances de Paris (UAP), a Alcatel Telecomunicações S.A., a Acesita S.A. (ARCELOR), entre outras. Participou, também, de conselhos consultivos e fiscais de várias empresas. É membro do Conselho de Administração da Sociedade Francesa e Brasileira de Ensino (Lycée Molière) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva é composta por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos, com possibilidade de reeleição. Os diretores atuais foram eleitos no dia 10 de maio de 2007.

A Diretoria é responsável pela direção geral e representação da Companhia, além de cumprir as atribuições determinadas pelo Conselho de Administração.

Titulares	Cargo
Manoel Arlindo Zaroni Torres	Diretor Presidente
Marco Antônio Amaral Sureck	Diretor de Planejamento e Controle
José Carlos Cauduro Minuzzo	Diretor de Produção de Energia
Marc Verstraete	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Miroel Makiolke Wolowski	Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos
Luciano Flávio Andriani	Diretor Administrativo

Manoel Arlindo Zaroni Torres

Integra o Conselho de Administração: ver currículo na página 49.

Marco Antonio Amaral Sureck

Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal do Paraná, mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e especialista em Planejamento da Expansão e da Operação de Sistemas Elétricos pela University of Waterloo - Canadá. Trabalhou na Eletrosul de 1982 a 1997, onde gerenciou a Divisão de Planejamento Energético e o Departamento de Planejamento de Geração, Transmissão e Telecomunicações. Na Tractebel, trabalhou de 1998 a 2002 como Gerente da Área de Planejamento da Operação e Comercialização de Energia, participando das negociações do Acordo Geral do Setor Elétrico. Atualmente, é Diretor de Planejamento e Controle, respondendo pelas áreas de Planejamento da Operação, Regulação e Mercado, Contabilização de Energia e Planejamento Financeiro e Controle.

José Carlos Cauduro Minuzzo

Formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira profissional na Eletrosul em 1976, desempenhando suas atividades na área de Geração Térmica no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda até 1992. A partir desta data, gerenciou a Divisão de Engenharia e Manutenção de Térmicas até 1997 e, posteriormente, o Departamento de Geração Térmica até junho de 1999. Atualmente exerce as funções de Diretor de Operação da Companhia Energética Meridional e da Lages Bioenergética Ltda., sendo, também, Diretor do Comitê Gestor do Consórcio Itá e do Consórcio Machadinho. Também atua como suplente no Conselho de Administração da Tractebel, da Itá Energética S.A. e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná. Desde 1999 exerce a função de Diretor de Produção de Energia da Tractebel.

Marc Verstraete

Formado em Engenharia Comercial pela Catholic University of Louvain. É mestre em Gestão de Negócios pela International University of America. Foi Assistente Financeiro no ING Bank - Bélgica e Consultor Financeiro Sênior da SUEZ Tractebel Société Anonyme (Bélgica). Atualmente é Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Tractebel.

Miroel Makiolke Wolowski

Engenheiro Eletricista formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Administrador de Empresas pela Escola de Administração de Santa Catarina (ESAG). Possui pós-graduação em Administração Pública pela ESAG. Foi Engenheiro Projetista na Ericsson do Brasil e Gerente de Produção na Intelbrás. Na Eletrosul atuou como engenheiro, trabalhando na área de aquisições de usinas e grandes equipamentos, e elaborou, inclusive, os editais das termelétricas Jacuí e Corumbá. Na Gerasul trabalhou até dezembro de 2000, na área de Desenvolvimento de Negócios. Atualmente é Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos da Tractebel, e em 2007 foi eleito Presidente da Associação Paulista de Cogeração de Energia (COGEN – SP).

Luciano Flávio Andriani

Administrador de Empresas formado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com pós-graduação em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna de Lisboa. Iniciou suas atividades profissionais na Eletrosul, onde foi Gerente de Patrimônio, Documentação, Transporte, Serviços e Gerente de Recursos Humanos. É Diretor Administrativo da Tractebel desde setembro de 2000, responsável por recursos humanos, tecnologia da informação, suprimentos e comunicação institucional. Coordena os Comitês de Ética, de Inovação e de Sustentabilidade.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, órgão não permanente instalado a pedido dos acionistas, é composto por três membros e igual número de suplentes com mandato de um ano, que são responsáveis pela fiscalização dos atos dos administradores e por examinar as demonstrações financeiras. Os acionistas minoritários têm o direito de indicar um conselheiro, e o mandato dos conselheiros atuais expira em abril de 2008.

Titulares	Cargo
Newton de Lima Azevedo Júnior	Conselheiro Presidente
Paulo de Resende Salgado	Conselheiro
Manoel Eduardo Lima Lopes	Conselheiro

Newton de Lima Azevedo Júnior

Formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Exerceu a função de Diretor Geral do Projeto da hidrelétrica Itaipu na Themag Engenharia. Foi Diretor Presidente da Estudos Técnicos e Projetos Ltda. (ETEP) e diretor da Associação Brasileira dos Consultores de Engenharia (ABCE). Atuou como Diretor Presidente da Lyonnaise des Eaux do Brasil e da Águas do Amazonas (concessão privada de água e esgoto da cidade de Manaus). Atualmente, é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura e Indústria de Base (ABDIB), responsável pela área de saneamento ambiental, e sócio e Diretor Presidente da Eco-Enob Soluções Ambientais Ltda.

Paulo de Resende Salgado

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes, RJ, possui pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA/PDG – Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market-FGV-AID-EUA. Foi Vice-Presidente Residente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da LIGHT e da CSN. Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente, é Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

Manoel Eduardo Lima Lopes

Formado em Ciências Contábeis e Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi Auditor Geral e Superintendente de Controle no Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (BANERJ), consultor e diretor do Banco Clássico S.A. e Gerente de Controle da IRB – Brasil Resseguros S.A. Atualmente, é diretor do Banco Clássico S.A..

COMITÊS

COMITÊ DE ENERGIA

Estabelece a estratégia de comercialização - inclusive participação em leilões de energia elétrica, os preços de compra e venda, os limites das quantidades de energia envolvidas nos contratos que poderão fazer parte do portfólio da Companhia, além de propor soluções que mitiguem os riscos relacionados à comercialização que tenham sido apontados pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos. É responsável, também, pela aprovação do modelo de contrato de energia a ser negociado, e suas eventuais revisões. O monitoramento do mercado de energia elétrica também é sua atribuição.

COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE RISCO

Identifica e classifica os eventos que resultem em riscos aos negócios da Tractebel, segundo a probabilidade e a significância, e define os respectivos procedimentos de controle. Responsável pela promoção da conscientização do tratamento do risco da Companhia e pela definição de metas e diretrizes para o seu gerenciamento.

COMITÊ FINANCEIRO

Submete à Diretoria Executiva políticas de aplicação de recursos, de antecipação de pagamentos e de antecipação ou postergação de recebimentos. Quando conveniente, recomenda operações de reestruturação de passivo e de captação. Cabe a ela selecionar as instituições bancárias com as quais a Companhia tem interesse em trabalhar e identificar riscos de descasamentos nas operações passivas e ativas, eventualmente propondo operações de *hedge*.

COMITÊ DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Decide, através da interpretação da legislação tributária, em quais casos ou circunstâncias a Tractebel deve fazer contestações administrativas e judiciais. Também apresenta sugestões que possam resultar em benefícios junto às autoridades fiscais, inclusive em novos projetos da Companhia, através de oportunidades de economia de origem fiscal.

COMITÊ DE ÉTICA

Responde pela divulgação, aplicação e atualização do Código de Ética da Tractebel. É responsável pelo julgamento de casos de violação de maior gravidade e por deliberar sobre dúvidas de interpretação do seu conteúdo.

COMITÊ DE INOVAÇÃO

Estimula o surgimento de idéias que agreguem valor à Tractebel. Recebe e avalia as propostas, recomendando à Diretoria Executiva a alocação de recursos para a adoção daquelas selecionadas, bem como ações de reconhecimento dos autores. Através de suas ações, o Comitê colabora para que a Companhia participe de concursos promovidos pelo Grupo SUEZ voltados ao fomento da criatividade.

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Contribui para consolidar a imagem da Tractebel como uma empresa transparente e sustentável, que busca conciliar os interesses dos diferentes públicos que interagem com a Companhia, através de ações que busquem a melhoria ambiental, cultural e social em sua área de influência. Promove o conceito de desenvolvimento sustentável dentro da companhia e avalia solicitações de apoio sócio-ambientais.

COMITÊ ESTRATÉGICO

O Comitê Estratégico da Tractebel é um órgão consultivo da administração, com funções de opinar e aconselhar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva nos assuntos que lhe sejam submetidos. Tratam-se de assuntos estratégicos da Companhia como, por exemplo, a seleção e o acompanhamento dos projetos de expansão do seu parque gerador e as tendências do setor elétrico. Normalmente são convidados Diretores da Tractebel, bem como profissionais externos, para expor assuntos previamente selecionados para a agenda.

REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2007, a remuneração dos membros da Diretoria Executiva atingiu R$ 5,9 milhões e a dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal totalizou R$ 2,4 milhões.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A política de divulgação da Tractebel atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Bovespa. A Companhia divulga fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a divulgação de dados sobre seus negócios de forma a dar aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão em relação a seus investimentos.

Adicionalmente, disponibiliza as divulgações de resultados trimestrais, os comunicados ao mercado, os *press releases*, suas políticas e práticas, bem como outras informações institucionais em seu *site*. As demonstrações financeiras são publicadas anualmente em jornais de ampla circulação.

Os outros meios de divulgação de informações corporativas são o jornal externo Boas Novas, o jornal interno Conexão, e boletins eletrônicos de circulação interna e intranet, com informações para os empregados.

POLÍTICAS E DIRETRIZES DE GESTÃO

As políticas e diretrizes de gestão estão estabelecidas no Estatuto Social, no Manual de Organização, no Manual de Pessoal, no Código de Ética, no Código de Meio Ambiente, nas Diretrizes de Comunicação Empresarial e em seis normas de gestão administrativa:

- >> limites de competência e assinaturas;
- >> organização e funcionamento dos órgãos da alta administração;
- >> compras;
- >> acesso e segurança das instalações;
- >> pagamentos; e
- >> viagens.



RELAÇÃO COM INVESTIDORES

A área de Relações com Investidores é responsável pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, através do programa Por Dentro das Usinas. Mantém contato com investidores e analistas de mercado através desses eventos, reuniões diretas, contatos telefônicos e por meio da seção Investidores, no *site* da Tractebel.

RELAÇÃO COM A IMPRENSA E COMUNIDADES

A Tractebel possui políticas e diretrizes para nortear os relacionamentos internos e externos da Companhia, estabelecendo as responsabilidades e definindo os limites de atuação. A coordenação destas questões é de responsabilidade da Diretoria Administrativa, maximizando sinergias e orientando nas questões de fortalecimento da imagem da Companhia.

CÓDIGO DE ÉTICA E VALORES

Em 2007, foi aprovada a segunda versão do Código de Ética da Tractebel, substituindo a versão vigente desde o ano de 2001. Reafirma os valores corporativos, listados na capa deste relatório, as normas de conduta exigidas pela Companhia de seus colaboradores e parceiros, esclarece questões de comportamento ético, e define princípios a serem observados no relacionamento com os públicos que interagem com a Tractebel. O documento está alinhado aos valores e princípios da SUEZ e está disponível no *site* da Companhia (www.tractebelenergia.com.br).



Usina Hidrelétrica
Passo Fundo

05. gestão de riscos

Com a criação do Comitê de Gerenciamento de Riscos, a Tractebel passou a contar com um órgão dedicado à avaliação e ao controle de riscos



Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos aos seus negócios, a Tractebel criou o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe promover internamente a conscientização do tratamento do risco, definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação, classificá-los e definir os procedimentos de seu controle.

O Comitê é composto por um representante das áreas responsáveis pelo planejamento financeiro, regulação e mercado, planejamento da oferta de energia, finanças, comercialização, auditoria, implantação de projetos e produção de energia. A coordenação geral do Comitê é atribuição do Diretor de Planejamento e Controle.

Cada risco identificado é classificado quanto à sua probabilidade de ocorrência, significância (ou severidade) e grau de controle exigido. Da análise, desenvolve-se um plano de ação mitigatório para cada um dos riscos. O gerente do departamento em cuja área de abrangência o risco se origina é o "dono do risco" e será responsável pela implantação e monitoramento do plano de ação. Importante notar que, quando da análise dos riscos, é feita também uma avaliação das eventuais oportunidades associadas.



Como resultado do processo de análise, é gerada uma matriz de riscos e oportunidades empresariais, a ser aprovada pela Diretoria Executiva e apresentada ao Conselho de Administração, e depois ao controlador. Essa matriz compreende:

>> a descrição dos riscos;

>> a menção ao “dono do risco”;

>> as estratégias de mitigação;

>> a evolução do risco;

>> a classificação de probabilidade, significância e controle;

>> os planos de ação; e

>> a descrição, causas, benefícios, evolução e avaliação das oportunidades.

Estão listados a seguir os principais riscos dos negócios da Tractebel:

1) RISCO SÓCIO-AMBIENTAL DAS USINAS EM OPERAÇÃO

Descrição: obrigações sociais e ambientais não previstas na implantação do empreendimento, comprometendo a capacidade de remuneração do investimento realizado.

As principais causas são os movimentos sociais oportunistas, a ampliação da indenização da faixa de terra em torno do reservatório além do originalmente previsto, a mudança dos critérios de vazão mínima e restrição ao deplecionamento dos reservatórios das usinas e a imposição de obrigações ambientais e social injustificáveis.

2) RISCO DE MERCADO

Descrição: a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter um comportamento diferente do previsto.

As principais causas são a volatilidade do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), a diferença de preços entre submercados - possibilitando vendas e compras a preços distintos -, a predominância de ideologias estatizantes, o crescimento no nível de intervenção do governo, o rateio de exposições residuais entre os geradores do MRE, o contingenciamento de consumo (racionamento), o uso da Curva de Aversão ao Risco na formação do PLD, a possibilidade de descontratação unilateral por parte das distribuidoras, a atração de investimentos para o mercado cativo em detrimento do mercado livre, em decorrência do modelo setorial atual, a perspectiva de PLD crescente nos próximos anos e o desequilíbrio entre oferta e demanda, devido à falta de investimentos e de combustível (gás).

3) RISCO REGULATÓRIO

Descrição: evolução adversa da regulação do setor elétrico.

As principais causas decorrem da falta de estabilidade regulatória, do aumento da complexidade do modelo setorial, da alteração nos encargos setoriais e da redução da energia assegurada das usinas (Decreto 2.655/98: 5% em cada avaliação, limitado a 10%).

4) RISCO DE QUEBRA DE CONTRATO

Descrição: descumprimento de disposições constantes dos contratos de venda de energia.

As principais causas são o desequilíbrio econômico-financeiro dos clientes, a saída de clientes livres de distribuidoras atendidas pela Tractebel, as alterações regulatórias, as ações judiciais contra distribuidoras e o questionamento judicial quanto à efetividade dos contratos.

5) RISCO NO DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROJETOS

Descrição: atraso no cronograma da obra ou custos adicionais na implantação ou na operação da usina.

As principais causas são o questionamento a dispositivos contratuais, a ação de movimentos sociais oportunistas, as demandas ambientais exageradas, os acidentes da natureza e as deficiências de projeto ou falhas de controle da qualidade.

6) RISCO CAMBIAL

Descrição: depreciação do Real frente às moedas que integram o passivo da Tractebel, devido ao mau desempenho da economia brasileira e alterações na economia internacional.

A principal causa é a existência de empréstimos e financiamentos em moeda externa com política de câmbio flutuante.

7) RISCO DE INDISPONIBILIDADE DE ENERGIA

Descrição: indisponibilidade da garantia física das plantas próprias da Tractebel e da energia contratada.

As principais causas são a indisponibilidade por acidentes ou falhas humanas com intensidade superior àquela considerada no cálculo da garantia física e a indisponibilidade de combustível.

8) RISCO DE ACIDENTES NATURAIS

Descrição: a ocorrência de eventos da natureza atingindo as usinas da Tractebel.

A principal causa é a ocorrência de desastres naturais que comprometam a capacidade de geração de energia elétrica das usinas da Companhia.

06. ativos intangíveis



Imagem da campanha
"Geração consciente"

Campanhas como “Geração consciente” e “Vamos fazer um mundo melhor” evidenciam a ligação da Companhia com questões relacionadas à sustentabilidade



GERAÇÃO CONSCIENTE
TRACTEBEL ENERGIA

IMAGEM

A Tractebel construiu uma marca forte e respeitada ao longo de seus quase dez anos de existência. Mantê-la é um desafio árduo e contínuo, e para isso conta com uma unidade de comunicação empresarial responsável pela coordenação das questões de imagem institucional, do fortalecimento da marca, das atividades de relações públicas, do relacionamento com a imprensa e das questões de responsabilidade social da Companhia. A coordenação centralizada destas questões resultou em coerência e unicidade de mensagens.

A imagem institucional da Companhia, desde sua constituição no Brasil, tem base em questões relacionadas à sustentabilidade. Sempre que possível, a marca é associada à mensagem “Energia para a vida”, evidenciando o quanto a Tractebel é importante para a sociedade, e motivando e comprometendo o seu corpo funcional com este objetivo.

Em 2007, as mensagens publicitárias tiveram como tema a “Geração consciente”. Geração consciente de pessoas, geração consciente de atitudes, geração consciente de energia e de compromisso com um futuro melhor.

Na região do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda foi implementado uma campanha adicional, com o tema “Vamos fazer um mundo melhor”. Durante o ano, anúncios e comerciais mostraram o que a Tractebel realiza em favor do meio ambiente e da população, e convidaram as pessoas a fazer o mesmo.

A imagem da Tractebel junto aos diversos públicos é objeto de verificação. Os empregados são ouvidos em pesquisas de clima organizacional; os clientes, através de pesquisas de satisfação; e a comunidade, através de pesquisas de opinião.

Os prêmios e certificações comprovam a boa imagem da Companhia. O Troféu Transparência 2007 foi concedido pela divulgação de seus resultados de forma clara e precisa. A inclusão de suas ações na carteira do ISE pelo terceiro ano consecutivo mostra a qualidade de seus serviços e a responsabilidade sócio-ambiental. A renovação das certificações de qualidade de processos e de cuidado ambiental (NBR ISO 9001 e 14001) reforçam a imagem ética e responsável.

TECNOLOGIA

A Tractebel investe continuamente em tecnologia, com ênfase em seu parque gerador e sistemas informatizados. Em 2007, foi destaque a evolução do monitoramento patrimonial geo-referenciado por satélite, resultante de um estudo, patrocinado pela Agência Espacial Européia (ESA) e desenvolvido sob a coordenação da Tractebel Engineering, empresa de engenharia do Grupo SUEZ, com o suporte das empresas especializadas Keyobs, Cap Conseil e Nadar, tendo a participação da Tractebel e da SUEZ Energy International (SEI). O estudo produziu uma valiosa ferramenta de mensuração de parâmetros de desenvolvimento sustentável por meio de imagens de satélite em empreendimentos hidrelétricos, tendo a usina Cana Brava, da Tractebel, servido como caso-piloto. O sistema mede quatro indicadores de desenvolvimento sustentável:

>> potencial de biodiversidade;

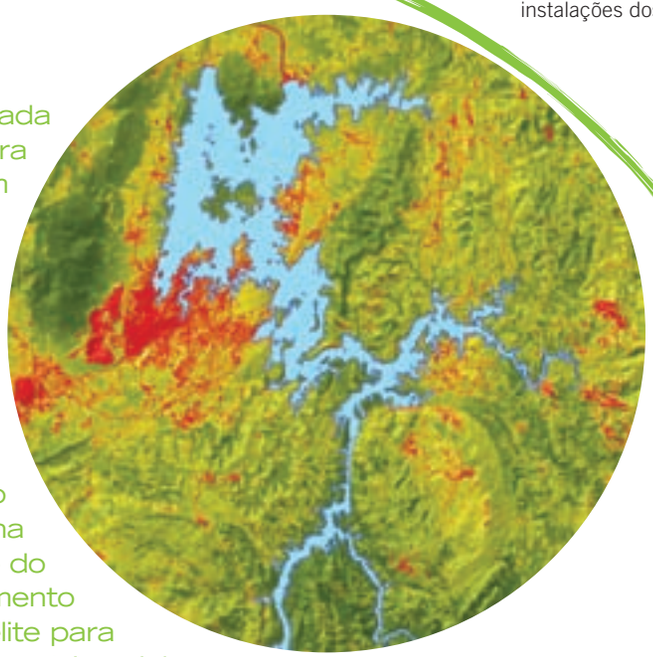
>> erosão;

>> dinâmica populacional; e

>> atividades sócio-econômicas e respectivo uso da terra.

Ainda em 2007, para a pré-operação, operação em tempo real e pós-operação de suas unidades geradoras, os sistemas da Tractebel foram configurados para formarem um banco de dados único, acessível aos seus usuários através da intranet corporativa e da internet. Os sistemas dispõem de uma infra-estrutura de hardware e software de alta disponibilidade (ambiente redundante e BCP-Business Continuity Plan) e desempenho.

A Tractebel prioriza o estabelecimento de parcerias com empresas das regiões onde atua. Por exemplo, encontra-se em desenvolvimento um sistema que utiliza técnicas de inteligência artificial para diagnóstico de ocorrências na rede elétrica, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e uma empresa de Florianópolis; e um sistema de medição de energia para faturamento da Companhia, que hoje realiza a medição centralizada de todo seu parque de medidores, a partir das suas usinas e das instalações dos seus clientes industriais.



A imagem captada por satélite mostra as áreas com alto potencial de biodiversidade (em verde) e as com menor potencial (em vermelho) da região de Cana Brava. A usina serviu como caso-piloto na utilização do geo-referenciamento por satélite para monitoramento patrimonial

INOVAÇÃO

Em 2007, a Companhia teve dois projetos premiados com o troféu Iniciativa de Inovação, concedido pela SUEZ, que faz a seleção entre todas as empresas controladas do Grupo. Os projetos agraciados com o prêmio são relacionados ao monitoramento de fornecedores e à gestão ambiental. Este último é denominado GeoWeb e utiliza como plataforma a ferramenta de geo-referenciamento citada no capítulo "Tecnologia".

Para desenvolver internamente o espírito de inovação, foi formado um Comitê de Inovação, que tem como objetivos: criar um clima estimulante para novas idéias, motivar a participação, avaliar as sugestões e os projetos apresentados dentro do Programa Inove!, e recomendar recompensa a seus autores, de acordo com os benefícios gerados para a Companhia.

CAPITAL HUMANO

A Tractebel tem consciência de que sua continuidade depende da qualidade de seu patrimônio intelectual. Atualmente possui uma equipe capacitada e que conhece profundamente o campo de atuação da Companhia. Como sua idade média é elevada, para manter a excelência no futuro é preciso preparar pessoas desde já. Com este objetivo, está sendo implementado um programa de sucessão para identificar e desenvolver boas alternativas de substituição de empregados em posições-chave. Atrair, motivar e reter talentos é uma preocupação que tem merecido especial atenção da direção da Companhia (leia mais detalhes no capítulo "Relacionamento com Públicos de Interesse").





Área de preservação
ambiental do Complexo
Termelétrico Jorge Lacerda

07. gestão ambiental

A política ambiental da Tractebel visa garantir o uso sustentável dos recursos naturais



A Tractebel estabeleceu políticas e diretrizes de gestão ambiental para suas usinas hidrelétricas e termelétricas, com o objetivo de garantir o uso sustentável dos recursos naturais, monitorar e controlar possíveis impactos ambientais. As ações desenvolvidas incluem pesquisas, gerenciamento de resíduos e recuperação das áreas degradadas.

Sua política de gestão ambiental tem por princípios:

>> **Comprometimento -** Para a Tractebel, o respeito ao meio ambiente é componente fundamental de sua identidade e de seus valores.

>> **Compreensão** - A Tractebel elabora estudos dos impactos de suas atividades no meio ambiente com a finalidade de garantir a preservação dos recursos naturais e o controle dos riscos ambientais, atuando, primordialmente, de forma preventiva.

>> **Capacitação Técnica –** A Tractebel realiza programas de pesquisa e desenvolvimento para a melhoria contínua dos seus métodos e processos, cumprindo as exigências de seus clientes, da sociedade e da evolução da legislação ambiental.

>> **Compartilhar** – A Companhia faz questão de divulgar seus objetivos e resultados ambientais a empregados, clientes, acionistas, associados e órgãos de meio ambiente, mantendo um diálogo aberto com a opinião pública.

As premissas acima estão detalhadas no Código de Meio Ambiente da Companhia, que está disponível em seu *site*.

Código de Ética Sócio-ambiental: a geração de energia elétrica comprometida com o desenvolvimento sustentável

A Tractebel mantém uma postura pró-ativa em relação a iniciativas que incentivem a geração sustentável de energia elétrica. É membro, por exemplo, do Instituto Acende Brasil, que desenvolve estudos e projetos com a finalidade de promover a transparência e a sustentabilidade do setor elétrico brasileiro, tendo a Companhia participado, ativamente, do processo de elaboração do Código de Ética Sócio-ambiental, divulgado pelo Instituto em junho de 2007.

O Código é um conjunto de princípios para construção e operação de usinas, que respeitam as dimensões social, ambiental e econômica, de forma que a conservação ambiental progrida lado a lado com o crescimento econômico, a geração de empregos, o aumento da renda e a inclusão social.

Ao assinar o Código de Ética Sócio-ambiental, a Tractebel assumiu publicamente o compromisso de atender aos princípios previstos pelo documento, relacionados a seguir:

I. Redução e controle dos impactos sobre o meio ambiente;

II. Conservação da biodiversidade e dos recursos naturais;

III. Respeito às comunidades;

IV. Educação e saúde como elementos de transformação social; e

V. Transparência e diálogo.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE QUALIDADE E MEIO AMBIENTE

Além de cumprirem as condicionantes estabelecidas pelas licenças ambientais e a legislação vigente, todas as usinas da Tractebel possuem Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, certificado conforme os requisitos da NBR ISO 9001-2000 e da NBR ISO 14001-2004, que contemplam os seguintes objetivos gerais:

- >> Atuar de forma efetiva em ações de conservação nas áreas de influência das usinas e dos reservatórios;
- >> Equacionar os impactos ambientais causados pela formação dos reservatórios, agregando à sua implantação perspectivas de melhoria de vida na região, a pesquisa e o resgate antropológico, físico e biótico;
- >> Utilizar racionalmente os recursos naturais;
- >> Reduzir a geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas;
- >> Reduzir as emissões de ruído; e
- >> Aprimorar o relacionamento com a comunidade.



USINAS TERMELÉTRICAS

Nas termelétricas, a Companhia mantém atividades de monitoramento e avaliação da qualidade do ar e das águas, cujos resultados são encaminhados aos órgãos ambientais responsáveis pelo licenciamento e fiscalização das usinas e outros órgãos e entidades locais, como prefeituras, por exemplo.

O controle de emissões é feito por meio de equipamentos e procedimentos, tais como:

>> sistema de retenção de material particulado por meio de precipitadores eletrostáticos;

>> controle de enxofre no combustível, que objetiva reduzir a formação de dióxido de enxofre e, conseqüentemente, a redução da sua emissão para a atmosfera; e

>> reaproveitamento de resíduos, como, por exemplo, das cinzas leves pela indústria cimenteira.

A qualidade das águas é garantida por meio de um sistema de tratamento de efluentes líquidos que opera em regime fechado, controlando o lançamento de poluentes nos rios. Por meio de áreas de estocagem de combustível com bacias de contenção, consegue-se prevenir a poluição por vazamentos, caso venham a ocorrer.

Consumo de Combustíveis

As usinas termelétricas da Tractebel geram energia a partir de derivados de petróleo (óleo diesel e combustível), carvão mineral e gás natural. A Unidade de Co-geração Lages, por sua vez, produz eletricidade a partir de resíduos de madeira (biomassa) fornecidos por madeireiras e outras indústrias da região. As termelétricas foram responsáveis por 14,8% da energia total gerada pela Companhia, em 2007.

Materiais	2005	2006	2007
Carvão mineral (ton.)	2.910.434	3.215.121	3.341.888
Óleo combustível (m³)	2.421	2.844	2.748
Óleo diesel (m³)	2.764	3.280	2.944
Gás natural (m³)	250.383.624	193.378.463	23.563.014

Consumo de Água

A água superficial consumida pelas termelétricas do Complexo Jorge Lacerda, Charqueadas, Alegrete e Lages é destinada basicamente à refrigeração e à geração de vapor. A usina William Arjona é a única termelétrica do parque gerador da Tractebel que utiliza água subterrânea para fins potáveis e de limpeza da planta.

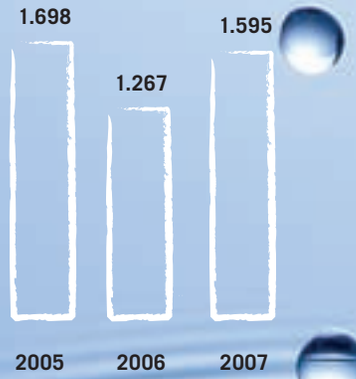
Em sua grande parte, a água usada no processo de extração de cinzas em Jorge Lacerda e Lages é reutilizada, havendo necessidade de reposição anual de aproximadamente 50% da capacidade total do sistema, devido a perdas por evaporação. O volume médio anual de água consumida no processo de extração de cinzas da Usina Termelétrica Jorge Lacerda C é de 7.091.400 m³.

Para reduzir o consumo da água em Charqueadas, a Tractebel alterou o sistema de extração de cinzas e fechou o circuito de água do sistema, o que resultou na redução de 450 m³/h de água (de 500 m³/h para 50 m³/h). Em Lages, foi instalado um filtro a vácuo, cuja finalidade é a redução de umidade das cinzas e dos lodos retidos na Estação de Tratamento de Efluentes, diminuindo o desperdício de água com estes resíduos.

Consumo de Água de Superfície (m³)



Consumo de Água Subterrânea (m³)



Controle de Emissões

A Tractebel investe continuamente na melhoria do controle de emissões de suas usinas, em equipamentos modernos e mais eficientes. As termelétricas de seu parque gerador possuem equipamentos de retenção de partículas e utilizam carvão com teor de enxofre de no máximo 2,3%, ou seja, menor que o encontrado no carvão em seu estado natural, ou óleo com no máximo 2,2% de enxofre – ambas as taxas estão em conformidade com os padrões exigidos pela legislação, atendendo assim ao requerido nas licenças de operação das usinas. A medida contribui para a redução das emissões de dióxido de enxofre (SO_2) na atmosfera. Os precipitadores eletrostáticos instalados nas usinas movidas a carvão mineral, por sua vez, permitem o abatimento de mais de 98,5% das emissões do material particulado.

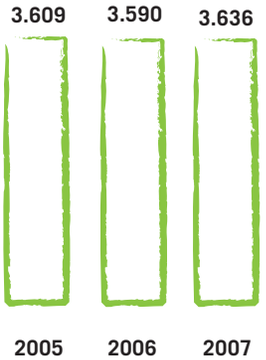
A Companhia monitora a qualidade do ar e os níveis de emissão de SO_2, óxido de nitrogênio (NOx) e material particulado (MP). A divulgação desses resultados é direcionada para agências ambientais, prefeituras, câmaras de vereadores e promotorias públicas das cidades onde as plantas estão localizadas.

Os gráficos a seguir mostram o total de emissões das usinas termelétricas do Complexo Jorge Lacerda, de Charqueadas, Alegrete, William Arjona e da Unidade de Co-geração Lages.

Emissão de CO_2 (ton)



Emissão de Material Particulado (ton)



Emissão de NOx (ton)



Emissão de SOx (ton)



USINAS HIDRELÉTRICAS

A construção de uma hidrelétrica altera a estrutura e a dinâmica da flora e da fauna terrestre e aquática da região da sua instalação e requer a análise de impactos no lençol freático e de efeito erosivo; demanda a análise da qualidade da água; e exige estudos de animais peçonhentos, insetos, caramujos e outros possíveis transmissores de doenças. Assim, pelo seu caráter de interesse público, sua implantação só ocorre após estudos extensivos, que são submetidos à audiência pública e análise dos órgãos de meio ambiente, ANEEL, EPE, entre outros. Posteriormente, a empresa vencedora do leilão público realizado pelo governo para a concessão do empreendimento hidrelétrico passa a ser a responsável pela completa gestão ambiental da área de abrangência do reservatório.

Nas usinas que implanta e opera, a Tractebel segue todas as normas e regulamentos ambientais, procurando de forma responsável minimizar os impactos referentes às suas atividades. A Companhia monitora os possíveis efeitos da formação do reservatório, como:

>> a eventual proliferação de espécies oportunistas, como as macrófitas aquáticas (plantas que crescem na superfície das águas, em decorrência da concentração de carga de poluentes orgânicos);

>> a variação na população de algumas espécies da fauna e flora aquáticas, especialmente as que necessitam de ambiente de corredeiras, como os peixes migradores e as plantas reófitas (espécies de plantas confinadas às margens pedregosas de córregos e rios de fluxo rápido); e

>> a dinâmica da vegetação nas margens, do regime hídrico e das características físico-químicas da água e da elevação do lençol freático.

Com a estratégia de tornar a gestão do impacto ambiental da implantação de uma hidrelétrica em fonte de pesquisa científica, a Companhia realiza ações como:

>> **Salvamento e conservação da flora –** Uma equipe coleta sementes e flores para serem estudadas e catalogadas e que, posteriormente, servirão para produzir mudas.

>> **Monitoramento e conservação da fauna –** Biólogos e veterinários estudam e fazem o salvamento dos animais da região durante o desmatamento e formação do reservatório.

>> **Controle de processos erosivos e monitoramento do lençol freático –** Técnicos coletam amostras de água e medem o seu nível nas cisternas em propriedades, além de estudarem rochas e obterem amostras de tipos de solo para análise.

>> **Programa de saúde –** Cientistas estudam os tipos de insetos e caramujos da região para identificar possíveis focos de doenças. O programa promove a prevenção de acidentes com animais peçonhentos e realiza um levantamento sobre a situação da saúde dos municípios.



CESS cadastra animais do cerrado ameaçados de extinção

Durante 2007, a Companhia Energética São Salvador (CESS) deu continuidade ao Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna, iniciado em maio de 2006.

Pesquisadores cadastram e acompanham os animais durante o processo de desmatamento da área do canteiro de obras do reservatório da hidrelétrica, situada em Tocantins, na fronteira com Goiás.

Os estudos são importantes para o resgate e preservação dos animais que habitam o cerrado brasileiro, alguns ameaçados de extinção, como a jaguatirica, o tatu-canastra, a onça-pintada e a arara-azul-grande.



Nas hidrelétricas, além dos programas ambientais de verificação da qualidade das águas, da ictiofauna, da flora aquática e da fauna silvestre, é feito o monitoramento das condições climatológicas e sismológicas e de efluentes líquidos, bem como a recuperação e formação da faixa ciliar e uma série de medidas de caráter social, como programas de indenização, assistência social e técnica, remanejamento e monitoramento populacional, reordenamento fundiário e recomposição da infra-estrutura.

Alguns dos programas ambientais são desenvolvidos em conjunto com instituições de ensino das regiões onde as usinas estão localizadas, como a Universidade Federal de Santa Catarina, que atua nos programas relacionados aos reservatórios do Rio Uruguai, e a Universidade do Oeste do Paraná, que está ligada aos programas voltados às usinas do Rio Iguaçu.

A Tractebel possui hortos florestais próprios, onde produz mudas de espécies nativas para reflorestamento e recuperação de áreas. Somente em 2007, promoveu o plantio de 292.700 mudas de espécies nativas nas áreas do entorno das usinas, e a doação de outras 86.000 mudas às comunidades locais.

Muitas dessas atividades se iniciam durante a construção da hidrelétrica e permanecem durante todo o período da sua concessão. Por exemplo, após a construção das usinas, a Companhia se dedica à manutenção da qualidade da água dos reservatórios e à conservação da área no seu entorno. São realizadas constantes avaliações para monitoramento ambiental e patrimonial, feitas por profissionais devidamente qualificados e treinados. Órgãos de fiscalização, como a Polícia Ambiental, com os quais a Companhia mantém convênios, também realizam esse monitoramento.

A gestão patrimonial tem no recurso de geo-referenciamento por imagens de satélite, conforme descrito no capítulo “Ativos Intangíveis”, uma de suas ferramentas.



Projeto garante preservação de peixes migradores

Um bom exemplo do resultado da colaboração entre a Companhia e instituições de ensino e pesquisa é o realizado por meio dos consórcios Itá e Machadinho e o LAPAD - Laboratório de Biologia e Cultivo de Peixes de Água Doce, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que resultou na soltura de peixes nativos no lago da hidrelétrica Machadinho, em novembro de 2007.

O objetivo do projeto é garantir a preservação dos peixes migradores da bacia do Rio Uruguai, por meio da reprodução em cativeiro. Foram lançados 3 mil filhotes de dourado e 3 mil de grumatão, todos com uma marca plástica no dorso para facilitar a coleta de informações.

Área dos reservatórios das hidrelétricas

Usina	Área
Itá	142 km²
Machadinho	79 km²
Passo Fundo	151 km²
Salto Santiago	208 km²
Salto Osório	55 km²
Cana Brava	139 km²

Preservação da Biodiversidade Local

>> Salto Osório, Salto Santiago e Cana Brava

O Programa de Reflorestamento nos Reservatórios das hidrelétricas Salto Osório, Salto Santiago e Cana Brava, que abrange uma área de 4,62 km², prevê o plantio de 578 mil mudas nos reservatórios de Salto Santiago e Salto Osório até maio de 2010, além da produção anual de 50 mil mudas e plantio de outras dez mil no entorno de Cana Brava até janeiro de 2009.

O programa, elaborado com a participação de especialistas, foi aprovado pelos órgãos ambientais competentes e conta com a parceria da comunidade do entorno dos reservatórios, que contribui, além da conservação do entorno, com o plantio de mudas doadas pela Tractebel.

>> Itá

O reservatório da usina, localizado na divisa dos municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS), inclui uma área contígua de 22,56 km² de Área de Preservação Permanente (APP), adjacente ao Parque Estadual Fritz Plaumann (SC), de 7,41 km², e ao Parque Municipal Teixeira Soares (RS), de 4,61 km².

Os parques são compensações ambientais da usina Itá, juntamente com o Parque Municipal de Preservação Ambiental de Severiano de Almeida (RS), de 0,15 km². A APP marginal ao Rio Uruguai abrange as áreas verdes preservadas dos imóveis lindeiros, que perfazem um total de 12,74 km². A Tractebel disponibiliza equipe para vigilância ambiental e sócio-patrimonial do reservatório e seu entorno. A proteção dos parques e das reservas, porém, é responsabilidade da Polícia Ambiental de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Corredores ecológicos ligam florestas nativas

A Tractebel desenvolve estudos e projetos para criação e preservação de corredores ecológicos formados por espécies da flora local, com o objetivo de ligar formações vegetais nativas que ficaram isoladas devido à ocupação humana. Assim, cria-se um caminho para que os animais possam circular e se reproduzir numa biodiversidade semelhante à do seu habitat original. Isso é possível graças a uma detalhada pesquisa da fauna e da flora da região, como também à conscientização das comunidades locais.



>> Machadinho

Localizado entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS), seu reservatório possui 44,05 km² de APP, adjacente ao Parque Florestal Estadual Espigão Alto (RS).

O Parque Florestal Estadual do Espigão Alto, com área total de 13,33 km², está conectado com a área de preservação permanente do reservatório de Machadinho e com áreas remanescentes de propriedade do Consórcio Machadinho, que somam 38,89 km². A vigilância do parque e da APP está a cargo das Polícias Ambientais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que mantêm convênio com o consórcio para apoio operacional.

>> Passo Fundo

O reservatório da hidrelétrica Passo Fundo, situado em Entre Rios do Sul, ao norte do Rio Grande do Sul, possui 64 ilhas, que totalizam 4,85 km² de APP. É adjacente ao Parque Estadual Rondinha, em Rondinha (RS), com área de 10 km², e à Reserva Municipal da Sagrisa, em Pontão (RS), de 4 km². A Polícia Ambiental do Rio Grande Sul é responsável pela fiscalização tanto do parque quanto da reserva, e também mantém parcerias com a Companhia para apoio neste sentido.

Parque preserva ecossistema ameaçado de Santa Catarina

Em novembro de 2007, foi inaugurado o Parque Estadual Fritz Plaumann, criado como medida de compensação ambiental pela construção da hidrelétrica Itá. Situado em Concórdia (SC), o parque possui área de 7,41 km² e é a primeira e única unidade de conservação da floresta estacional decidual em Santa Catarina, um dos ecossistemas mais ameaçados do estado, devido às atividades agrícola, pecuária e de exploração de madeira.

O parque, que está aberto à visitação pública, é administrado por intermédio de uma parceria entre a Fatma (Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina) e a Ecopef (Equipe Co-gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann), que é responsável também pelos projetos de educação ambiental a serem desenvolvidos. O público estimado é de 2 mil pessoas por mês.

Novo projeto

Em 2008, a Tractebel iniciará a construção de um novo parque, cujo objetivo será a recuperação ambiental de 0,50 km² de área próxima à usina Jorge Lacerda, situada em Capivari de Baixo (SC). Desenvolvido pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), o Parque Ambiental Jorge Lacerda reunirá pistas para caminhadas, ciclovias, lago, centro de educação ambiental, anfiteatro, horto florestal, entre outras opções de lazer.

PROJETO DE MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO

A Unidade de Co-geração Lages está oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), como sendo uma atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto. A termelétrica está, portanto, habilitada a gerar créditos de carbono para comercialização pela Lages Bioenergética.

O projeto prevê a geração de cerca de 220 mil RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) por ano, no período de dez anos, compreendido entre novembro de 2004 e outubro de 2014. Em janeiro de 2007, a Tractebel fechou contrato de venda de 750.000 RCEs, volume que representa 40% do total de RCEs a serem emitidas futuramente, e que deverá ser entregue ao Prototype Carbon Fund (PCF) em parcelas anuais de 88 mil toneladas até 2013, com a última parcela, de 134 mil toneladas, a ser repassada em 2014. O PCF é o fundo para compra de créditos de carbono administrado pelo Banco Mundial.

Localizada em Santa Catarina, a Unidade de Co-geração Lages utiliza resíduos de madeira produzidos em diversas indústrias madeireiras para a produção de eletricidade e de vapor. Ao utilizar os resíduos que seriam descartados na natureza, a usina contribui para evitar as emissões de metano – um gás com Potencial de Aquecimento Global (PAG) vinte e uma vezes maior que o do dióxido de carbono – provenientes da sua decomposição.

O Protocolo de Kyoto: propostas e perspectivas

O Protocolo de Kyoto foi discutido e negociado em 1997, ratificado em 1999 e entrou oficialmente em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005. O acordo estabelece que os países desenvolvidos têm a obrigação de reduzir a quantidade de gases poluentes em, pelo menos, 5,2% até 2012, em relação aos níveis de 1990.

De acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores, se as ações propostas pelo Protocolo forem bem sucedidas, estima-se que a temperatura global diminua em 0,02º C a 0,28º C até 2050. Entre as ações básicas propostas estão:

- **Reformar os setores de energia e transportes;**
- **Promover o uso de fontes energéticas renováveis;**
- **Eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção;**
- **Limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos; e**
- **Proteger florestas e outros sumidouros de carbono.**

Em dezembro de 2007, dez anos depois do início das rodadas de negociação que deram origem ao Protocolo de Kyoto, a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas realizada em Bali desencadeou um novo processo de negociação a ser concluído em 2009, cujo objetivo é estabelecer novas diretrizes a serem seguidas após o término do prazo estabelecido pelo Protocolo de Kyoto.

Segundo relatório divulgado pelas Nações Unidas, entre os tópicos colocados em pauta na Conferência estavam a promoção da transparência e da troca de tecnologia, bem como ações práticas relacionadas a estratégias de adaptação para países que enfrentam conseqüências mais adversas. Outra questão abordada nas discussões foi um futuro projeto para combater as alterações climáticas. Vários países, incluindo o Brasil - como representante dos em desenvolvimento -, apresentaram propostas relativas ao rumo a ser seguido depois de 2012.

OUTROS INDICADORES AMBIENTAIS

Consumo de Energia Elétrica

A energia consumida no processo produtivo é gerada pelas próprias usinas da Tractebel. Em 2007, foram consumidos 1,8 milhão de GJ de energia elétrica na operação das plantas, o que resultou na geração de 38.858 GWh (equivalente a 121,9 milhões de GJ) de energia elétrica para o sistema.

Consumo de Energia Indireta

A Tractebel adota medidas para reduzir o consumo de combustível fóssil em sua frota de veículos, composta, principalmente, por carros bi-combustíveis, priorizando o álcool. A Companhia opta, ainda, pela realização de teleconferências, de forma a evitar o deslocamento desnecessário de seus empregados contribuindo, desta maneira, para a redução do consumo de combustível e, conseqüentemente, da emissão de gases do efeito estufa (GEE).

Efluentes Líquidos

As termelétricas possuem sistemas de efluentes líquidos que operam em regime fechado, prevenindo o lançamento de poluentes nos rios da região. Nas unidades onde ainda não é feita a recirculação, o lançamento ao corpo receptor só é realizado após o tratamento físico-químico, como é o caso do processo de extração de cinzas pesadas em Jorge Lacerda, em que o lançamento é feito no Rio Capivari após tratamento adequado compreendendo sedimentação e neutralização.

Dentre as iniciativas tomadas pela Tractebel para diminuir o lançamento de efluentes, está a implantação do sistema de recirculação em Charqueadas, que reduziu o volume de 500 m³/h para zero.

O controle de efluentes dos poços de drenagem das hidrelétricas Passo Fundo, Machadinho e Cana Brava, por sua vez, tem como objetivo atingir a meta de redução da concentração de óleos e graxas nos efluentes para 50% do padrão permitido pela legislação, que é de 20 mg/l.

Disposição de Resíduos

A Tractebel estuda permanentemente soluções sustentáveis para o gerenciamento dos resíduos produzidos por suas usinas termelétricas e hidrelétricas, com o objetivo de minimizar seu impacto no meio ambiente. As cinzas produzidas pelas termelétricas a carvão mineral, por exemplo, são utilizadas na produção de cimento ou na recuperação de solos degradados.

Todas as usinas da Tractebel fazem triagem dos resíduos produzidos para que possam ser encaminhados para reciclagem ou receber destinação adequada.

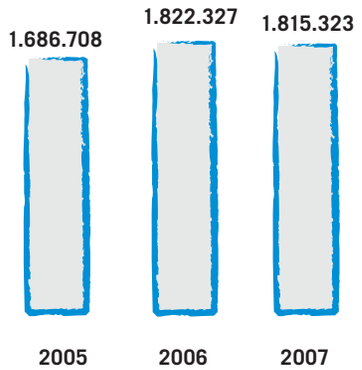
>> Resíduos Perigosos

A destinação correta de resíduos perigosos foi essencial para atingir o índice zero de acidentes ambientais alcançado pela Tractebel nos últimos 7 anos. A Companhia tem aprimorado os métodos de reaproveitamento e buscado novas soluções, para diminuir o impacto dessas substâncias no meio ambiente.

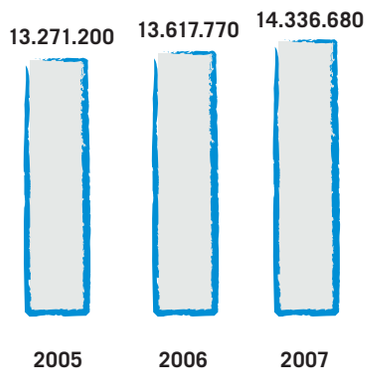
As hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago passaram a mensurar o volume de embalagens retornáveis de produtos químicos destinadas à reutilização. Em 2007, foram registrados 790 kg de embalagens devolvidas para reuso.

O transporte de resíduos perigosos obedece às regulamentações do licenciamento ambiental e às normas da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo adotadas medidas preventivas como, por exemplo, a utilização de fichas de segurança de produtos químicos, implantação de barreiras de contenção e sinalização adequada dos veículos. São contratadas empresas devidamente habilitadas e licenciadas para o manejo desse tipo de resíduo, para transporte dentro do território nacional. A Companhia não importa ou exporta resíduos perigosos.

Consumo de Energia Elétrica (GJ)



Descarte de Água Tratada (m³/ano)*



*Complexo Térmelétrico Jorge Lacerda

Resíduos Perigosos por Método de Disposição (ton)	2005	2006	2007
Reutilização	0	0	0,79
Reciclagem	2,31	10,92	146,10
Recuperação	69,69	120,90	67,77
Incineração	47,94	46,53	27,93
Armazenamento local	0	38,27	40,05
Outros	100,06	214,94	170,72

>> Resíduos Não Perigosos

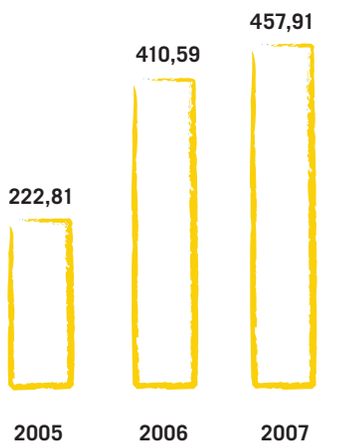
No processo de combustão, as usinas a carvão produzem dois tipos de cinza: o tipo leve é arrastado e o tipo pesado permanece no fundo da caldeira. O primeiro é vendido à indústria cimenteira como insumo do cimento pozolânico, substituindo o calcário em sua composição. As cinzas pesadas, por sua vez, como as geradas no Complexo Jorge Lacerda, são usadas na recuperação de depósitos de rejeitos de carvão ou na recuperação de solos degradados. Por ter pH alto, esse tipo de cinza atua como neutralizador da acidez do solo.

Das cinzas provenientes de Charqueadas, parte volta à cava da mina de onde o carvão mineral utilizado na termelétrica foi retirado, e outra parte é utilizada na recuperação de áreas degradadas.

Outra aplicação encontrada para as cinzas pesadas produzidas nas usinas térmicas é sua utilização como base para a pavimentação asfáltica de rodovias. Nas atuais obras de duplicação da BR 101, por exemplo, foram utilizadas cinzas pesadas no trecho próximo ao Complexo Jorge Lacerda.

Além das cinzas leves, são reciclados papéis, plásticos, vidro e sucata metálica ferrosa e não-ferrosa provenientes de todas as usinas da Tractebel. O volume de resíduos não perigosos reciclados, reutilizados e recuperados vem registrando aumento a cada ano.

Resíduos Perigosos Transportados (ton)



Resíduos não Perigosos por Método de Disposição (ton)	2005	2006	2007
Compostagem	85,12	29,38	17,07
Reutilização	562.814,80	629.158,91	675.168,66
Reciclagem	639.592,50	827.329,48	901.796,26
Recuperação	0	0,32	13,21
Incineração	35,14	65,66	130,44
Aterro sanitário	42,08	96,56	110,32
Armazenamento local	100,78	142,46	592,00
Outros	141,92	198,00	247,33

Investimentos em Proteção Ambiental

Em 2007, a Tractebel investiu R$ 46 milhões no tratamento de resíduos e em materiais e equipamentos para controle de emissão e de vazamentos. O montante inclui gastos com seguro de responsabilidade civil sobre qualquer evento relacionado ao meio ambiente em decorrência de poluição súbita, como derramamentos.

Outros R$ 20 milhões foram aplicados em pessoal utilizado em educação e treinamento ambiental, em certificação externa e em instalação de tecnologias mais limpas. A quantia inclui os investimentos feitos em projetos de pesquisa e desenvolvimento referentes a questões ligadas ao meio ambiente.

Metas Ambientais

Para melhorar continuamente seus indicadores ambientais, a Tractebel estabeleceu metas específicas para suas plantas, indicadas na tabela a seguir, a serem atingidas até 2010.

Hidrelétricas	Termelétricas
Participação nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Itá, Machadinho, Passo Fundo, Salto Santiago, Salto Osório e Cana Brava)	Impermeabilização do Pátio de Carvão (Jorge Lacerda)
Redução da concentração de óleos e graxas do efluente drenado para o poço de drenagem das usinas para 50% do permitido pela legislação (Passo Fundo, Machadinho e Cana Brava)	Redução do estoque de Carvão (Jorge Lacerda)
Redução da geração de resíduos em 5% até 2009, em relação à média de 2006, 2007 e 2008 (Machadinho e Cana Brava)	Redução do consumo de água industrial (Jorge Lacerda)
Redução de 3% do consumo de água tratada (Cana Brava)	Redução da geração de resíduos
Recuperação da faixa ciliar nos empreendimentos (Itá, Machadinho e Cana Brava)	Redução da emissão de ruídos (Jorge Lacerda e Lages)
Revegetação das ilhas do reservatório da usina Passo Fundo	Implantação de cortina vegetal em torno do Pátio de Biomassa (Lages)
Promover nove locais permanentes para educação ambiental com alunos e professores dos municípios adjacentes (Passo Fundo)	Redução em 10% do consumo específico anual de ácido clorídrico (HCl) e hidróxido de sódio (NaOH) (Lages)
Utilização de, no mínimo, 50% de papel reciclado do total consumido nos escritórios das usinas (Passo Fundo, Machadinho e Itá)	Implantação do Sistema de Contenção das Unidades Geradoras (William Arjona)
	Redução em 5% do consumo de água industrial (Charqueadas)
	Implantação de um programa de arborização urbana em parceria com a Prefeitura Municipal de Alegrete (Alegrete)



08. relacionamento com públicos de interesse

88% dos empregados consideram a Tractebel uma das melhores empresas para se trabalhar



A operação de uma empresa é afetada diretamente pela opinião e pelas atividades dos públicos com que se relaciona, os chamados públicos de interesse (ou *stakeholders*). Abrir canais de comunicação para receber suas idéias e envolvê-los nas principais decisões são passos importantes para manter a transparência e garantir a sustentabilidade dos negócios.

Este capítulo apresenta os públicos de interesse da Tractebel e detalha como a Companhia mantém esses relacionamentos.

EMPREGADOS

Para a Tractebel a valorização do ser humano é uma premissa e a sua política de gestão de pessoas está estruturada de forma a dar sustentação ao negócio. Para isso investe continuamente no desenvolvimento de pessoas, fortalecendo atitudes e comportamentos alinhados à estratégia e à cultura organizacional.

Em 2007, foi implementado um programa para a preparação de sucessores em funções-chave, com objetivo de garantir a retenção do conhecimento necessário ao desenvolvimento das atividades da Companhia no longo prazo. O programa abrange a contratação de novos empregados, a identificação e o desenvolvimento de talentos internos, e a condução de um programa de desligamento voluntário vinculado com datas de saída programadas pela Companhia.

Para os próximos anos, um dos focos da gestão de recursos humanos será a melhoria do processo de recrutamento e seleção, assegurando a contratação de pessoas alinhadas aos valores da Companhia.

QUADRO DE PESSOAL

A Tractebel encerrou 2007 com 917 empregados contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Foram 46 novos contratados e 34 empregados que se desligaram da Companhia, sendo 24 homens e dez mulheres. Entre os desligados, 20 saíram por terem aderido ao programa de demissão voluntária.

Além disso, a Companhia disponibiliza um programa de estágio, com cerca de 60 vagas, que visa preparar os estudantes para o ingresso no mercado de trabalho.

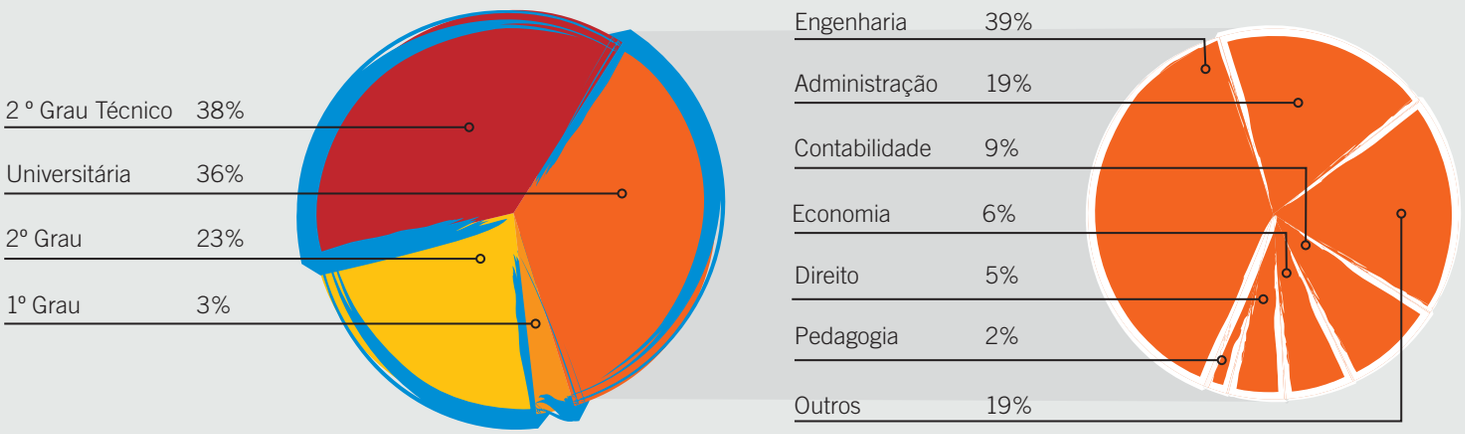
Outros 2.023 profissionais de empresas especializadas contratadas atuaram a serviço da Companhia ao longo do ano.

Número de empregados por região

Estado	2005	2006	2007
Santa Catarina	621	629	626
Rio Grande do Sul	149	151	153
Paraná	93	93	94
São Paulo	5	5	4
Mato Grosso do Sul	9	10	9
Goiás	16	17	31
Total	**893**	**905**	**917**

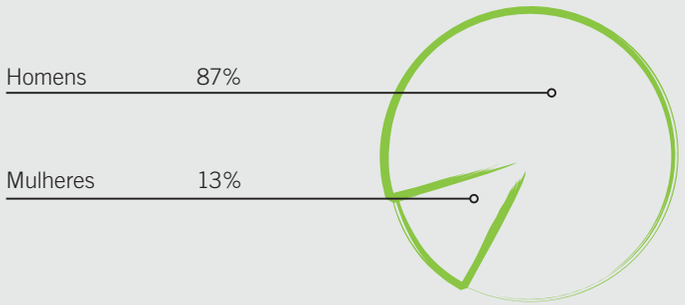
Os serviços oferecidos pela Tractebel demandam mão-de-obra especializada, o que exige um quadro de empregados composto por profissionais altamente qualificados, com formação superior completa ou com o segundo grau técnico.

Grau de Escolaridade e Formação

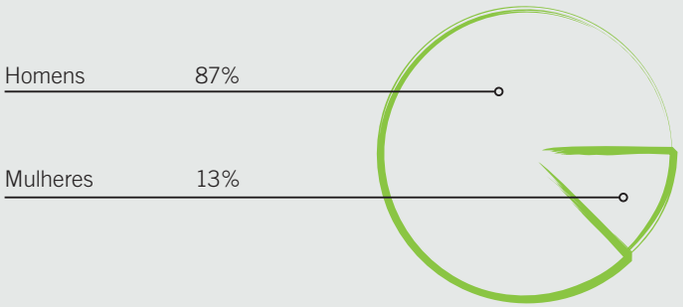


Empregados por categoria funcional	2005	2006	2007
Conselho de Administração	9	9	9
Diretoria	6	6	6
Gerência	118	117	115
Analistas, Engenheiros e Especialistas	264	278	285
Operadores, Técnicos de Manutenção e Administrativo	511	510	517

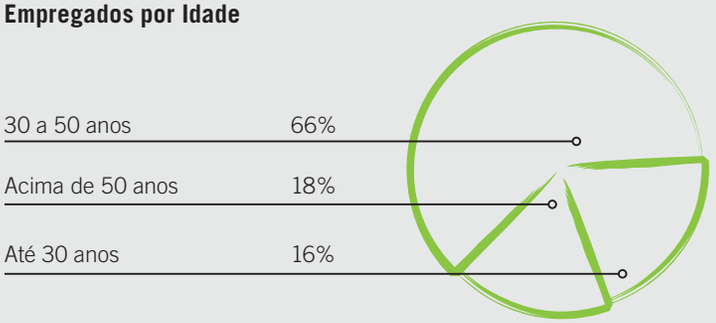
Empregados por Gênero



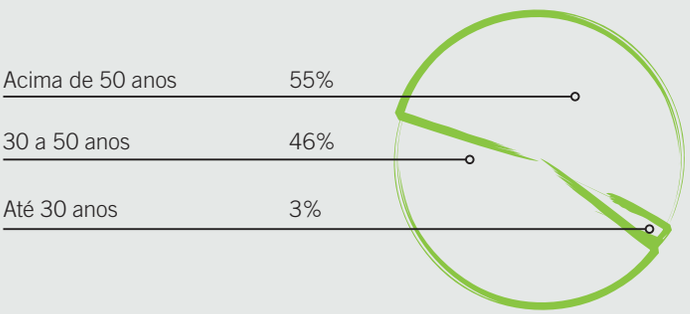
Distribuição por Gênero nos Conselhos e Comitês



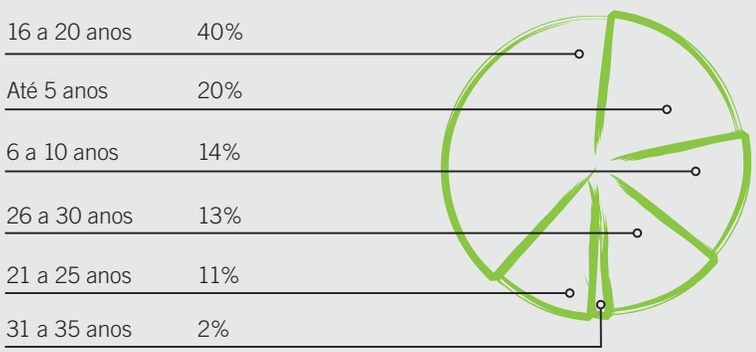
Empregados por Idade



Distribuição por Idade nos Conselhos e Comitês



Distribuição por Tempo de Serviço



POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remuneração da Companhia está alinhada às praticas de mercado e é monitorada por meio de pesquisas salariais, com o objetivo de garantir os níveis de competitividade necessários à retenção de seus talentos. O corpo funcional é formado por pessoal altamente capacitado, e o salário mais baixo é 2,64 vezes maior do que salário mínimo vigente.



Além da remuneração fixa, a Companhia concede remuneração variável, composta de participação nos lucros e resultados, estabelecido com base em resultados da Companhia, da área de lotação do empregado e do resultado de avaliação individual de comportamento. Para os empregados lotados na carreira gerencial é adicionado um bônus em função do cumprimento de metas.

Ambos os sistemas estão ancorados numa política de remuneração baseada na avaliação de desempenho individual, ou seja, o quanto cada um contribui para o alcance dos resultados empresariais.

O sistema de avaliação de cargos adotado pela Companhia é baseado na metodologia HAY, empresa especializada nesta área, que leva em consideração a integração de fatores como conhecimento, solução de problemas, responsabilidades e condições de trabalho. As referências de remuneração são periodicamente verificadas junto a empresas de porte semelhante e também de mesmo ramo de atividade, através de pesquisas salariais feitas pela HAY. A Tractebel também participa de pesquisas afins patrocinadas por consultorias e grandes empresas.

PROGRAMA DE COMPRA DE AÇÕES DA CONTROLADORA

Periodicamente o Grupo SUEZ oferece aos empregados facilidades na compra de ações do Grupo, através do Programa Spring. Em 2007, 94% dos empregados da Tractebel aderiram ao programa, um grau de adesão recorde dentro do Grupo.

PESQUISA DE CLIMA

Como parte do programa Gestão do Clima Organizacional, a Tractebel tem realizado pesquisa de clima organizacional a cada dois anos, com o objetivo de estreitar a relação de confiança entre a Companhia e os empregados.

Sua realização fomenta uma gestão compartilhada com o empregado na busca por um ambiente de trabalho saudável, e impacta também na relação com clientes, fornecedores, acionistas, governo e comunidade.

Em 2007, em pesquisa realizada pela Hay do Brasil, foi registrada uma melhoria no clima organizacional de 8 pontos percentuais, e 88% dos empregados consideraram a Tractebel uma das melhores empresas para se trabalhar.

BENEFÍCIOS

A Tractebel oferece auxílio na recuperação da saúde de seus empregados e dependentes, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica, psicológica e fonoaudiológica.

Além disso, a Companhia proporciona a todos os empregados benefícios como seguro de vida, cobertura para incapacidade e invalidez, licença maternidade e paternidade, auxílio creche e alimentação, fundo de aposentadoria, entre outros.

Um total de 94,3% dos empregados contribuem para a Fundação PREVIG, que é patrocinada pela Tractebel. O fundo privado de pensão é constituído, como regra geral, por 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia, que repassou R$ 8,0 milhões para a PREVIG em 2007.

Neste mesmo ano, a Tractebel voltou a patrocinar o fundo de pensão da Eletrosul, a Fundação Elos, que detém adesão de 4,3% dos empregados da Companhia, ficando responsável pela parte dos aposentados que optou por não migrar para a PREVIG na época da privatização da Gerasul.

GESTÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A gestão de saúde e segurança no trabalho constitui um dos pilares da cultura prevencionista adotada pela Tractebel e é objeto de ações de aperfeiçoamento contínuo.

O programa interno de gestão de saúde foi desenvolvido com o objetivo de promover a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida de todo o corpo funcional. O empregado possui um Plano Individual de Saúde - estabelecido em conjunto por ele próprio e por um profissional capacitado -, que estabelece metas de melhoria da saúde com base em avaliação médica anual.

Um sistema de informações disponível na intranet possibilita o acesso, pelo empregado, aos seus principais indicadores de saúde e estilo de vida, obtidos a partir de exames médicos e questionários sobre hábitos e atitudes que possam afetar a saúde física e mental. Dessa forma, cada empregado pode consultar tais indicadores e a evolução de cada um deles nos últimos anos, possibilitando que cada um gerencie sua própria saúde.

Para auxiliar o empregado a adotar ou manter um estilo de vida saudável, a Tractebel desenvolve programas de apoio, como o incentivo à prática de atividades físicas, ginástica laboral, adoção ou manutenção de hábitos alimentares saudáveis, combate à dependência química, entre outros.

Já a Política de Saúde e Segurança do Trabalho da Tractebel envolve todos os colaboradores (empregados próprios e de empresas contratadas) e persegue o índice zero em acidentes de trabalho. Para tal, promove a difusão da consciência prevencionista, convidando todos a refletir e debater sobre situações e comportamentos de exposição ao risco. Os colaboradores recebem treinamentos e palestras voltadas ao tema, além de participarem de atividades voltadas à identificação e análise prévia dos riscos envolvidos nas suas ações específicas realizadas dentro no ambiente de trabalho.



INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Empregados próprios	2005	2006	2007
Nº de horas de exposição ao risco	1.725.788	1.754.486	1.614.368
Nº de acidentes de trabalho com afastamento	1	2	0
Nº de acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	10	9	3
Nº de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	14	14	0
Taxa de freqüência (TF)[1]	0,58	1,14	0,00
Taxa de gravidade (TG)[2]	0,03	0,008	0,00
Acidente fatal	0	0	0
Absenteísmo[3]	1.616	1.624	2.488

Empregados de empresas contratadas	2005	2006	2007
Nº de horas de exposição ao risco	n.d.	4.610.832	3.222.363
Nº de acidentes de trabalho com afastamento	n.d.	21	9
Nº de acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	n.d.	68	54
Nº de dias perdidos - acidentes do trabalho com afastamento	n.d.	460	358
Taxa de freqüência (TF)[1]	n.d.	3,30	2,8
Taxa de gravidade (TG)[2]	n.d.	0,072	0,11
Acidente fatal	1	1	0
Absenteísmo[3]	(4)	(4)	(4)

[1]Número de acidentes de trabalho com afastamento por milhão de homem-horas de exposição ao risco.
[2]Número de dias perdidos em decorrência de acidente de trabalho com afastamento por mil homem-horas de exposição ao risco.
[3]Nº de dias com afastamento por doenças comuns não relacionadas ao trabalho.
[4]O controle é feito pelas empresas contratadas.

As campanhas de prevenção, os treinamentos de segurança e a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), esta realizada anualmente em todas as unidades de produção e na sede, são algumas das ferramentas utilizadas pela Tractebel para melhorar as condições de segurança nos diferentes processos e ambientes de trabalho. Adicionalmente, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) estão integradas às de empresas contratadas.

Um dos principais desafios para 2009 é a obtenção da certificação OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), um sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel estrutura e oferece aos empregados uma série de ações para apoiar o processo de desenvolvimento de competências, bem como ferramentas necessárias para garantir a realização das estratégias organizacionais no médio e longo prazos.

Em 2007, foram realizadas em média 80,50 homem-horas de treinamento, o que representa um aumento de 16% em relação ao ano anterior. Destacam-se os investimentos nos programas de saúde e segurança do trabalho, questão considerada como primordial pela Companhia.



A ética e o respeito aos direitos humanos são duas questões que a Companhia também considera essenciais à condução de seus negócios e, portanto, são incluídas na pauta de programas de treinamento por ela oferecidos. Quando da divulgação do seu novo Código de Ética, entregue a todos os empregados em setembro de 2007, a Tractebel realizou, em outubro do mesmo ano, uma série de apresentações acerca do tema, que contou com a participação de 34% dos empregados, o que representa 470 horas de treinamento.

O treinamento de todos os agentes de segurança contratados pela Companhia, seja diretamente, seja por meio de empresas parceiras, também reforça as questões dos direitos humanos.

GESTÃO DE CARREIRA

Visando promover uma cultura de auto-gestão de carreira, a Companhia disponibiliza ferramentas que proporcionam melhoria nos relacionamentos e nos processos, através de programas formais de avaliação e *feedback*, que abrangem todos os empregados:

- Avaliação de Desempenho, realizada anualmente para avaliar as metas e o comprometimento dos empregados com os valores da Companhia; e
- Mapeamento de Competências, realizado a cada dois anos, através de um processo de avaliação 360º, para gerar um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com base nas competências organizacionais.

Para garantir a eficácia destas ferramentas, a Companhia investe no desenvolvimento das lideranças, com foco na alta gerência e nos níveis intermediários de gestão.

FORMAÇÃO ESCOLAR

Os empregados da Tractebel têm acesso a uma bolsa auxílio que cobre 100% das despesas com ensino fundamental, 50% com ensino médio, até 80% com cursos de graduação, além de incentivos a cursos de pós-graduação e MBA.

RELAÇÕES TRABALHISTAS E SINDICAIS

A Companhia mantém como rotina as negociações sindicais com todas as entidades de classe que representam seus empregados.

Anualmente são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrangem todos os empregados. Eles incluem temas como reajuste salarial, planos de previdência, benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação, entre outros.

A política da Tractebel para as transformações sociais decorrentes da implantação de hidrelétricas prevê medidas que visam indenizar e reassentar a população com vínculo com as terras afetadas pela formação do reservatório

COMUNIDADE

A comunidade tem para a Companhia a mesma relevância que seus empregados, acionistas e outros públicos com os quais se relaciona (*stakeholders*). Cabe à Diretoria Administrativa coordenar o relacionamento da Tractebel com as diversas comunidades, mantendo a unidade das mensagens da Companhia. Programas sociais são desenvolvidos em Florianópolis (SC), onde se situa sua sede, bem como em todos os locais onde estão suas usinas. Programas educacionais, especialmente para a infância e a juventude de comunidades carentes, são desenvolvidos nas regiões de inserção das termelétricas e hidrelétricas – sendo que estas, por incluírem a formação de reservatórios, requerem programas de remanejamento populacional, merecendo maior atenção por parte da Companhia.

RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA

A base do relacionamento da Tractebel com a imprensa é a transparência e a ética, com o objetivo de levar a notícia corretamente ao público final. O porta-voz da Companhia é o seu Diretor Presidente, que pode delegar aos demais diretores, conforme cada caso.

Os serviços de assessoria de imprensa são prestados por empresa contratada, e supervisionados pela área de Assessoria de Comunicações, da Diretoria Administrativa.

RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES NA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS

A implantação de hidrelétricas gera benefícios como empregos, receita adicional de impostos, melhoria da infra-estrutura local e novas oportunidades de exploração econômica. Implica também em impacto sobre o meio ambiente e a comunidade. Respeitando a identidade cultural e as características de cada região, a política da Tractebel para as transformações sociais decorrentes da implantação de hidrelétricas prevê medidas que visam indenizar e reassentar a população com vínculo efetivo de residência e/ou atividade produtiva com as terras afetadas pela formação do reservatório.

Antes de iniciar o processo de construção da hidrelétrica, é feita uma avaliação da população que habita a região e realizado um estudo sobre as atividades econômicas ali desenvolvidas, além de um levantamento da história e o resgate do patrimônio arqueológico existente na área, visando a adequada preservação.



Após a realização do cadastro sócio-econômico da área do empreendimento, a Companhia oferece opções tanto para as famílias proprietárias quanto para as não-proprietárias.

As opções oferecidas para as famílias proprietárias dependem dos critérios estabelecidos, podendo ser: a indenização da terra nua e das benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas; o reassentamento rural ou urbano; ou ainda a concessão de uma carta de crédito. As famílias não-proprietárias podem optar pelo reassentamento coletivo, auto-reassentamento através de carta de crédito ou reassentamento em áreas remanescentes. As benfeitorias reprodutivas e não-reprodutivas também são indenizadas. Em qualquer dos casos, tornam-se legítimas proprietárias da terra ou propriedade para onde são transferidas. Os novos assentamentos incluem casa, acesso a saneamento básico e energia elétrica. A política da Tractebel também prevê assistência econômica para o primeiro ciclo produtivo e assistência técnica por três anos.

Durante o ano de 2007, a Tractebel, por intermédio da Companhia Energética São Salvador (CESS), deu continuidade ao programa de remanejamento da população atingida pela implantação da Usina Hidrelétrica São Salvador.

Um grupo técnico com formação multidisciplinar, entre eles engenheiros agrônomos, sociólogos e assistentes sociais, realizou um amplo estudo das famílias que residem na área atingida. Foram identificadas neste cadastro sócio-econômico 211 famílias, sendo 99 proprietárias e 112 não-proprietárias.

As famílias não-proprietárias, com vínculo efetivo com a terra e dependência econômica, começaram a receber alguma forma de benefício da CESS: carta de crédito para auto-reassentamento ou reassentamento rural coletivo. Posteriormente, durante o processo de licenciamento ambiental e início das obras, outras famílias afluíram à área atingida pelo futuro reservatório e, considerando esse contexto, a CESS, respeitando o acordo firmado entre as associações de atingidos, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Ministérios Públicos, decidiu estender o mesmo benefício a essas famílias.

CESS faz novos proprietários

Em 2007, a CESS concedeu as primeiras cartas de crédito para as famílias que optaram pelo auto-reassentamento. Eram famílias não-proprietárias, que trabalhavam em fazendas, e que se tornaram donas de suas terras e de seus meios produtivos.

A carta de crédito é uma das modalidades do plano de remanejamento, além do reassentamento rural coletivo, este último formado por um grupo de famílias com afinidades.

O valor da carta é de R$ 70 mil. A propriedade é vistoriada pela CESS a fim de verificar se atende às necessidades da família e se o preço está de acordo com o mercado. Se a propriedade escolhida custar menos, a diferença poderá ser aplicada em melhorias na propriedade adquirida.



Desde a obtenção da licença de instalação, em 2005, a CESS faz divulgação ampla e sistemática das suas ações, visando sempre a transparência e o respeito à liberdade de escolha das famílias atingidas em relação às opções oferecidas para o remanejamento.

Essa divulgação é feita por meio de visitas pessoais, programas de rádio, folders temáticos, atendimento telefônico (discagem gratuita) e jornais bimestrais com informações sobre as mudanças na região em razão da implantação da hidrelétrica.

Os assuntos de interesse coletivo são discutidos de forma aberta e transparente em foros de negociação, coordenados pelo IBAMA. Em 2007, foram realizadas oito reuniões com a presença de representantes da comunidade, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais de Tocantins e Goiás, do próprio IBAMA e de prefeitos e vereadores.

AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

A Tractebel apóia vários programas sociais, culturais e ambientais que beneficiam as comunidades do entorno de sua sede e suas usinas, priorizando o atendimento de necessidades de crianças e adolescentes em desvantagem social e a preservação ambiental.

Em 2007, foi instituído o Comitê da Sustentabilidade, coordenado pela Diretoria Administrativa, que possui entre suas atribuições a consolidação da imagem da Tractebel como uma empresa transparente e sustentável, através de ações que busquem a melhoria ambiental e social em sua área de influência. Atualmente, a Tractebel possui três programas de atuação em questões sociais, ambientais e culturais:

>> Programa Tractebel Energia de Responsabilidade Social, com foco na melhoria na qualidade de vida de crianças de comunidades carentes, na área de atuação da Companhia. Em 2007, foram aplicados mais de R$ 2,2 milhões neste programa. São exemplos de apoio: Programa Junior Achievement (Florianópolis, Santa Catarina), cujo objetivo é desenvolver o espírito empreendedor entre jovens do ensino fundamental, e realização do Congresso Sul-Brasileiro dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

>> Programa Tractebel Energia de Melhoria Ambiental, com foco na educação ambiental, recuperação de áreas degradadas e reflorestamento nos locais onde a Tractebel possui empreendimentos. Em 2007, destacamos o plantio de mais de 290 mil árvores nativas em áreas da Companhia ou adjacentes.

>> Programa Tractebel Energia de Desenvolvimento Cultural, com foco no desenvolvimento cultural das comunidades onde a Companhia está situada. Em 2007, foram aplicados mais de R$ 1,6 milhão. Um exemplo de apoio é o Projeto Orquestra Escola (Florianópolis, Santa Catarina), de formação musical, para mais de 80 crianças e adolescentes de comunidades carentes, em parceria com a Fundação de Cultura Franklin Cascaes.



CLIENTES

Atuando como geradora e comercializadora, a Tractebel pode oferecer as melhores alternativas para suprir energia à sua base de clientes - distribuidoras, comercializadoras e indústrias –, o que constitui um diferencial de mercado. Mantendo um relacionamento estreito com seus clientes, a Companhia consegue mais facilmente detectar suas necessidades e, assim, desenvolver produtos e serviços individualizados.

O programa de relacionamento com clientes industriais inclui convites para eventos de interesse dos clientes, como seminários técnicos e visitas às plantas de geração, para que estes possam conhecer melhor as operações da Tractebel. Além disso, é realizada periodicamente uma pesquisa de satisfação conduzida por consultores independentes, pela qual é possível detectar pontos que podem ser aprimorados e a necessidade de desenvolvimento de novos produtos e serviços. O mais recente levantamento de satisfação ocorreu em fevereiro de 2008.

Além da pesquisa de satisfação, a opinião dos clientes é coletada por meio de uma equipe de atendimento pós-vendas, cuja estruturação foi consolidada em 2007. Dessa forma, os clientes passaram a ter à sua disposição gerentes de atendimento voltados à pronta solução de eventuais problemas.

No mesmo ano, a Companhia passou a disponibilizar um canal exclusivo para os clientes em seu *site* na internet, que se destina a aprimorar a comunicação e divulgar informações atualizadas sobre o fornecimento contratado e o mercado de energia, bem como possibilitar o monitoramento da qualidade da energia consumida e da fatura mensal. Todas as informações relativas aos clientes são mantidas em ambiente seguro, em que os dados permanecem em estrita confidencialidade.

Foi estruturada em 2007 uma equipe de atendimento pós-vendas, cujo objetivo é buscar a pronta solução de eventuais problemas de ordem comercial

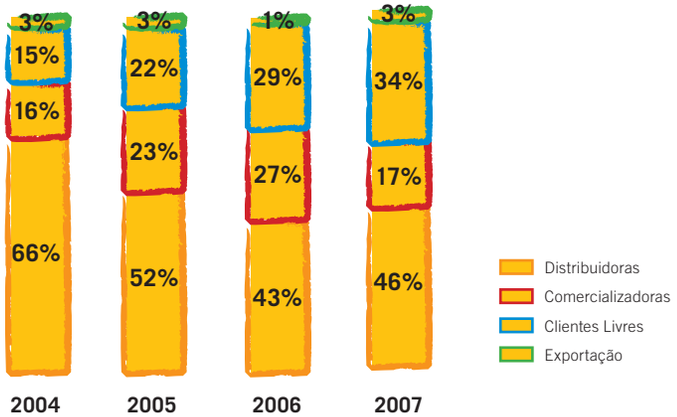
BASE DE CLIENTES

Os principais clientes da Tractebel são empresas distribuidoras de energia elétrica, consumidores livres e empresas comercializadoras de energia elétrica, situadas nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Dentre os principais clientes industriais, destacam-se empresas que atuam nos setores de papel e celulose, fertilizantes, gases industriais, petroquímico, automobilístico e alimentício.

Em 2007, a presença de clientes livres no portfólio aumentou em relação ao ano anterior, alcançando 27,6% da receita operacional bruta e 33,9% das vendas físicas, representando aumento de 4,5 p.p. e 4,6 p.p., respectivamente, em comparação a 2006.

Participação de Clientes nas Vendas Físicas



FORNECEDORES

A Tractebel mantém parcerias sustentáveis com seus fornecedores, que são avaliados por critérios de qualidade, pontualidade e confiabilidade dos produtos e serviços ofertados.

Para garantir a transparência no processo de aquisição, a Companhia conta com um sistema de compras eletrônico, uma ferramenta de cotação e leilão reverso pela qual os fornecedores emitem sua proposta de cotação via web, permanecendo registrados todos os trâmites processuais. Isso permite ao comprador uma avaliação ágil e uma seleção justa da melhor oferta, reduzindo o *lead time* de compras em até 30%.

Em 2007, foi implantada nova metodologia de capacitação e avaliação de desempenho de fornecedores, com foco no seu comprometimento e engajamento com os novos paradigmas da responsabilidade social, saúde e segurança e meio ambiente. O procedimento está em sintonia com o Código de Ética e Meio Ambiente da Tractebel.

Como garantia desta prática, tanto o Código de Ética quanto os contratos da Companhia dispõem de cláusulas específicas que proíbem a utilização de mão-de-obra infantil e de trabalho forçado por qualquer fornecedor ou prestador de serviços.

Ressalta-se a participação ativa da Tractebel no ambiente econômico e social das comunidades que a acolhem, através de ações de responsabilidade social e da contratação de produtos e serviços de fornecedores locais, fomentando o comércio e o desenvolvimento da mão-de-obra da região. Em 2007, do orçamento total das aquisições, 12,9% foram destinados ao pagamento a fornecedores locais.

A nova metodologia de capacitação e avaliação de fornecedores enfoca seu comprometimento com a saúde e segurança, bem como seu engajamento sócio-ambiental

Fornecedores de carvão deverão obter certificação NBR ISO 14001

Como forma de garantir que a responsabilidade ambiental permeie sua cadeia de valor, a Tractebel passou a exigir de seus fornecedores de carvão a certificação NBR ISO 14001. Assim, as empresas terão que se ajustar para que possam manter contrato com a Companhia, sendo que as dez carboníferas associadas ao Sindicato da Indústria de Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina (Siecesc) já passaram por adequação à legislação ambiental, uma das determinações do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público.

Seguindo as diretrizes do TAC, foram implantados sistemas de tratamento de efluentes residuais do carvão, retirando da água metais como ferro, alumínio, manganês e zinco, de forma a neutralizar a acidez das águas lançadas nos rios da Região Sul e a controlar o impacto sobre o meio ambiente.

Desde 2006, quando renovaram contrato de fornecimento com a Tractebel, as carboníferas da região mantêm ritmo de produção e de geração de receita que lhes proporciona condições de investimento na área de meio ambiente.

A Tractebel participa ativamente dos comitês de bacias hidrográficas em suas áreas de concessão

GOVERNO

A Agência Nacional das Águas (ANA) é o órgão governamental responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e pela criação de órgãos gestores de recursos hídricos, de comitês de bacias hidrográficas e de agências de água. A criação de um comitê é domínio da União e depende da aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

A Tractebel participa dos comitês das bacias hidrográficas em suas áreas de concessão: Baixo Jacuí (Charqueadas – RS); Rio Ibicuí (Alegrete – RS); Rio Passo Fundo (Passo Fundo – RS); Rios Apuaê e Inhandava (Machadinho – RS); Rio do Peixe (SC) e Rio Jacutinga (Itá – RS); Rio Tubarão e Complexo Lagunar (Jorge Lacerda – SC). Dentre suas metas, está a integração de outros comitês pertinentes às áreas das usinas Itá, Machadinho, Passo Fundo, Salto Santiago, Salto Osório e Cana Brava. Nesses comitês, são discutidos temas como uso racional dos recursos hídricos e a importância do saneamento básico.

A Companhia participa, ainda, de outros comitês e conselhos ligados às esferas estaduais e municipais, como o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná.

Contando com uma equipe experiente e especializada no setor elétrico, a Companhia não raro é convidada a participar de fóruns de discussão e concepção de instrumentos normativos.

INVESTIDORES

O contato com os investidores se dá diretamente com o Departamento de Relações com Investidores, por meio inclusive da seção Investidores do *site* da Tractebel, no qual a Companhia divulga informações pertinentes ao seu desempenho. A interação acontece, também, por meio de teleconferências trimestrais, fóruns de investidores e analistas de investimentos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), e visitas às usinas da Companhia.

Outras informações para auxiliar as decisões dos investidores são divulgadas sempre que necessário, por meio de fatos relevantes ou comunicados ao mercado, veiculados no *site* e em boletins eletrônicos. Todos os anos, a Companhia apresenta o desempenho do exercício em jornais de distribuição nacional e em relatórios anuais, que, a partir deste exemplar, passa a dar lugar ao Relatório Anual de Sustentabilidade.

A Tractebel disponibiliza diversos canais de comunicação aos seus investidores

09. balanço social consolidado

Tractebel Energia Consolidado	2007			2006		
1. BASE DE CÁLCULO	**R$ mil**			**R$ mil**		
1.1 - Receita Líquida	3.043.427			2.705.532		
1.2 - Resultado Operacional	1.486.800			1.223.992		
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	88.062			93.931		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**R$ mil**	**% sobre a Folha de Pagamento Bruta**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre a Folha de Pagamento Bruta**	**% sobre a Receita Líquida**
2.1 - Alimentação	6.605	7,50	0,22	6.015	6,40	0,22
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	27.910	31,69	0,92	25.653	27,31	0,95
2.3 - Previdência Privada	11.367	12,91	0,37	16.441	17,50	0,61
2.4 - Previdência Privada - Conversão Aposentadoria Especial em Aposentadoria por Tempo de Serviço	1.075	1,22	0,04	3.435	3,66	0,13
2.5 - Saúde	9.405	10,68	0,31	8.332	8,87	0,31
2.6 - Educação	4.905	5,57	0,16	3.934	4,19	0,15
2.7 - Participação nos Lucros ou Resultados	13.038	14,81	0,43	11.938	12,71	0,44
2.8 - Outros Benefícios	2.908	3,30	0,10	2.550	2,71	0,09
TOTAL (2.1 a 2.8)	**77.213**	**87,68**	**2,55**	**78.298**	**83,35**	**2,90**
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	777.659	52,30	25,55	591.180	48,30	21,85
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/ Investimentos na Cidadania	7.415	0,50	0,24	9.503	0,78	0,35
TOTAL (3.1 a 3.2)	**785.074**	**52,80**	**25,79**	**600.683**	**49,08**	**22,20**
4. INDICADORES AMBIENTAIS	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**
4.1 - Relacionados com a Operação da Companhia	11.421	0,77	0,38	8.900	0,73	0,33
4.2 - Relacionados com Projetos em Curso	25.773	1,73	0,85	17.955	1,47	0,66
TOTAL (4.1)	**37.194**	**2,50**	**1,23**	**26.855**	**2,20**	**0,99**
5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	**Quantidade**			**Quantidade**		
5.1 - Nº de Empregados no Final do Exercício	917			906		

10. índice remissivo - GRI

Indicadores GRI	Página	Observações
Perfil		
1. Estratégia e Análise		
1.1 Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão	10 a 13	
2. Perfil Organizacional		
2.1 Nome da organização	6	
2.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços	14 a 17	
2.3 Estrutura operacional	16 a 23	
2.4 Localização da sede	15	
2.5 Número de países em que a organização opera		As operações da Tractebel estão localizadas no Brasil
2.6 Tipo e natureza jurídica da propriedade	23	
2.7 Mercados atendidos	17 a 22, 88	
2.8 Porte da organização	15 e 23	
2.9 Principais mudanças durante o período coberto	16 a 23	
2.10 Prêmios recebidos no período	45	
Parâmetros para o Relatório		
3. Perfil do Relatório		
3.1 Período coberto pelo relatório	7	
3.2 Data do relatório anterior mais recente		O relatório de 2006 não aplicava as diretrizes da GRI
3.3 Ciclo de emissão dos relatórios	7	
3.4 Dados para contato	98 e 99	
3.5 Processo para definição do conteúdo do relatório	6 e 7	
3.6 Limite do relatório	7	
3.7 Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório	7	
3.8 Base para elaboração do relatório no que se refere a *joint ventures*, subsidiárias, instalações arrendadas, operações terceirizadas e outras organizações	7	
3.10 Explicação das conseqüências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores		O relatório de 2006 não aplicava as diretrizes da GRI
3.11 Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere a escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório.		O relatório de 2006 não aplicava as diretrizes da GRI

Indicadores GRI	Página	Observações
Sumário de Conteúdo da GRI		
3.12 Tabela que identifica a localização das informações no relatório.	93 a 97	
Governança, Compromissos e Engajamento		
4. Governança		
4.1 Estrutura de governança	46 a 52	
4.2 Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	48	Não é a situação atual da Tractebel
4.3 Para organizações com uma estrutura de administração unitária, declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	48	
4.4 Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ou dêem orientações ao mais alto órgão de governança	48	
4.8 Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como estágio de sua implementação	capa e 53	
Engajamento com *Stakeholders*		
4.14 Relação de grupos de *stakeholders* engajados pela organização	76 a 91	
4.15 Base para identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar	76 a 91	
Indicadores de Desempenho		
Econômico		
Aspecto: Desempenho Econômico		
EC1 Valor Econômico direto gerado e distribuído	capa	
EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas	35, 54 a 57, 72	Resposta parcial
EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece	80	
Aspecto: Presença no Mercado		
EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes	80	
EC6 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	89	
Meio Ambiente		
Aspecto: Materiais		
EN1 Materiais usados por peso ou volume	65	
Aspecto: Energia		
EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	73	
EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	73	Resposta parcial

Indicadores GRI	Página	Observações
Aspecto: Água		
EN8 Total de água retirada por fonte	66	
EN10 Percentual e volume de total de água reciclada e reutilizada	66	Resposta parcial
Aspecto: Biodiversidade		
EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	70 e 71	
EN12 Descrição dos impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	65 a 70	
EN13 Habitats protegidos ou restaurados	70 e 71	
EN14 Estratégia, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	62 a 75	
Aspecto: Emissões, Efluentes e Resíduos		
EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa, por peso	67	
EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e as reduções obtidas	65 e 67, 72	
EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	67	
EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação	73	Resposta parcial
EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	73 e 74	
EN23 Número e volume total de derramamentos significativos		Em 2007, não foram registrados derramamentos significativos
Aspecto: Geral		
EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	75	
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente		
Aspecto: Emprego		
LA1 Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	77 e 78	
LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região	77	Resposta parcial
LA3 Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações	80	
Aspecto: Relações entre os Trabalhadores e a Governança		
LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	83	
Aspecto: Segurança e Saúde no Trabalho		
LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região	82	

Indicadores GRI	Página	Observações
Aspecto: Treinamento e Educação		
LA10 Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional	82	Resposta parcial
LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira	82 e 83	Resposta parcial
LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira	83	
Aspecto: Diversidade e Igualdade de Oportunidades		
LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade	79	
Direitos Humanos		
Aspecto: Práticas de Investimento e de Processos de Compra		
HR3 Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento	83	Resposta parcial
Aspecto: Não Discriminação		
HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas		Não foram registrados casos de discriminação durante o período coberto pelo relatório
Aspecto: Trabalho Infantil		
HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	89	
Aspecto: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo		
HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo	89	
Aspecto: Práticas de Segurança		
HR8 Porcentagem do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	83	

Indicadores GRI	Página	Observações
Sociedade		
Aspecto: Comunidade		
SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	84 a 86	
Responsabilidade pelo Produto		
Aspecto: Rotulagem de Produtos e Serviços		
PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação	88	
Aspecto: Privacidade do Cliente		
PR8 Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e à perda de dados de clientes		Não foram registradas reclamações dessa natureza em 2007

11. informações corporativas

ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS
Banco Itaú S.A.
Departamento de Atendimento Unificado
Tel.: (11) 5029-7780

BANCO DEPOSITÁRIO
No Brasil: Banco Itaú S.A.
Nos Estados Unidos da América (American Depositary Receipts):
The Bank of New York Mellon

AUDITORES INDEPENDENTES
Deloitte Touche Tohmatsu

PUBLICAÇÕES LEGAIS
Diário Oficial de Santa Catarina
Diário Catarinense
Valor Econômico

RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
marc@tractebelenergia.com.br

Antonio Previtali Jr.
Gerente de Relações com Investidores
previtali@tractebelenergia.com.br

Rafael J. Caron Bósio
Analista de Relações com Investidores
rbosio@tractebelenergia.com.br

Ana Sayuri H. Sylvestre Machado
Analista de Relações com Investidores
ana.sylvestre@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7221

ENDEREÇO DA COMPANHIA
Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 – Florianópolis – SC
Tel.: (48) 3221-7000
Fax: (48) 3221-7001

WEBSITE
www.tractebelenergia.com.br

RELAÇÕES COM A IMPRENSA E COMUNIDADES
Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo
luciano@tractebelenergia.com.br

Luciane Rodrigues Pinheiro Pedro
Assessora de Comunicações
luciane@tractebelenergia.com.br

Patrícia Franco Bahry
Assessora de Comunicações
patriciafb@tractebelenergia.com.br

Tel.: (48) 3221-7076

COMITÊ DE ÉTICA
E-mail corporativo: comitedeetica@tractebelenergia.com.br

Membros:
Diretor Administrativo (Coordenador): (48) 3221-7060
Gerente da Unidade Organizacional Assuntos Jurídicos: (48) 3221-7042
Gerente da Unidade Organizacional Recursos Humanos: (48) 3221-7029
Gerente da Unidade Organizacional Auditoria Interna: (48) 3221-7314

Diretoria de Ética do Grupo SUEZ
16, rue la Ville l'Evêque
75383 Paris 08 – France
ethic@suez.com
Tel.: + 33 1 4006-6400
Fax: + 33 1 4006-2969

Tractebel Energia

suez

01. balanços patrimoniais *p.102*

02. demonstrações dos resultados *p.104*

03. demonstrações das mutações do patrimônio líquido *p.105*

04. demonstrações das origens e aplicações de recursos *p.106*

05. demonstrações dos fluxos de caixa *p.107*

06. demonstrações do valor adicionado *p.108*

07. notas explicativas às demonstrações contábeis *p.109*

08. parecer dos auditores independentes *p.148*

09. parecer do conselho fiscal *p.148*

11. demonstrações contábeis 2007

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVO		**2007**	**2006**	**2007**	**2006**
ATIVO CIRCULANTE					
Numerário disponível		6.694	7.454	25.170	23.593
Aplicações financeiras	4	565.061	186.352	768.921	233.247
Recursos vinculados a pagamento de obrigações		-	21.643	-	21.643
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	323.171	314.663	349.906	358.002
Dividendos a receber de controladas		91.006	103.021	-	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	8.285	23.623	11.169	26.707
Almoxarifado		49.289	22.719	50.068	23.623
Cauções e depósitos vinculados		18.375	51.511	19.785	53.947
Ativo fiscal diferido	7	12.091	19.683	12.160	21.351
Outros		26.906	20.666	27.172	29.939
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**1.100.878**	**771.335**	**1.264.351**	**792.052**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Concessionárias e permissionárias	5	4.548	16.063	4.548	16.063
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	21.208	10.342	24.183	13.124
Cauções e depósitos vinculados		-	-	32.330	29.422
Depósitos judiciais	19	126.357	111.204	150.679	131.331
Alienação de bens e direitos	9	81.315	68.565	81.315	68.565
Ativo fiscal diferido	7	201.371	187.282	204.015	188.489
Outros		2.476	2.216	2.476	2.216
		437.275	**395.672**	**499.546**	**449.210**
Permanente					
Investimentos	10	1.156.481	843.659	113.407	36.873
Imobilizado	11	2.725.218	2.836.435	4.612.826	4.148.898
Intangível	12	2.185	1.256	75.492	77.310
Diferido		-	-	32.468	34.766
		3.883.884	**3.681.350**	**4.834.193**	**4.297.847**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**4.321.159**	**4.077.022**	**5.333.739**	**4.747.057**
TOTAL		**5.422.037**	**4.848.357**	**6.598.090**	**5.539.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2007**	**2006**	**2007**	**2006**
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	229.708	235.924	273.911	239.319
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	532.997	478.043	532.997	478.043
Empréstimos e financiamentos	15	71.255	256.152	121.024	306.079
Debêntures	16	32.138	15.004	56.560	37.834
Tributos e contribuições sociais	17	271.724	33.747	341.396	45.870
Obrigações estimadas		32.713	28.542	33.073	28.650
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	18	38.820	31.364	46.574	35.135
Provisão para contingências	19	10.134	11.000	10.336	11.206
Benefícios pós-emprego	21	18.450	20.369	18.450	20.369
Outros		37.793	40.107	45.475	44.307
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**1.275.732**	**1.150.252**	**1.479.796**	**1.246.812**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	345.302	344.197	970.731	610.251
Debêntures	16	560.302	200.000	664.919	323.344
Tributos e contribuições sociais	17	9.259	5.383	12.203	5.383
Provisões para contingências	19	63.229	53.041	68.040	56.289
Concessões a pagar	20	-	-	234.188	201.546
Benefícios pós-emprego	21	310.333	293.725	310.333	293.725
Passivo fiscal diferido	22	36.535	36.535	36.535	36.535
Outros		4.492	653	4.492	653
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**1.329.452**	**933.534**	**2.301.441**	**1.527.726**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	23	91.695	91.695	91.695	91.695
Reservas de lucros	23	279.392	227.110	279.392	227.110
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.816.853**	**2.764.571**	**2.816.853**	**2.764.571**
TOTAL		**5.422.037**	**4.848.357**	**6.598.090**	**5.539.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2007	2006 (Reclassificado)	2007	2006 (Reclassificado)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Fornecimento de energia elétrica		343.794	324.491	929.246	693.848
Suprimento de energia elétrica		2.543.455	2.276.942	2.421.532	2.291.922
Outras receitas		19.719	17.756	13.938	19.338
		2.906.968	**2.619.189**	**3.364.716**	**3.005.108**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL					
PIS e COFINS		(149.365)	(133.584)	(199.336)	(178.010)
ICMS		(61.103)	(52.598)	(95.260)	(92.887)
ISS		(377)	(361)	(377)	(361)
Pesquisa e desenvolvimento		(22.563)	(24.661)	(26.316)	(28.318)
		(233.408)	**(211.204)**	**(321.289)**	**(299.576)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**2.673.560**	**2.407.985**	**3.043.427**	**2.705.532**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS					
Energia elétrica comprada para revenda		(394.651)	(391.995)	(267.652)	(287.404)
Transações no âmbito da CCEE		(177.412)	(270.281)	(181.709)	(281.313)
Custo de produção de energia elétrica	25	(526.372)	(432.819)	(609.629)	(502.421)
Custo dos serviços prestados	25	(10.830)	(10.254)	(10.830)	(10.254)
		(1.109.265)	**(1.105.349)**	**(1.069.820)**	**(1.081.392)**
LUCRO BRUTO		**1.564.295**	**1.302.636**	**1.973.607**	**1.624.140**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25	(179.038)	(169.719)	(216.757)	(210.149)
Despesas gerais e administrativas	25	(113.716)	(111.933)	(130.121)	(133.300)
(Constituição) reversão de provisões operacionais, líquida	26	(258)	11.895	(2.229)	11.453
Ganhos em ações judiciais	27	3.700	93.350	3.700	94.502
		(289.312)	**(176.407)**	**(345.407)**	**(237.494)**
Resultado do serviço		**1.274.983**	**1.126.229**	**1.628.200**	**1.386.646**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	185.838	120.284	-	300
Amortização de ágio	10	(6.747)	(6.746)	(6.747)	(6.746)
		179.091	**113.538**	**(6.747)**	**(6.446)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	82.025	92.761	100.602	107.666
Despesas financeiras	28	(144.527)	(169.323)	(235.255)	(263.874)
		(62.502)	**(76.562)**	**(134.653)**	**(156.208)**
RESULTADO OPERACIONAL		**1.391.572**	**1.163.205**	**1.486.800**	**1.223.992**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(1.507)**	**2.776**	**(1.462)**	**2.985**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		**1.390.065**	**1.165.981**	**1.485.338**	**1.226.977**
Imposto de renda	8	(251.664)	(111.663)	(321.552)	(156.297)
Contribuição social	8	(92.774)	(75.172)	(118.159)	(91.534)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.045.627**	**979.146**	**1.045.627**	**979.146**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO EM R$		**1,60**	**1,50**	**-**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Controladora

dos exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2005	**2.445.766**	**91.695**	**148.500**	**-**	**2.685.961**
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	29.653	**29.653**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	979.146	**979.146**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	48.957	(48.957)	**-**
- reserva de retenção de lucros	-	-	29.653	(29.653)	**-**
- dividendos / juros sobre o capital próprio ON – R$ 1,4250471146 por ação	-	-	-	(930.189)	**(930.189)**
SALDOS EM 31.12.2006	**2.445.766**	**91.695**	**227.110**	**-**	**2.764.571**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.045.627	**1.045.627**
Proposta da Administração de destinação do lucro:					
- reserva legal	-	-	52.282	(52.282)	**-**
- dividendos/juros sobre o capital próprio ON – R$ 1,5218031188 por ação	-	-	-	(993.345)	**(993.345)**
SALDOS EM 31.12.2007	**2.445.766**	**91.695**	**279.392**	**-**	**2.816.853**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

dos exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
ORIGENS				
Das operações				
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146	1.045.627	979.146
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	176.521	159.004	229.119	208.364
Juros de não circulantes	25.350	35.533	42.876	54.062
Variação monetária de não circulantes	(28.808)	(23.564)	(16.551)	(15.175)
Resultado de equivalência patrimonial	(185.838)	(120.284)	-	(300)
Amortização de ágio	6.747	6.746	6.747	6.746
Constituição (reversão) de provisão operacional de não circulantes, líquida	8.120	(5.479)	10.364	(5.544)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.497)	45.736	(6.334)	49.469
Outros	3.813	(2.477)	5.482	(2.056)
	1.045.035	**1.074.361**	**1.317.330**	**1.274.712**
De terceiros				
Financiamentos e debêntures de longo prazo	353.423	-	746.073	-
Dividendos de controladas	219.943	159.021	-	-
Ativo realizável a longo prazo transferido para o circulante	22.335	28.981	24.729	30.489
Empréstimos e benefícios pós-emprego transferido para o não circulante	101.289	55.982	101.289	55.982
Baixa de provisão para manutenções programadas	-	16.025	-	16.055
Outros	130	803	1.466	803
	697.120	**260.812**	**873.557**	**103.329**
TOTAL DAS ORIGENS	**1.742.155**	**1.335.173**	**2.190.887**	**1.378.041**
APLICAÇÕES				
Aumento no ativo realizável a longo prazo	19.062	79.113	22.414	91.018
Ativo circulante transferido para o ativo realizável a longo prazo	7.592	53.159	7.592	53.159
Investimentos	351.771	2.025	81.378	-
Aplicação no imobilizado	67.586	64.347	672.419	69.040
Aplicação no intangível e diferido	1.428	299	7.626	303
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	993.345	930.189	993.345	930.189
Empréstimos, financ. e debêntures transferidos para o circulante	70.478	248.935	138.289	315.727
Benefícios pós-emprego transferidos para o circulante	17.557	10.654	17.557	10.654
Outros passivos não circulantes transferidos para o circulante	9.273	10.405	10.952	11.855
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**1.538.092**	**1.399.126**	**1.951.572**	**1.481.945**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**204.063**	**(63.953)**	**239.315**	**(103.904)**
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo Circulante				
No fim do período	1.100.878	771.335	1.264.351	792.052
No início do período	771.335	784.949	792.052	836.532
	329.543	**(13.614)**	**472.299**	**(44.480)**
Passivo Circulante				
No fim do período	1.275.732	1.150.252	1.479.796	1.246.812
No início do período	1.150.252	1.099.913	1.246.812	1.187.388
	125.480	**50.339**	**232.984**	**59.424**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**204.063**	**(63.953)**	**239.315**	**(103.904)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Informação Suplementar)

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146	1.045.627	979.146
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	176.521	159.004	229.119	208.364
Resultado de equivalência patrimonial	(185.838)	(120.284)	-	-
Amortização de ágio	6.747	6.746	6.747	6.746
Variação monetária e cambial, líquida	(33.137)	(12.711)	(16.320)	(1.938)
Juros líquidos	38.270	41.214	54.981	57.397
Constituição (reversão) de provisão operacional, líquida	4.781	(11.202)	6.758	(11.006)
Aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento	-	31.364	-	35.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.497)	45.736	(6.334)	49.469
Outros	236	6.592	(1.465)	6.669
	1.046.710	**1.125.605**	**1.319.113**	**1.329.923**
Redução (aumento) nos ativos				
Recursos vinculados a pagamentos de obrigações	21.643	(21.643)	21.643	(21.643)
Consumidores e concessionárias	3.007	14.155	19.612	(11.371)
Tributos e contribuições sociais a compensar	5.795	(12.948)	5.861	(10.412)
Almoxarifado	(26.570)	(204)	(26.445)	(111)
Cauções e depósitos vinculados/judiciais	32.849	(62.714)	33.061	(76.303)
Alienações de bens e direitos	(551)	3.703	9.333	3.273
Despesas antecipadas	(2.230)	7.424	(2.243)	7.700
Outros	(2.688)	4.080	(2.975)	3.568
	31.255	**(68.147)**	**57.847**	**(105.299)**
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(6.216)	87.529	36.400	107.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.373	(898)	14.352	2.731
Tributos e contribuições sociais	243.718	(12.214)	303.993	(11.157)
Obrigações estimadas	6.288	3.738	6.295	3.732
Provisão para contingências	(5.615)	(11.852)	(6.806)	(11.983)
Benefícios pós-emprego	(29.334)	(30.374)	(29.334)	(30.374)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	7.456	-	11.399	-
Outros	3.318	2.767	3.548	1.001
	233.988	**38.696**	**339.847**	**61.888**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**1.311.953**	**1.096.154**	**1.716.807**	**1.286.512**
Atividades de Investimento				
Aplicação no imobilizado	(67.586)	(64.347)	(372.199)	(69.040)
Aplicação no intangível e diferido	(1.428)	(299)	(5.346)	(303)
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades de controlada adquirida	(351.771)	(2.025)	(327.001)	-
Dividendos recebidos de controladas	231.958	134.860	-	-
Recursos (utilizados nas) recebidos das atividades de investimentos	**(188.827)**	**68.189**	**(704.546)**	**(69.343)**
Atividades de financiamento				
Financiamentos e debêntures	353.423	-	693.363	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(132.268)	(177.169)	(202.041)	(243.541)
Liquidações de operações com *swaps*	(26.077)	(59.096)	(26.077)	(87.034)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(940.255)	(938.891)	(940.255)	(938.891)
Recursos utilizados nas atividades de financiamentos	**(745.177)**	**(1.175.156)**	**(475.010)**	**(1.269.466)**
Total dos efeitos no caixa e equivalentes	**377.949**	**(10.813)**	**537.251**	**(52.297)**
Caixa e equivalentes				
Saldo inicial	193.806	204.619	256.840	309.137
Saldo final	571.755	193.806	794.091	256.840
	377.949	**(10.813)**	**537.251**	**(52.297)**
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	73.191	90.410	114.892	137.682
Imposto de renda e contribuição social	102.500	92.093	154.470	150.147
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	16.974	65.555	21.638	67.188
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	545.279	492.189	545.279	492.189
Dividendos propostos a receber de controladas	91.006	103.021	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	29.653	-	29.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado

dos exercícios findos em 31 de dezembro

(Informação suplementar)

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas e serviços	2.906.968	2.619.189	3.364.716	3.005.108
Ganhos em ações judiciais	3.700	93.350	3.700	94.502
Resultado não operacional	(1.507)	2.776	(1.462)	2.985
	2.909.161	**2.715.315**	**3.366.954**	**3.102.595**
(-) Insumos				
Materiais	(21.271)	(22.220)	(23.299)	(23.897)
Serviços de terceiros	(75.045)	(67.727)	(87.539)	(78.240)
Combustível para produção de energia	(118.684)	(95.575)	(126.960)	(102.070)
Energia elétrica comprada para revenda	(394.651)	(391.995)	(267.652)	(287.404)
Transações no âmbito da CCEE	(177.412)	(270.281)	(181.709)	(281.313)
Encargos de uso da rede elétrica	(169.161)	(162.625)	(205.762)	(202.545)
Seguros	(6.798)	(6.097)	(7.924)	(7.561)
Outros	(21.460)	(3.966)	(23.715)	(9.734)
	(984.482)	**(1.020.486)**	**(924.560)**	**(992.764)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**1.924.679**	**1.694.829**	**2.442.394**	**2.109.831**
Depreciação e amortização	(176.521)	(159.004)	(229.119)	(208.364)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**1.748.158**	**1.535.825**	**2.213.275**	**1.901.467**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	82.025	92.761	100.602	107.666
Resultado de participações societárias	179.091	113.538	(6.747)	(6.446)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**2.009.274**	**1.742.124**	**2.307.130**	**2.002.687**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	2007	%	2006	%	2007	%	2006	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	94.073	4,7	81.782	4,7	95.777	4,2	83.432	4,2
Benefícios	23.802	1,2	21.622	1,2	24.101	1,0	21.885	1,1
Participação nos resultados	13.001	0,6	11.901	0,7	13.038	0,6	11.938	0,6
	130.876	**6,5**	**115.305**	**6,6**	**132.916**	**5,8**	**117.255**	**5,9**
Do capital de terceiros								
Encargos e variações monetárias/cambiais	119.134	5,9	152.838	8,8	167.084	7,2	216.720	10,8
Outras despesas financeiras	6.028	0,3	3.646	0,2	6.764	0,3	5.391	0,3
Aluguéis	7.334	0,4	5.524	0,3	7.907	0,4	6.491	0,3
	132.496	**6,6**	**162.008**	**9,3**	**181.755**	**7,9**	**228.602**	**11,4**
Do governo								
Impostos, taxas e contribuições	252.985	12,6	220.171	12,7	345.438	15,0	309.285	15,4
Encargos setoriais	102.852	5,1	78.659	4,5	127.381	5,5	95.588	4,8
Encargos s/concessão ANEEL	-	-	-	-	34.302	1,5	24.980	1,2
IR e CSLL	344.438	17,2	186.835	10,7	439.711	19,0	247.831	12,4
	700.275	**34,9**	**485.665**	**27,9**	**946.832**	**41,0**	**677.684**	**33,8**
Do capital próprio								
Reserva legal	52.282	2,6	48.957	2,8	52.282	2,3	48.957	2,4
Dividendos e juros s/ capital próprio	993.345	49,4	930.189	53,4	993.345	43,0	930.189	46,5
	1.045.627	**52,0**	**979.146**	**56,2**	**1.045.627**	**45,3**	**979.146**	**48,9**
	2.009.274	**100,0**	**1.742.124**	**100,0**	**2.307.130**	**100,0**	**2.002.687**	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

dos exercícios findos em 31 de dezembro

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis – SC, e tem como atividade a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O controle acionário da Companhia pertence à Suez Energy South America Participações Ltda., empresa constituída no Brasil sob o controle da Suez-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do Grupo Suez, sediado na França.

Em março de 2007, a Companhia adquiriu, por R$ 28.793, o equivalente a 2,82% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. – MAESA, a qual é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE que explora, através de consórcio, a usina hidrelétrica Machadinho.

A capacidade instalada da Tractebel Energia, incluindo a propriedade indireta das UHEs Itá, Cana Brava, Machadinho e da Unidade de Cogeração Lages, é de 5.881 MW, dos quais 79,37% em usinas hidrelétricas e 20,63% em termelétricas, constituída pelo seguinte parque gerador em operação: UHE Salto Osório (PR), UHE Salto Santiago (PR), UHE Passo Fundo (RS), UHE Itá (RS/SC), UHE Machadinho (SC/RS), UHE Cana Brava (GO), UTE Charqueadas (RS), UTE Alegrete (RS), UTE William Arjona (MS), Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e Unidade de Cogeração Lages (SC).

A capacidade de fornecimento de energia elétrica da Companhia, incluindo o contrato para compra de longo prazo firmado com a controlada Itá Energética S.A. - ITASA , é de 5.918 MW.

As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas controladas estão relacionadas na Nota 11-d.

A Companhia é controladora da Companhia Energética Meridional – CEM, detendo 99,99% das ações representativas de seu capital social, a qual é detentora da concessão da usina hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, Estado de Goiás. A Companhia detém, também, o controle compartilhado, com a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, da empresa Itá Energética S.A. – ITASA, da qual possui 48,75% do capital votante. A ITASA é uma SPE – Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e explorar, em parceria, através de consórcio, a usina hidrelétrica Itá, localizada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Detém, ainda, 99,99% das quotas de capital da Lages Bioenergética Ltda., a qual possui autorização para explorar a unidade de cogeração Lages, no Município de Lages (SC), e da Tractebel Energia Comercializadora Ltda., empresa que comercializa energia no mercado livre de negociação.

Em junho de 2007, a Companhia adquiriu, da sua controladora Suez Energy South America Participações Ltda., o controle acionário da Companhia Energética São Salvador - CESS, correspondente a 99,99% das ações representativas do capital social, pelo valor de R$ 304.000. A CESS é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída para construir e operar a Usina Hidrelétrica São Salvador.

A Companhia também adquiriu, através da controlada integral Delta Energética, em novembro de 2007, o controle acionário da Seival Participações S.A., correspondente a 100% das ações ordinárias representativas do capital social, pelo valor de R$ 23.813. A Seival Participações S.A. detém 99,99% das quotas do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., constituída como uma Sociedade de Propósito Específico - SPE para implantar e explorar uma central geradora termelétrica a vapor, utilizando como combustível carvão mineral.

As principais características das controladas e de seus empreendimentos estão descritas na Nota 10-b.

A Tractebel Energia, através de Fato Relevante divulgado em 13.12.2007, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada integral Energia América do Sul Ltda., adquiriu o controle acionário da Ponte de Pedra Energética S.A., pelo valor total de R$ 592.000, o qual será pago desde que satisfeitas determinadas condições constantes do contrato de compra e venda de ações celebrado naquela data, dentre elas, a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a aprovação do BNDES. A Ponte de Pedra Energética S.A. detém a concessão da usina hidrelétrica Ponte de Pedra, com capacidade instalada de 176,1 MW e energia assegurada de 131,6 MW médios, localizada no Rio Correntes, no Estado de Mato Grosso, em operação comercial desde setembro de 2005. A referida aquisição pela Energia América do Sul Ltda. constitui para a Tractebel Energia investimento relevante, e se enquadra nas disposições do artigo 256 da Lei n.º 6.404/76, razão pela qual será submetida à ratificação de acionistas em assembléia geral. A aquisição da usina Ponte de Pedra representa mais um passo da Tractebel Energia em sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente. Com o objetivo de aprimoramento das informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

A receita de fornecimento de energia, a partir de janeiro de 2007, passou a ser registrada líquida do ICMS recolhido por substituição tributária incidente sobre operações de vendas interestaduais. Até 31 de dezembro de 2006, este imposto vinha sendo apresentado no grupo "Deduções à receita operacional". De modo a facilitar a análise comparativa entre os períodos apresentados, a receita operacional bruta e as deduções à receita bruta relativas ao exercício de 2006, passaram, respectivamente, de R$ 2.638.577 e R$ 230.592 para R$ 2.619.189 e R$ 211.204, na controladora, e de R$ 3.060.737 e R$ 355.205 para R$ 3.005.108 e R$ 299.576, no consolidado.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras - são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os valores contábeis, caso excedam os preços médios de mercado, são ajustados através de constituição de provisão.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos na realização de créditos a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias e de outros créditos, com base em análise individual dos créditos existentes.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo fiscal diferido) - são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, vigentes na data do balanço, e são reconhecidos com base nas diferenças temporárias. A segregação entre circulante e não circulante obedece à expectativa de realização dos valores que lhe dão origem.

d) Almoxarifado - estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Ativos indexados - são atualizados até a data do balanço.

f) Investimentos – os investimentos em sociedades controladas e controlada em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são reconhecidos ao custo de aquisição, que não excede o valor de mercado;

g) Imobilizado - é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro – UC que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação apuradas pela Companhia e suas controladas estão demonstradas na Nota 11-a.

Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Até 31.12.1998, foram capitalizados juros sobre o capital próprio vinculado às obras em andamento, em consonância com a legislação específica do setor elétrico.

h) Empréstimos, financiamentos e debêntures - são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais (ver Nota 15 e Nota 16). Os encargos decorrentes de ambos são apropriados até a data do balanço.

i) Demais obrigações - são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

j) Provisão para contingências - são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis, trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas provisões estão sendo apresentadas líquidas dos depósitos judiciais a elas relacionadas. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

k) Benefícios pós-emprego - são registrados com base em avaliação atuarial, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, complementados pelos valores projetados atuarialmente e atualizados mensalmente pelos índices contratuais, no que se refere às obrigações já contratadas (ver Nota 21).

l) Resultado do exercício - as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

m) Reconhecimento dos efeitos inflacionários - estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições legais e contratuais. Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249, de 26.12.1995, a partir de janeiro de 1996 foi extinta a sistemática de correção monetária. Desta forma, os valores correspondentes ao ativo permanente e ao patrimônio líquido estão corrigidos somente até 31.12.1995.

n) Uso de estimativas - a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, contingências e benefícios pós-emprego, bem como à apresentação do perfil de exigibilidade das mesmas e de realização do respectivo ativo fiscal diferido.

o) Ajuste a valor presente - os ativos e passivos não circulantes contratados a preços futuros são ajustados a valor presente, com a taxa de desconto de 10% a.a., usualmente praticada no setor elétrico.

p) Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da ITASA são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle compartilhado (ver Nota 10-b). Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.

4 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais e Privados [1]				
Nota do Tesouro Nacional - NTN - B	424.512	-	535.435	-
Debêntures	30.092	-	37.955	-
Letra do Tesouro Nacional - LTN	241	153.637	303	153.637
	454.845	153.637	573.693	153.637
Certificado de Depósito Bancário - CDB	20.473	32.715	25.823	32.715
Letra do Tesouro Nacional - LTN	40.410	-	50.969	-
Letra Financeira do Tesouro - LFT	49.333	-	62.224	-
	565.061	186.352	712.709	186.352
Instituições Financeiras [2]				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	31.657	16.518
Notas do Tesouro Nacional - NTN - D	-	-	3.634	4.508
Operações Compromissadas com Títulos Privados e Públicos Federais [1]				
Debêntures	-	-	20.921	22.165
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	-	3.704
	-	-	56.212	46.895
	565.061	186.352	768.921	233.247
Banco Santos				
Certificado de Depósito Bancário - CDB	1.777	1.777	2.603	2.603
(-) Provisão para perdas	(1.777)	(1.777)	(2.603)	(2.603)
	565.061	186.352	768.921	233.247

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo e Multimercado, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de irrelevantes despesas gerais e administrativas.

Na carteira do fundo, em 31.12.2007, estão registradas operações no mercado futuro de taxa de juros (DI Futuro BMF), que tem por objetivo transformar alocações pré-fixadas em alocações indexadas ao CDI. Os resultados dessas operações são compensados com os apresentados na carteira de títulos acima mencionada. O saldo consolidado dessas transações em 31.12.2007 é de R$ 38.678.

Estas operações têm os seguintes valores, datas de vencimento e características:

	Valor	Vencimento	Carteira protegida	Vencimento
DI Futuro	14.988	02.01.2008	LTN	01.01.2009
DI Futuro	23.690	01.07.2008	LTN	01.01.2008
	38.678			

A provisão para perdas em aplicações financeiras foi constituída para cobrir possíveis perdas decorrentes das aplicações em CDB que a Companhia e a controlada CEM possuem no Banco Santos, o qual teve a sua falência decretada em 2005.

[1] São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais e em títulos privados.

[2] Banco do Brasil, Banco Safra, Banco Santander, Banco Votorantim, Banco Itaú, ABN Amro Real, UNIBANCO, HSBC e Tesouro Nacional.

5 – CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Controladora				
	2007				2006
		Vencidos			
	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Concessionárias	192.569	-	-	192.569	181.914
Comercializadoras	82.232	-	-	82.232	75.307
Consumidores livres	26.561	1.816	6	28.383	29.324
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	6.185	127	-	6.312	-
- Parcelamentos	11.350	-	-	11.350	19.537
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	1.373	212	-	1.585	7.841
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	109.873	-	11.947	121.820	121.820
	128.781	339	11.947	141.067	149.198
	430.143	**2.155**	**12.693**	**444.991**	**436.483**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(109.873)	-	(11.947)	(121.820)	(121.820)
	320.270	**2.155**	**746**	**323.171**	**314.663**
Não Circulante					
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Parcelamentos	3.658	-	-	3.658	13.820
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	890	-	-	890	2.243
	4.548	**-**	**-**	**4.548**	**16.063**

	Consolidado				
	2007				2006
		Vencidos			
	Vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	Total	Total
Circulante					
Concessionárias	195.483	-	-	195.483	184.662
Comercializadoras	42.999	-	-	42.999	75.136
Consumidores livres	84.203	4.143	6	88.352	67.838
Exportação	-	-	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Correntes	7.392	137	-	7.529	380
- Parcelamentos	11.350	-	-	11.350	19.537
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	1.373	212	-	1.585	7.841
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	13.944	124.442	124.442
	130.613	349	13.944	144.906	152.200
	453.298	**4.492**	**14.690**	**472.480**	**480.576**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)
	342.800	**4.492**	**2.614**	**349.906**	**358.002**
Não Circulante					
Transações no âmbito da CCEE/MAE					
- Parcelamentos	3.658	-	-	3.658	13.820
- Recomposição tarifária extraordinária - RTE	890	-	-	890	2.243
	4.548	**-**	**-**	**4.548**	**16.063**

Os valores vencidos há mais de 90 dias relativos a transações no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE (atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE) referem-se a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido débito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores vincendos foi constituída em virtude de incertezas quanto à realização de créditos decorrentes de transações ocorridas no âmbito do MAE no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

6 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Circulante				
ICMS	42.764	44.375	44.894	45.857
Imposto de renda	-	9.021	681	10.369
Contribuição social	-	2.945	-	3.199
COFINS	2.256	1.139	2.316	1.139
PIS	490	249	503	249
INSS	2.913	7.245	2.913	7.245
	48.423	**64.974**	**51.307**	**68.058**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	(40.138)	(41.351)	(40.138)	(41.351)
	8.285	**23.623**	**11.169**	**26.707**
Não Circulante				
ICMS	3.934	3.110	6.897	5.880
COFINS	8.762	5.943	8.772	5.953
PIS	1.902	1.289	1.904	1.291
INSS	6.610	-	6.610	-
	21.208	**10.342**	**24.183**	**13.124**

A provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS é decorrente do imposto incidente sobre a aquisição de gás natural para produção de energia elétrica na UTE William Arjona, no Estado do Mato Grosso do Sul, e foi constituída em virtude da dificuldade de compensação total de tais créditos, tendo em vista que a venda de energia elétrica naquele Estado ocorria com diferimento de ICMS.

7 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora				
	2007				2006
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	146.550	36.637	-	36.637	34.167
Benefícios pós-emprego	190.812	47.703	17.173	64.876	57.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	121.820	30.455	10.964	41.419	41.419
Provisão para contingências	106.505	26.626	9.586	36.212	33.565
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647	14.060
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	25.190	6.298	2.267	8.565	9.701
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	5.091	1.273	458	1.731	5.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	20.181	5.045	1.816	6.861	8.598
Provisão para perdas em aplicações financeiras	1.777	444	160	604	604
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	4.787	1.197	431	1.628	-
Outros	3.770	942	340	1.282	2.000
		166.655	**46.807**	**213.462**	**206.965**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		9.860	2.231	12.091	19.683
Não circulante		156.795	44.576	201.371	187.282
		166.655	**46.807**	**213.462**	**206.965**

	Consolidado				
	2007				2006
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**	**Total**
Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC	146.550	36.637	-	36.637	34.167
Benefícios pós-emprego	190.812	47.703	17.173	64.876	57.120
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675
Provisão para contingências	110.257	27.564	9.924	37.488	34.305
Provisão para perdas com créditos de ICMS	40.138	10.035	3.612	13.647	14.060
Depreciação acelerada na UTE W. Arjona	25.190	6.298	2.267	8.565	9.701
Participação de empregados nos lucros e bônus gerencial	5.091	1.273	458	1.731	5.731
Ajuste a valor presente de valores a receber	20.181	5.045	1.816	6.861	8.598
Provisão para perdas em aplicações financeiras	2.603	651	234	885	885
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	6.416	1.604	578	2.182	-
Outros	4.787	1.197	431	1.628	3.598
		168.650	**47.525**	**216.175**	**209.840**
Classificação do ativo fiscal diferido:					
Circulante		9.911	2.249	12.160	21.351
Não circulante		158.739	45.276	204.015	188.489
		168.650	**47.525**	**216.175**	**209.840**

A realização dos ativos fiscais diferidos, oriundos das diferenças temporárias, dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas.

Estudos técnicos de viabilidade, examinados pelo Conselho Fiscal e aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, indicam que os ativos fiscais diferidos existentes serão totalmente recuperados por lucros tributáveis futuros.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e a sua recuperação através de geração de lucros tributáveis futuros foram estimados conforme abaixo:

Ativo fiscal diferido, registrado	**Controladora**	**Consolidado**
2008	12.091	12.160
2009	13.789	14.235
2010	12.663	12.746
2011	20.614	21.328
2012	39.037	39.482
2013 a 2015	89.886	90.808
2016 e 2017	25.382	25.416
	213.462	**216.175**

Ativo fiscal diferido, não registrado	Controladora	Consolidado
2018	3.664	3.664
2019	3.492	3.492
2020	734	734
2021	734	734
2022	734	734
2023 a 2025	2.202	2.202
2026 a 2028	2.202	2.202
2029 em diante	1.686	1.686
	15.448	**15.448**
	228.910	**231.623**

O ativo fiscal diferido não registrado corresponde a Remuneração das Imobilizações em Curso – RIC. A sua realização ocorre na proporção da depreciação dos respectivos ativos, cujo prazo, atualmente, ultrapassa 10 anos, resultando em ativo fiscal diferido não reconhecido, em observância à Instrução CVM nº 371, de 27.06.2002.

8 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	2007		2006	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos tributos	**1.390.065**	**1.390.065**	**1.165.981**	**1.165.981**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.747	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	3.178	-	1.784	-
Doações	2.242	2.242	2.235	2.235
Outras despesas indedutíveis	354	354	314	314
Exclusões				
Equivalência patrimonial	(185.838)	(185.838)	(120.284)	(120.284)
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(213.000)	(213.000)
Baixa de provisão para perda da UTE Jacuí	-	-	(303.131)	-
RIC (*)				
UTE Jacuí	-	-	(71.263)	-
Demais ativos	(14.636)	-	(13.630)	-
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.026.112**	**1.030.823**	**455.752**	**835.246**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(256.528)**	**(92.774)**	**(113.938)**	**(75.172)**
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	2.471	-	-	-
Incentivos fiscais	2.369	-	2.181	-
Outros	24	-	94	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(251.664)**	**(92.774)**	**(111.663)**	**(75.172)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(257.095)	(93.840)	(98.489)	(42.610)
Diferido	5.431	1.066	(13.174)	(32.562)
	(251.664)	**(92.774)**	**(111.663)**	**(75.172)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso

	Consolidado			
	2007		2006	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos tributos	**1.485.338**	**1.485.338**	**1.226.977**	**1.226.977**
Diferenças permanentes				
Adições				
Amortização de ágio	6.747	-	6.746	-
Gratificação e 13º de dirigentes	3.509	-	1.999	-
Doações	2.490	2.490	5.726	5.726
Perdas com operações de *swaps*	-	-	8.243	8.243
Outras despesas indedutíveis	272	272	345	345
Exclusões				
Juros sobre o capital próprio	(176.000)	(176.000)	(213.000)	(213.000)
Baixa de provisão para perda da UTE Jacuí	-	-	(303.131)	-
RIC (*)				
UTE Jacuí	-	-	(71.263)	-
Demais ativos	(14.636)	-	(13.630)	-
Ajuste em controlada tributada pelo lucro presumido	(5.508)	(3.995)	(12.801)	(10.951)
Outros	-	-	(300)	(300)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.302.212**	**1.308.105**	**635.911**	**1.017.040**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(325.553)**	**(117.729)**	**(158.978)**	**(91.534)**
IR e CS de exercícios anteriores	(1.195)	(430)	-	-
Complemento do IR diferido sobre a RIC (*)	2.471	-	-	-
Incentivos fiscais	2.617	-	2.503	-
Outros	108	-	178	-
Imposto de renda e contrib. social - resultado	**(321.552)**	**(118.159)**	**(156.297)**	**(91.534)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(326.894)	(119.151)	(140.376)	(57.986)
Diferido	5.342	992	(15.921)	(33.548)
	(321.552)	**(118.159)**	**(156.297)**	**(91.534)**

(*) RIC – Remuneração das Imobilizações em Curso

9 – ALIENAÇÕES DE BENS E DIREITOS

Registra os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. – ELEJA relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. A ELEJA é uma sociedade de propósito específico, controlada por sociedade detentora dos direitos de exploração de jazidas de carvão mineral na região do projeto Jacuí, a qual, nos termos do contrato, assumiu a responsabilidade pela conclusão do projeto.

Em garantia ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo o pagamento do preço de compra, a ELEJA deu à Tractebel Energia, em promessa de penhor e hipoteca, os direitos, bens, máquinas, imóveis e seus acessórios, que foram objeto do contrato de compra e venda entre as partes.

De acordo com as condições contratuais, os valores da venda estão sendo atualizados pelo IGP-DI e serão recebidos em 36 parcelas a partir da data de início da operação comercial da UTE Jacuí ou da data que se completarem quatro anos, contados a partir da venda.

Considerando que os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a. Os valores nominais e os descontados a valor presente, na controladora e no consolidado, são como se segue:

	2007	2006
Valor da alienação	101.496	93.855
(-) Ajuste a valor presente	(20.181)	(25.290)
	81.315	**68.565**

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Equivalência Patrimonial	1.062.602	806.786	-	-
Ágio	63.067	34.757	82.595	34.757
Avaliadas pelo custo de aquisição	28.796	3	28.796	3
Bens e direitos para uso futuro	1.895	1.742	1.895	1.742
Outros investimentos	121	371	121	371
	1.156.481	843.659	113.407	36.873

b) Participações societárias permanentes

b.1) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

	2007				2006	
Empresas	Lote de Mil Ações ou Quotas	Participação (%)	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo)	Patrimônio Líquido
Itá Energética S.A. – ITASA	253.607	48,75	29.617	583.424	28.380	567.580
Companhia Energética Meridional - CEM	344.528	99,99	99.436	443.744	88.217	480.558
Companhia Energética São Salvador - CESS	268.943	99,99	-	268.943	-	-
Lages Bioenergética Ltda.	30.530	99,99	7.929	40.345	15.929	32.416
Tractebel Energia Comercializadora Ltda.	4.200	99,99	64.066	4.200	2.031	17.113
Delta Energética S.A.	20.960	99,99	(31)	20.898	(28)	3
Lagoa Formosa Bioenergética Ltda.	50	99,99	-	50	-	-

Movimentação dos investimentos

Equivalência Patrimonial

Empresas	Saldos em 31.12.2006	Constituição/ Aquisição Empresa	Aumento de Capital	Resultado da Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2007
ITASA	276.695	-	-	14.438	(6.714)	284.419
CEM	480.558	-	-	99.436	(136.250)	443.744
CESS	-	268.943	-	-	-	268.943
Lages Bioenergética	32.416	-	-	7.929	-	40.345
Tractebel Energia Comercializadora	17.113	-	-	64.066	(76.979)	4.200
Delta Energética	4	-	20.925	(31)	-	20.898
Lagoa Formosa	-	50	-	-	-	50
Outras	-	3	-	-	-	3
	806.786	**268.996**	**20.925**	**185.838**	**(219.943)**	**1.062.602**

Ágio

Empresas	Saldos em 31.12.2006	Aquisição Empresa	Amortização	Saldos em 31.12.2007
ITASA	8.010	-	(2.289)	5.721
CEM	26.747	-	(4.458)	22.289
CESS	-	35.057	-	35.057
Controladora	**34.757**	**35.057**	**(6.747)**	**63.067**
Delta Energética				
Seival Participações	-	19.528	-	19.528
Consolidado	**34.757**	**54.585**	**(6.747)**	**82.595**

Informações sobre as controladas

Itá Energética S.A. – ITASA (controlada em conjunto)
As ações representativas do capital social da ITASA são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

A ITASA tem como objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Itá em parceria, através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada ITASA tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios.

O ágio na aquisição do investimento tem fundamento econômico na expectativa de resultados futuros e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com as premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para o período de concessão de 35 anos.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados, nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

	2007	2006
ATIVO		
Ativo circulante	69.220	74.786
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	4.177	3.743
Permanente	976.714	1.022.962
	980.891	1.026.705
TOTAL DO ATIVO	**1.050.111**	**1.101.491**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	115.277	109.534
Passivo não circulante		
Exigível a longo prazo	351.410	424.377
Patrimônio líquido	583.424	567.580
TOTAL DO PASSIVO	**1.050.111**	**1.101.491**
RESULTADO		
Receitas operacionais brutas	220.442	219.049
Deduções da receita operacional	(22.314)	(22.280)
Receitas líquidas de vendas	**198.128**	**196.769**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(58.934)**	**(45.447)**
LUCRO BRUTO	**139.194**	**151.322**
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com vendas	(24.296)	(29.926)
Despesas gerais e administrativas	(20.236)	(19.526)
	(44.532)	**(49.452)**
Resultado do serviço	**94.662**	**101.870**
Despesas financeiras, líquidas	**(50.006)**	**(59.434)**
RESULTADO OPERACIONAL	**44.656**	**42.436**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**93**	**432**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**44.749**	**42.868**
Imposto de renda e contribuição social	(15.132)	(14.488)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**29.617**	**28.380**

Companhia Energética Meridional – CEM (controlada)
A CEM detém a concessão da Usina Hidrelétrica Cana Brava, localizada no Rio Tocantins, norte do Estado de Goiás, com capacidade instalada de 450 MW e 273,4 MW médios de energia assegurada. A concessão para construção e exploração do empreendimento tem prazo de vigência de 35 anos, a partir de 27.08.1998.

O ágio na aquisição do controle acionário tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e está sendo amortizado pelo prazo de 10 anos. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

Companhia Energética São Salvador – CESS (controlada)
Em 2007, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da CESS, detidas pela sua controladora SUEZ Energy South America Participações Ltda.

A CESS é titular da concessão do aproveitamento hidrelétrico São Salvador, que possui 243,2 MW de capacidade instalada e 148,5 MW médios de energia assegurada. Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada - ACR.

O preço pago pela Companhia foi de R$ 304.000 à vista, valor esse que deverá ser acrescido de R$ 18.000, caso ocorra a concatenação entre a data do início dos pagamentos relativos ao Uso do Bem Público - UBP e o início do fornecimento de energia elétrica, originalmente previsto para 2011 nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica - CCEARs.

O ágio pago na aquisição do controle acionário foi de R$ 35.057 e será adicionado de R$ 18.000 caso seja concretizada a condição acima mencionada. O referido ágio tem fundamento econômico na expectativa de resultado futuro e será amortizado a partir do início da operação comercial, previsto para 2009. A determinação do ágio teve por base fluxo de caixa calculado por instituição financeira especializada, com premissas indicadas ao contexto da investida, projetado para 35 anos, prazo de concessão da usina.

Pela outorga da concessão onerosa da UHE São Salvador, a CESS pagará à União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o valor original de R$ 555.000, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado. De acordo com o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, datado de 18.07.2007, o início do pagamento dar-se-á a partir da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE São Salvador, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o término da concessão, em abril de 2037.

Ainda conforme o referido aditivo, este valor foi atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M até a data do aditivo contratual, em 18.07.2007, e a partir desta data, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Os valores contratuais atualizados são os seguintes:

	2007	2006
Valor anual	33.009	30.164
Parcelas mensais (1/12)	2.751	2.514
Valor nominal total	935.264	904.909
Valor presente total	286.317	278.000

O valor presente total foi calculado com base na taxa de desconto de 10% a.a., tradicionalmente utilizada no setor elétrico brasileiro, considerando os pagamentos no período de 01.01.2009 a 23.04.2037.

Lages Bioenergética Ltda. (controlada)
A Lages detém a autorização da central geradora termelétrica Lages, localizada no Município de Lages – SC, com um turbogerador a vapor de 28 MW, utilizando resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo - MDL da ONU por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (controlada)
A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Delta Energética S.A. (controlada)
Em 2007, a controlada adquiriu a totalidade das ações de emissão da Seival Participações S.A.. A Seival é uma holding de propósito específico, detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre - RS.

A aquisição da Seival Participações acrescenta ganhos ao desenvolvimento do projeto para exportação de energia ao Uruguai a partir de 2012, uma vez que detém os direitos (incluindo autorização da ANEEL, licença prévia e opção de compra de imóvel) para implantar e explorar uma termelétrica a carvão em Candiota - RS, com potência instalada de até 540 MW.

O preço da aquisição foi de R$ 23.813, dos quais foram pagos, até 31.12.2007, R$ 20.813, remanescendo o saldo de R$ 3.000 que será quitado de acordo com o cumprimento das condições estabelecidas contratualmente.

O ágio apurado na aquisição do controle acionário foi de R$ 19.528, o qual foi determinado com base em análise econômico-financeira e avaliação dos benefícios que a aquisição do projeto proporcionará à Companhia, e será amortizado a partir do início da operação comercial.

Lagoa Formosa Bioenergética Ltda. (controlada)
A Lagoa Formosa Bioenergética Ltda., Sociedade de Propósito Específico - SPE, controlada integral da Tractebel Energia, foi constituída com o objetivo de construir a Usina Cogeração São João, um empreendimento à biomassa de cana-de-açúcar em consórcio com a empresa Dedini Açúcar e Álcool Ltda., pertencente ao Grupo Dedini Agro.

Em setembro de 2007, a Dedini foi adquirida pelo grupo espanhol Abengoa, que optou por desfazer tal parceria. A Tractebel Energia, entretanto, terá direito a uma compensação financeira a título de indenização pelo descumprimento dos termos contratados entre as partes. O projeto havia vendido 23 MW médios, a partir de 2010, no 1º Leilão de Fontes Alternativas promovido pela ANEEL, em junho do ano corrente, cujo compromisso de implantação e entrega permanece com a Dedini.

b.2) Avaliadas pelo custo de aquisição

Machadinho Energética S.A. – MAESA
Em março de 2007, a Companhia adquiriu por R$ 28.793, representando 2,82% de participação acionária na Machadinho Energética S.A. – MAESA. A MAESA é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE que explora, através de consórcio, a usina hidrelétrica Machadinho. O Consórcio Machadinho é composto pela MAESA e pela Tractebel Energia, com participações de 83,06% e 16,94%, respectivamente. Em conseqüência desta aquisição, a Tractebel Energia aumentou a sua participação total na concessão e no consórcio em 2,34%, passando para 19,28%.

11 – ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora				
	2007				2006
	Taxas Médias de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(505.695)	135.231	150.495
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(236.477)	75.201	70.754
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(91.566)	28.186	30.353
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(25.735)	154.336	159.065
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.233.790	(221.061)	1.012.729	1.060.782
		2.486.217	**(1.080.534)**	**1.405.683**	**1.471.449**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510	1.188.778
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.504)	8.304	7.338
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.310)	979	851
UTE William Arjona	4,3	174.657	(75.314)	99.343	105.220
		2.727.010	**(1.486.874)**	**1.240.136**	**1.302.187**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**46.028**	**(21.176)**	**24.852**	**17.403**
		5.259.255	**(2.588.584)**	**2.670.671**	**2.791.039**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica		20.452	-	20.452	17.088
Geração Térmica		41.375	-	41.375	31.778
Equipamentos Gerais e Outros		2.200	-	2.200	6.024
		64.027	**-**	**64.027**	**54.890**
Total das imobilizações		**5.323.282**	**(2.588.584)**	**2.734.698**	**2.845.929**
Obrigações especiais		**(9.480)**	**-**	**(9.480)**	**(9.494)**
		5.313.802	**(2.588.584)**	**2.725.218**	**2.836.435**

		Consolidado			
		2007			2006
	Taxas Médias de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizações em Serviço					
Geração Hidráulica					
UHE Salto Santiago	2,5	640.926	(505.695)	135.231	150.495
UHE Salto Osório	2,7	311.678	(236.477)	75.201	70.754
UHE Passo Fundo	2,4	119.752	(91.566)	28.186	30.353
UHE Machadinho (em consórcio)	3,2	180.071	(25.735)	154.336	159.065
UHE Itá (em consórcio)	3,6	1.776.708	(315.999)	1.460.709	1.521.266
UHE Cana Brava	3,0	874.550	(119.016)	755.534	780.930
		3.903.685	**(1.294.488)**	**2.609.197**	**2.712.863**
Geração Térmica					
Complexo Jorge Lacerda	4,4	2.485.256	(1.353.746)	1.131.510	1.188.778
UTE Charqueadas	6,2	58.808	(50.504)	8.304	7.338
UTE Alegrete	3,6	8.289	(7.310)	979	851
UTE William Arjona	4,3	174.657	(75.314)	99.343	105.220
Unidade de Cogeração Lages	4,3	74.148	(11.535)	62.613	65.238
		2.801.158	**(1.498.409)**	**1.302.749**	**1.367.425**
Equipamentos Gerais e Outros	10,0	**46.194**	**(21.278)**	**24.916**	**17.492**
		6.751.037	**(2.814.175)**	**3.936.862**	**4.097.780**
Imobilizações em Curso					
Geração Hidráulica					
UHE São Salvador		615.577	-	615.577	-
Outras UHE (obras de adição)		24.861	-	24.861	22.499
Geração Térmica		42.918	-	42.918	32.214
Equipamentos Gerais e Outros		2.213	-	2.213	6.024
		685.569	**-**	**685.569**	**60.737**
Total das imobilizações		**7.436.606**	**(2.814.175)**	**4.622.431**	**4.158.517**
Obrigações especiais		**(9.605)**	**-**	**(9.605)**	**(9.619)**
		7.427.001	**(2.814.175)**	**4.612.826**	**4.148.898**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora			Consolidado		
	Em Serviço	Em Curso	Total	Em Serviço	Em Curso	Total
Saldo em 31.12.2005	**2.919.922**	**63.947**	**2.983.869**	**4.255.437**	**74.031**	**4.329.468**
Ingressos	-	64.347	64.347	-	69.040	69.040
Transferências	46.660	(46.660)	-	55.590	(55.590)	-
Depreciação	(159.442)	-	(159.442)	(196.727)	-	(196.727)
Baixas	(16.101)	(26.744)	(42.845)	(16.520)	(26.744)	(43.264)
Saldo em 31.12.2006	**2.791.039**	**54.890**	**2.845.929**	**4.097.780**	**60.737**	**4.158.517**
Ingressos						
UHE São Salvador	-	-	-	-	615.577	615.577
Demais usinas	-	67.586	67.586	-	71.401	71.401
Transferências	58.196	(58.196)	-	59.000	(59.000)	-
Depreciação	(176.066)	-	(176.066)	(217.420)	-	(217.420)
Baixas	(2.498)	(253)	(2.751)	(2.498)	(3.146)	(5.644)
	2.670.671	**64.027**	**2.734.698**	**3.936.862**	**685.569**	**4.622.431**
Obrigações Especiais	(9.480)	-	(9.480)	(9.605)	-	(9.605)
Saldo em 31.12.2007	**2.661.191**	**64.027**	**2.725.218**	**3.927.257**	**685.569**	**4.612.826**

c) Obrigações especiais

Referem-se a obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica e representam os valores aplicados nos empreendimentos sob concessão, com recursos da União e de doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. A quitação dessas obrigações dar-se-á no vencimento das respectivas concessões, estabelecido pelo Poder Concedente.

d) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da Concessão ou Autorização	Capacidade Instalada MW	Data do Ato	Vencimento
I - Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	28.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	28.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	28.09.2028
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	15.07.2032
UHE Itá	Controladora/ITASA	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Cana Brava	CEM	450	27.08.1998	27.08.2033
UHE São Salvador	CESS	241	23.04.2002	23.04.2037
II - Autorizações				
Complexo Jorge Lacerda	Controladora	857	25.09.1998	28.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	25.09.1998	28.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	25.09.1998	28.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Lages	Lages Bioenergética	28	30.10.2002	30.10.2032

A concessão pertinente à UHE Itá está compartilhada com a controlada em conjunto Itá Energética S.A. – ITASA (ver Nota 10-b.1) e a concessão da UHE Machadinho está compartilhada com outros concessionários que compõem o Consórcio Machadinho (ver Nota 10-b.2)

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

f) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a Usina Termelétrica Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete – RS, de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

12 – ATIVO INTANGÍVEL

	Consolidado					
		2007			2006	
	Taxas Médias de Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Empresa
Direito de exploração da UHE Cana Brava	3,2	88.664	(15.488)	73.176	76.022	CEM
Direito de uso de softwares	20,0	10.195	(7.879)	2.316	1.288	Consolidado
		98.859	**(23.367)**	**75.492**	**77.310**	

13 – UNIDADES 4 E 5 DA UTE WILLIAM ARJONA

As unidades geradoras 4 e 5 da usina termelétrica William Arjona, com potência total de 70 MW, utilizam gás natural para geração de energia elétrica e foram implantadas com o objetivo específico de atender a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, sob a regência do Contrato de Suprimento de Energia Elétrica firmado em 10.01.2002, com vigência até 31.12.2004.

A Administração da Companhia vinha considerando a possibilidade de desativar tais unidades geradoras no final do contrato com a CBEE. Em linha com esta possibilidade, a Companhia amortizou o valor econômico destes ativos no período de sua utilização, atingindo um valor residual compatível com o valor estimado de alienação.

Em 26.10.2004, a Administração da Companhia comunicou à Assessoria do Ministério de Minas e Energia que, após o término do contrato com a CBEE, as referidas unidades geradoras seriam mantidas e estariam à disposição para operação centralizada, de acordo com as normas e procedimentos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, a partir de 01.01.2005, nas mesmas condições das unidades 1, 2 e 3.

Desta forma, o processo de depreciação das referidas unidades não foi interrompido. Concomitantemente com a depreciação, a Companhia vem revertendo a amortização acelerada reconhecida ao longo do contrato com a CBEE.

O valor residual das unidades geradoras 4 e 5, em 31.12.2007 e 2006, é de R$ 33.134.

14 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Energia elétrica comprada	79.012	77.257	70.428	70.244
Transações no âmbito da CCEE	17.631	75.921	19.536	75.922
Encargos de uso da rede elétrica	49.747	44.379	54.167	48.880
Combustíveis fósseis / biomassa	40.195	6.252	39.148	6.334
Materiais e serviços	43.123	32.115	90.632	37.939
	229.708	**235.924**	**273.911**	**239.319**

15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	2007			2006		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional, líquido de garantias depositadas	20.545	160.504	181.049	24.799	223.460	248.259
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	104.343	104.343	112.810	-	112.810
Deutsche Bank	3.403	3.403	6.806	4.107	8.215	12.322
ABN AMRO Bank	2.498	-	2.498	6.029	3.015	9.044
Encargos	4.501	-	4.501	5.966	-	5.966
	30.947	**268.250**	**299.197**	**153.711**	**234.690**	**388.401**
Moeda nacional						
ELETROBRÁS	34.005	66.464	100.469	87.437	93.402	180.839
BNDES	1.790	-	1.790	9.769	1.987	11.756
Banco do Brasil	3.529	10.588	14.117	3.529	14.118	17.647
Encargos	984	-	984	1.706	-	1.706
	40.308	**77.052**	**117.360**	**102.441**	**109.507**	**211.948**
	71.255	**345.302**	**416.557**	**256.152**	**344.197**	**600.349**

	Consolidado					
	2007			2006		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda estrangeira						
Secretaria do Tesouro Nacional, líquido de garantias depositadas	20.545	160.504	181.049	24.799	223.460	248.259
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	104.343	104.343	112.810	-	112.810
Deutsche Bank	3.403	3.403	6.806	4.107	8.215	12.322
ABN AMRO Bank	2.498	-	2.498	6.029	3.015	9.044
Encargos	4.501	-	4.501	5.966	-	5.966
	30.947	**268.250**	**299.197**	**153.711**	**234.690**	**388.401**
Moeda nacional						
ELETROBRÁS	34.005	66.464	100.469	87.437	93.402	180.839
BNDES	28.793	255.545	284.338	36.674	150.498	187.172
Agentes Financiadores - BNDES	14.990	338.409	353.399	14.935	85.879	100.814
Banco do Brasil	3.529	10.588	14.117	3.529	14.118	17.647
BRDE	6.810	24.969	31.779	6.785	31.664	38.449
Encargos	1.950	6.506	8.456	3.008	-	3.008
	90.077	**702.481**	**792.558**	**152.368**	**375.561**	**527.929**
	121.024	**970.731**	**1.091.755**	**306.079**	**610.251**	**916.330**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31.12.2005	**194.135**	**601.949**	**796.084**	**243.343**	**911.138**	**1.154.481**
Transferências	243.997	(243.997)	-	292.859	(292.859)	-
Encargos gerados	68.583	-	68.583	100.758	5.727	106.485
Variações cambiais	(4.133)	(21.005)	(25.138)	(4.133)	(21.005)	(25.138)
Remuneração de garantias depositadas	-	7.250	7.250	-	7.250	7.250
Amortizações	(246.430)	-	(246.430)	(326.748)	-	(326.748)
Saldo em 31.12.2006	**256.152**	**344.197**	**600.349**	**306.079**	**610.251**	**916.330**
Ingressos	-	-	-	-	392.651	392.651
Transferências	61.311	(61.311)	-	110.139	(110.139)	-
Repactuação do vencimento	(101.289)	101.289	-	(101.289)	101.289	-
Encargos gerados	54.075	-	54.075	82.687	15.552	98.239
Variações cambiais	(21.067)	(33.465)	(54.532)	(21.067)	(33.465)	(54.532)
Remuneração de garantias depositadas	-	(5.408)	(5.408)	-	(5.408)	(5.408)
Amortizações	(177.927)	-	(177.927)	(255.525)	-	(255.525)
Saldo em 31.12.2007	**71.255**	**345.302**	**416.557**	**121.024**	**970.731**	**1.091.755**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora					
	2007			2006		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	109.411	193.800	46,52	128.392	274.502	45,73
Euro – EUR	40.404	105.397	25,31	40.386	113.899	18,97
		299.197	**71,83**		**388.401**	**64,70**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		101.272	24,31		182.286	30,36
Não indexado		16.088	3,86		29.662	4,94
		117.360	**28,17**		**211.948**	**35,30**
		416.557	**100,00**		**600.349**	**100,00**

	Consolidado					
	2007			2006		
	Moeda mil	Reais	%	Moeda mil	Reais	%
Moeda estrangeira						
Dólar Americano – USD	109.411	193.800	17,75	128.392	274.502	29,96
Euro – EUR	40.404	105.397	9,66	40.386	113.899	12,43
		299.197	**27,41**		**388.401**	**42,39**
Moeda nacional						
IVRRJR (baseado na UFIR)		101.272	9,28		182.286	19,89
TJLP		675.198	61,84		315.981	34,48
Não indexado		16.088	1,47		29.662	3,24
		792.558	**72,59**		**527.929**	**57,61**
		1.091.755	**100,00**		**916.330**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2007**	**2006**
Dólar Americano – USD	(17,15)	(8,66)
Euro – EUR	(7,50)	1,85
TJLP	6,37	7,87
SELIC	11,88	15,08

e) Condições Contratadas

		Condições de Pagamento		
	Encargos	**Vencimento**	**Encargos**	**Principal**
Moeda estrangeira				
Tractebel Energia				
Secretaria do Tesouro Nacional	Libor + 1,075% a.a.	Abr 2024	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	Euribor + 2,75% a.a. [a]	Nov 2015	Anual em Nov	Parcela única em Nov 2015
Deutsche Bank	Libor + 0,55% + IR s/juros (10%)	Out 2009	Semestrais, em Abr e Out	Semestrais, em Abr e Out
ABN AMRO Bank	Libor + 2,5% a.a.	Mar 2008	Semestrais, em Mar e Set	Semestrais, em Mar e Set
Moeda nacional				
Tractebel Energia				
Eletrobrás	12% a.a.	Abr 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
BNDES	Selic + 1% a.a.	Fev 2008	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Banco do Brasil	9,35% a.a.	Dez 2011	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CEM				
BNDES	TJLP + 4% a.a. [b]	Abr 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
ITASA				
BNDES	TJLP + 4% a.a. [b]	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
Agentes financiadores - BNDES [d]	TJLP + 3,85% a.a. [b]	Set 2013	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
LAGES				
BRDE	TJLP + 2,25% a.a. [b]	Ago 2012	Mensais, até o vencimento	Mensais, até o vencimento
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. [b]	Out 2023	Mensais, até o vencimento[c]	Mensais, até o vencimento[c]
Agentes financiadores - BNDES [d]	TJLP + 3,25% a.a. [b]	Out 2023	Mensais, até o vencimento[c]	Mensais, até o vencimento[c]

[a] Repactuação do vencimento, postergado de novembro de 2007 para novembro de 2015 e do *spread* de 7% a.a. para 2,75% a.a.

[b] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

[c] Os juros serão capitalizados trimestralmente até outubro de 2009, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, incorporando-se ao principal dos financiamentos. Após o período de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até outubro de 2023.

[d] UNIBANCO, BRADESCO, Banco Itaú, Banco Santander e Banco Votorantim

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Total	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Total
2009	21.725	30.974	52.699	21.725	84.624	106.349
2010	16.098	31.753	47.851	16.098	109.641	125.739
2011	16.098	14.325	30.423	16.098	92.213	108.311
2012	11.913	-	11.913	11.913	75.617	87.530
2013	7.728	-	7.728	7.728	54.368	62.096
2014	3.736	-	3.736	3.736	29.086	32.822
2015	104.343	-	104.343	104.343	29.086	133.429
De 2016 até 2022 (parcelas anuais de R$ 29.086)	-	-	-	-	203.602	203.602
2023	-	-	-	-	24.244	24.244
2024	86.609	-	86.609	86.609	-	86.609
	268.250	**77.052**	**345.302**	**268.250**	**702.481**	**970.731**

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira
Secretaria do Tesouro Nacional - STN: (a) Cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 62.642, em 31.12.2007, que está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente.

ABN AMRO Bank: Nota Promissória, com vencimento à vista, no valor correspondente ao do financiamento.

Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional
ELETROBRÁS: (a) Procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) Notas Promissórias no montante referente ao do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

BNDES: Cessão e transferência ao Banco do valor equivalente a 1,33% do seu faturamento mensal, a ser feita através de depósitos na Conta Arrecadadora e Conta Vinculada.

Banco do Brasil: (a) Cessão e transferência de crédito, no valor de R$ 8.726, representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) Caução de Nota Promissória no valor correspondente ao do financiamento.

g.2) Itá Energética S.A. - ITASA

BNDES e Agentes Financeiros: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) Penhor de Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES, substituída por fiança bancária, e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da ITASA ao BNDES e Agentes Financiadores.

g.3) Companhia Energética Meridional - CEM

BNDES: Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito e do Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures: (a) Cessão de todas as receitas e demais valores recebidos decorrentes da geração e da comercialização provenientes da Usina Hidrelétrica Cana Brava; (b) cessão do direito de receber todos e quaisquer valores que venham a ser exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente, nos termos da Concessão, mas não se limitando, a todas as indenizações pela extinção da Concessão; (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a seis meses do serviço da dívida.

g.4) Lages Bioenergética Ltda.

BRDE: (a) Cessão dos direitos creditórios do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado com a CELESC, com a interveniência da Tractebel; (b) cessão dos Direitos de Indenização decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Vapor e Compra e Venda de Biomassa celebrados com as empresas Sofia Industrial e Exportadora Ltda. e a Battistella Indústria e Comércio Ltda.; (c) cessão dos Direitos Emergentes da Autorização concedida pela ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica; (d) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.5) Companhia Energética São Salvador - CESS

BNDES e repasse BNDES - agentes financiadores: (a) Penhor de Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) Conta Centralizadora de Direitos Creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS e (c) obrigação de manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida, acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto.

16 – DEBÊNTURES

a) Composição

	2007			2006		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Tractebel Energia S.A.						
1ª Emissão - 1ª Série	6.483	142.539	149.022	4.939	140.000	144.939
1ª Emissão - 2ª Série	-	60.000	60.000	-	60.000	60.000
2ª Emissão - Série Única	404	357.763	358.167	-	-	-
Encargos	25.251	-	25.251	10.065	-	10.065
Total Controladora	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**15.004**	**200.000**	**215.004**
CEM (Série Única)	**10.807**	**63.667**	**74.474**	**9.789**	**74.204**	**83.993**
ITASA (1ª e 2ª Séries)	**10.185**	**40.950**	**51.135**	**8.190**	**49.140**	**57.330**
Encargos	3.430	-	3.430	4.851	-	4.851
Total Consolidado	**56.560**	**664.919**	**721.479**	**37.834**	**323.344**	**361.178**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31.12.2005	**10.286**	**198.348**	**208.634**	**31.090**	**338.196**	**369.286**
Transferências	4.938	(4.938)	-	22.868	(22.868)	-
Encargos gerados	20.928	-	20.928	35.990	1.426	37.416
Variações monetárias	-	6.590	6.590	2.359	6.590	8.949
Amortizações	(21.148)	-	(21.148)	(54.473)	-	(54.473)
Saldo em 31.12.2006	**15.004**	**200.000**	**215.004**	**37.834**	**323.344**	**361.178**
Ingressos	-	353.423	353.423	-	353.423	353.423
Transferências	9.167	(9.167)	-	28.150	(28.150)	-
Encargos gerados	33.487	-	33.487	46.930	256	47.186
Variações monetárias	2.012	16.046	18.058	6.057	16.046	22.103
Amortizações	(27.532)	-	(27.532)	(62.411)	-	(62.411)
Saldo em 31.12.2007	**32.138**	**560.302**	**592.440**	**56.560**	**664.919**	**721.479**

Em 19.06.2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu o Primeiro Programa de Distribuição Pública de debêntures da Tractebel Energia, através do qual a Companhia terá a faculdade de ofertar ao público debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. As ofertas de Debêntures a serem realizadas pela Companhia, no âmbito do Programa de Distribuição, estão limitadas ao montante de R$ 1.500.000 durante o prazo de vigência do Programa de Distribuição, até 19.06.2009.

Em 15.05.2007, a Companhia efetuou a sua 2ª emissão, a 1ª dentro do Programa de Distribuição anteriormente citado, composta de 35.000 debêntures simples, de série única, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo, na data de emissão, o montante total de R$ 350.000. As condições contratadas estão apresentadas no item “c” a seguir.

A liquidação total da oferta pública ocorreu no dia 21.06.2007, e o montante recebido, incluindo juros e atualização monetária, foi de R$ 353.423. Os recursos obtidos destinaram-se à aquisição da Companhia Energética São Salvador - CESS.

c) Condições contratadas

	Quantidade em Circulação	Remuneração	Condições de Pagamento		Garantia
			Juros/ Atualização Monetária	Principal	
Tractebel Energia					
1ª Série	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
2ª Série	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
CEM					
Série Única	7.773	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
ITASA					
1ª Série e 2ª Série	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	(%)	
Moeda – indexador	**2007**	**2006**
TJLP	6,37	7,87
IGP-M	7,75	3,83
CDI	11,82	15,03
IPCA (maio a dezembro)	2,33	-

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2009	-	20.078
2010	60.000	81.267
2011	142.540	165.114
2012	119.254	143.267
2013	119.254	135.939
2014	119.254	119.254
	560.302	**664.919**

17 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2007	**2006**	**2007**	**2006**
Circulante				
Imposto de renda	187.970	14.521	225.766	16.662
Contribuição social	55.944	-	66.788	856
ICMS	11.376	6.535	30.002	13.666
PIS e COFINS	10.153	7.620	12.164	9.432
INSS	3.705	2.190	3.746	2.199
Outros	2.576	2.881	2.930	3.055
	271.724	**33.747**	**341.396**	**45.870**
Não Circulante				
INSS	4.472	5.383	4.472	5.383
PIS e COFINS com exigibilidade suspensa	4.787	-	6.416	-
ICMS	-	-	1.315	-
	9.259	**5.383**	**12.203**	**5.383**
	280.983	**39.130**	**353.599**	**51.253**

No exercício de 2007, a Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social sobre base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor, diferentemente do ano anterior em que a apuração com base no lucro real se mostrou mais adequada.

18 – OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos tem a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento, segundo regulamentos estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e (iii) 20% para o MME, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

19 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A companhia é parte em ações administrativas e judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas que estão sendo discutidas administrativamente ou na esfera judicial em diversas instâncias, que na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para cobertura das contingências, conforme abaixo:

a) Composição

	Controladora					
	2007			2006		
	Provisão Bruta	Depósito Judicial	Provisão Líquida	Provisão Bruta	Depósito Judicial	Provisão Líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.508	(3.489)	10.019	12.077	(3.119)	8.958
INSS	26.421	(11.609)	14.812	23.620	(10.503)	13.117
	39.929	**(15.098)**	**24.831**	**35.697**	**(13.622)**	**22.075**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.235	-	17.235	15.970	-	15.970
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.625	(491)	22.134	20.662	-	20.662
Ações diversas	6.698	(20)	6.678	2.405	-	2.405
	46.558	**(511)**	**46.047**	**39.037**	**-**	**39.037**
Trabalhistas	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**	**23.990**	**(21.061)**	**2.929**
	106.505	**(33.142)**	**73.363**	**98.724**	**(34.683)**	**64.041**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.134			11.000
Não circulante			63.229			53.041
			73.363			**64.041**

	Consolidado					
	2007			2006		
	Provisão Bruta	Depósito Judicial	Provisão Líquida	Provisão Bruta	Depósito Judicial	Provisão Líquida
Tributárias						
Contribuição Social	13.508	(3.489)	10.019	12.077	(3.119)	8.958
INSS	26.421	(11.609)	14.812	23.620	(10.503)	13.117
	39.929	**(15.098)**	**24.831**	**35.697**	**(13.622)**	**22.075**
Cíveis						
Contratos com fornecedores	17.235	-	17.235	15.970	-	15.970
Doença ocupacional e acidente do trabalho	22.625	(491)	22.134	20.662	-	20.662
Ações diversas	12.834	(1.143)	11.691	5.859	-	5.859
	52.694	**(1.634)**	**51.060**	**42.491**	**-**	**42.491**
Trabalhistas	**20.018**	**(17.533)**	**2.485**	**23.990**	**(21.061)**	**2.929**
	112.641	**(34.265)**	**78.376**	**102.178**	**(34.683)**	**67.495**
Classificação no Balanço						
Circulante			10.336			11.206
Não circulante			68.040			56.289
			78.376			**67.495**

Contingências tributárias

Contribuição Social
Refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter compensado Base de Cálculo Negativa de competências 1989 e 1990 na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, na Declaração de Rendimentos da Pessoa Jurídica dos exercícios de 1996 e 1997. De acordo com a ementa do referido auto, a compensação de base de cálculo negativa de CSLL só tem amparo legal a partir de 01.01.1992. A Companhia entende não ter base legal os dispostos das instruções normativas que proibiram a compensação de Bases Negativas de exercícios anteriores, uma vez que não há restrição a tal compensação na Lei. Com referência a autuação relativa ao exercício de 1996, no mérito, em âmbito administrativo, a decisão foi contrária a Companhia, que ingressará com medida judicial para discussão do fundamento da exigência tributária.

Instituto Nacional do Seguro Social -INSS
A Companhia recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito – NFLD, pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho - SAT nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o funcionário tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social, diante dos argumentos de defesa apresentados pela Companhia, decidiu converter o julgamento em diligência para a realização de perícia. O valor provisionado em 31.12.2007 é de R$ 16.146.

A Companhia também possui notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a funcionários. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, alegando que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Esta ação judicial encontra-se em grau de recurso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região devido à apelação cível interposta pelo INSS. A provisão em 31.12.2007 é de R$ 7.406.

Contingências cíveis

Contratos com fornecedores
Refere-se principalmente à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética - CIEN, a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como à rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da CIEN, desde 23.04.2007. O valor provisionado em 31.12.2007 era de R$ 13.490.

Doença ocupacional e acidente do trabalho
Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva.

Ações diversas
Decorrem, principalmente, de ações de desapropriação e indenização impetradas por pessoas físicas e jurídicas atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Contingências trabalhistas
Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, de horas extras, de equiparação salarial, de horas in itinere e de FGTS.

b) Movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão Bruta
Saldo em 31.12.2006	**35.697**	**39.037**	**23.990**	**98.724**
Adições	-	5.337	1.521	6.858
Atualizações	4.232	3.680	1.742	9.654
Pagamentos	-	(355)	(6.801)	(7.156)
Reversões	-	(1.141)	(434)	(1.575)
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**46.558**	**20.018**	**106.505**

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Provisão Bruta
Saldo em 31.12.2006	**35.697**	**42.491**	**23.990**	**102.178**
Adições	-	7.857	1.521	9.378
Atualizações	4.232	4.118	1.742	10.092
Pagamentos	-	(362)	(6.801)	(7.163)
Reversões	-	(1.410)	(434)	(1.844)
Saldo em 31.12.2007	**39.929**	**52.694**	**20.018**	**112.641**

c) Contingências de risco possível ou remoto

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas demonstrações contábeis. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora					
	2007					2006
	Risco Possível	Risco Remoto	Total Bruto	Depósito Judicial	Total Líquido	Total Líquido
Tributárias	234.675	24.677	259.352	(118.343)	141.009	23.492
Cíveis	8.721	3.082	11.803	(2.514)	9.289	13.204
Trabalhistas	11.643	11.839	23.482	(5.500)	17.982	17.027
	255.039	**39.598**	**294.637**	**(126.357)**	**168.280**	**53.723**

	Consolidado					
	2007					2006
	Risco Possível	Risco Remoto	Total Bruto	Depósito Judicial	Total Líquido	Total Líquido
Tributárias	272.692	26.460	299.152	(142.462)	156.690	23.492
Cíveis	30.685	13.009	43.694	(2.717)	40.977	47.526
Trabalhistas	11.643	11.839	23.482	(5.500)	17.982	17.027
	315.020	**51.308**	**366.328**	**(150.679)**	**215.649**	**88.045**

A Companhia possui depósitos judiciais que estão vinculados a provisões de risco possível e remoto que, na sua maioria, são efetuados para garantia da condenação em execução ou efetivação de depósito recursal. Estes valores são atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante.

Contingências tributárias

Os principais objetos relativos às contingências tributárias de risco possível, são os seguintes:

PIS e COFINS
A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, em Florianópolis, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo, ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia entende que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implica ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Em conseqüência, a Companhia recolheu o PIS e a COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior, no período de novembro de 2004 a maio de 2005, no valor de R$ 38.653. No período de junho de 2005 a outubro de 2006, depositou os valores que entendia indevidos em conta vinculada ao Juízo onde tramita a ação, no montante de R$ 121.319.

Em virtude de previsão de decisão favorável do Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região, a Companhia suspendeu os depósitos em dezembro de 2006. Em 11.04.2007, o TRF concluiu o julgamento do referido mandado de segurança, dando-lhe, por unanimidade, integral provimento para reconhecer a ilegitimidade e inconstitucionalidade das Instruções Normativas n.ºs 468 e 658, tanto no que se refere à aplicação da cláusula de correção monetária, quanto no que se refere à aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos da Tractebel Energia e da CEM.

Em 06.07.2007, a Companhia recebeu Auto de Infração Fiscal por não ter recolhido ou depositado, nem informado em Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, os valores do PIS e da COFINS relativos aos meses de novembro e dezembro de 2006. O não recolhimento ou depósito dos valores, muito embora questionados judicialmente, não teria amparo jurídico segundo o entendimento da Delegacia da Receita Federal de Florianópolis. Em 07.08.2007, a Companhia impugnou o Auto de Infração alegando que são indevidos os valores sob os mesmos fundamentos jurídicos sustentados no Mandado de Segurança impetrado em julho de 2005. O valor do Auto de Infração Fiscal está incluído nas contingências tributárias, como risco possível.

Na opinião dos consultores jurídicos, o risco de perda da demanda judicial é inferior à chance de êxito, razão pela qual a Companhia não está provisionando o valor não recolhido a partir da competência junho de 2005. A contingência atualizada, em 31.12.2007, na controladora e no consolidado, é de respectivamente R$ 176.532 e R$ 214.465 (R$ 77.465 e R$ 93.146, líquida dos depósitos judiciais acima mencionados).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
As principais autuações avaliadas como possível, são as seguintes:

- Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de a Companhia ter efetuado compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação - PER/DCOMP, sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2007, na controladora e no consolidado, é de R$ 32.917;

- Auto de Infração emitida pela Delegacia da Receita Federal, em função de a Companhia ter utilizado bases negativas de contribuição social de competências de 1997 e 1998, provenientes de incorporação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - GERASUL pela Eletrobrás Geração S.A. – ELETROGER (atualmente Tractebel Energia S.A.), em data posterior à modificação da Lei, em junho de 2001, que inibiu a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação de empresas para fins de compensação da CSLL. A Companhia argumenta que a incorporação se deu antes da vigência da vedação ao aproveitamento dessas bases e que está garantido o direito de utilizá-las, pois essas bases de cálculo negativas foram integradas ao seu patrimônio no ato da incorporação. Em 31.12.2007, o valor atualizado da autuação é de R$ 17.644.

INSS
As principais notificações classificadas como possíveis, são as que seguem:

- Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e, ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação, em 31.12.2007, é de R$ 2.841.

-Notificações fiscais relativas à aplicação de suposta solidariedade e transferência de responsabilidade, da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL para a Tractebel Energia, referentes à incidência de encargos previdenciários sobre serviços de mão de obra prestados por empresas terceirizadas, até a data de cisão da ELETROSUL, e conseqüente constituição da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. – GERASUL (atualmente Tractebel Energia). Em 31.12.2007, o valor atualizado da notificação é de R$ 3.639.

Contingências cíveis
As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

Contingências trabalhistas
As contingências trabalhistas, de risco possível, referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vinculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

d) Contingências ativas

De acordo com a orientação contida em Despacho da ANEEL, o registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da CCC/CDE que, até novembro de 2005, vinha sendo registrado na receita operacional, na rubrica "Subvenção combustível CCC/CDE", passou a ser contabilizado em conta retificadora do custo de produção de energia elétrica, na conta "Combustível para produção de energia elétrica".

A Companhia entende que, em decorrência da alteração da referida prática contábil, o PIS e a COFINS recolhidos em função do procedimento contábil anteriormente adotado devem ser recuperados. Assim sendo, está analisando a forma mais adequada de proceder a esta recuperação. O valor da contingência ativa não contabilizada, atualizada para 31.12.2007, é de R$ 58.179.

20 – CONCESSÕES A PAGAR

A controlada Companhia Energética Meridional – CEM pagará à União pela outorga da concessão para exploração do potencial de energia hidráulica do aproveitamento hidrelétrico Cana Brava, os valores abaixo indicados, em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores de pagamento anual, com atualização baseada na variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado – IGP-M. Os valores históricos e atualizados, em 31.12.2007, são os seguintes:

	Valor Histórico		Valor Atualizado	
Ano	**Anual**	**Total**	**Anual**	**Total**
De 01.01.2008 a 30.07.2023	680	10.597	1.639	25.544
De 01.08.2023 a 30.07.2033	61.280	612.800	147.717	1.477.172
		623.397		**1.502.716**

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a CEM registrou o seu valor no ativo intangível em contrapartida com os passivos circulante e exigível a longo prazo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a CEM procedeu ao seu ajuste a valor presente com base na taxa de desconto de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da referida concessão. Até a entrada em operação comercial da usina Cana Brava, a atualização do passivo em função da taxa de desconto e da variação do IGP-M foi capitalizada no ativo intangível e, a partir daí, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Consolidado		
	Circulante	**Não Circulante**	**Total**
Saldo em 31.12.2005	**1.530**	**178.130**	**179.660**
Transferências	1.564	(1.564)	-
Encargos gerados	-	18.039	18.039
Variações monetárias	-	6.941	6.941
Amortizações	(1.535)	-	(1.535)
Saldo em 31.12.2006	**1.559**	**201.546**	**203.105**
Transferências	1.660	(1.660)	-
Encargos gerados	-	20.187	20.187
Variações monetárias	-	14.115	14.115
Amortizações	(1.580)	-	(1.580)
Saldo em 31.12.2007	**1.639**	**234.188**	**235.827**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

2009	1.639
2010	1.639
2011	1.639
2012	1.639
2013	1.639
De 2014 até 2033	225.993
	234.188

21 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os benefícios pós-emprego mantidos pela Companhia são os seguintes:

a) Plano de Benefícios de Previdência Complementar

A Companhia, através da PREVIG – Sociedade de Previdência Complementar, mantém Plano de Benefícios de Previdência Complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo Suez.

Os Planos de Benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido e Contribuição Definida. O Plano de Benefício Definido encontra-se fechado para novas inscrições de empregados.

a.1) Plano de Benefício Definido

O Plano de Benefício Definido tem regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e os auxílios. Os benefícios previstos são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

O benefício inicial de complementação de aposentadoria consiste, basicamente, na diferença entre a média aritmética dos 36 últimos salários reais de contribuição do empregado ao Plano, atualizados, mês a mês, pelos mesmos índices adotados pela Previdência Social, e o valor hipotético do benefício de aposentadoria da Previdência Social, calculado com a aplicação das regras que vigoravam antes da entrada em vigor da Lei nº 9.876, de 26.11.1999. Após sua concessão, a complementação de benefício é reajustada anualmente com base na variação do INPC do IBGE.

O custeio do Plano de Benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados.

Anteriormente à constituição da PREVIG, o Plano de Benefício Definido era administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, patrocinado pela Companhia e pela ELETROSUL, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da ELETROSUL, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da ELETROSUL, bem como pelos participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido até aquela data, permaneceram no Plano de Benefícios administrado pela ELOS, sob a responsabilidade da Companhia, que paga 57% do valor das despesas administrativas da ELOS (a parcela restante, de 43%, é custeada pelo Plano de Benefícios da ELETROSUL). As despesas são limitadas em 15% das respectivas receitas previdenciais da ELOS vinculadas a essa massa de participantes e o valor de responsabilidade da Companhia, no exercício de 2007, foi de R$ 1.558.

A Companhia, no dia 15.05.2007, celebrou acordos com a ELOS, ELETROSUL, PREVIG e Associação de Aposentados da ELETROSUL visando o restabelecimento da adesão com a ELOS, permitindo aos participantes optarem em permanecer naquela Fundação ou transferir-se para a PREVIG. Em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano. O prazo para a opção encerrou-se no dia 30.11.2007 e 29 participantes optaram pela transferência para a PREVIG. A efetivação dessa transferência deverá ocorrer em janeiro de 2008.

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG, vinculadas a esse Plano de Benefícios, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor dessas despesas no exercício de 2007 foi de R$ 966.

As premissas atuariais utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Hipóteses Econômicas (nominais)	**2007**	**2006**
Taxa de desconto (a.a.)	10,25%	10,75%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)	10,50%	11,00%
Crescimento salarial futuro		
- Participante ativo (a.a.)	5,00%	7,00%
- Participante autopatrocinado (a.a.)	5,00%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social (a.a.)	5,00%	5,00%
Crescimento dos benefícios do Plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,00%	5,00%
Inflação	5,00%	5,00%
Fator de capacidade		
- Salários	100%	100%
- Benefícios	100%	100%

Hipóteses Demográficas	2007	2006
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*	T-1 *Service Table*
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências	Primeira data em que completam todas as carências
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90	90
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

Outras Hipóteses	2007	2006
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%	100%
Fator de conversão do SB-40	140%	140%

A conciliação dos passivos decorrentes de benefícios pós-emprego, reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado					
	2007			2006		
	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total	Plano de Aposentadoria	Gratificação Confidencialidade	Total
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	1.249.541	-	1.249.541	1.179.927	-	1.179.927
Valor justo dos ativos	(796.910)	-	(796.910)	(736.567)	-	(736.567)
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	-	1.632	1.632	-	1.628	1.628
Subtotal	452.631	1.632	454.263	443.360	1.628	444.988
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas no balanço	(124.867)	(613)	(125.480)	(130.187)	(707)	(130.894)
Passivo reconhecido no balanço	327.764	1.019	328.783	313.173	921	314.094
Classificação no Balanço						
Circulante			18.450			20.369
Não circulante			310.333			293.725
			328.783			**314.094**

O valor das perdas atuariais excedente a 10% do valor presente das obrigações atuariais será amortizado anualmente, de forma linear, pelo período de, aproximadamente, 6,75 anos, que corresponde ao tempo médio de contribuição futura estimado para os empregados participantes do plano.

Parte do passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está coberto por obrigações contratadas/reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações. A composição do passivo nas demonstrações contábeis é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	2007			2006
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Obrigações contratadas/reconhecidas				
Contrato de confissão de dívidas passadas	15.709	122.189	137.898	144.945
Cobertura dos custos relativos à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40) e contribuições extraordinárias	2.216	2.548	4.764	9.709
Passivo atuarial não contratado	525	185.596	186.121	159.440
Passivo atuarial total	**18.450**	**310.333**	**328.783**	**314.094**

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC do IBGE e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. Os valores apresentados no não circulante são os seguintes:

	ELOS	PREVIG	Total
2009	14.339	1.815	16.154
2010	15.222	1.923	17.145
2011	14.419	1.907	16.326
2012	11.581	1.946	13.527
2013	12.294	2.062	14.356
2014 em diante	28.911	15.770	44.681
	96.766	**25.423**	**122.189**

A movimentação do passivo atuarial está resumida a seguir:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Passivo em 31.12.2005	**285.721**	**1.054**	**286.775**
Despesas do exercício de 2006	58.158	199	58.357
Contribuições	(30.706)	-	(30.706)
Benefícios pagos	-	(332)	(332)
Passivo em 31.12.2006	**313.173**	**921**	**314.094**
Despesas do exercício de 2007	45.445	262	45.707
Contribuições	(30.854)	-	(30.854)
Benefícios pagos	-	(164)	(164)
Passivo em 31.12.2007	**327.764**	**1.019**	**328.783**

Os valores a serem reconhecidos no resultado, no exercício de 2008, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano de Aposentadoria	Gratificação de Confidencialidade	Total
Custo do serviço corrente	485	53	538
Custo dos juros	123.667	137	123.804
Rendimento esperado dos ativos do plano	(80.463)	-	(80.463)
Amortização de perdas atuariais	1.620	40	1.660
Contribuição dos empregados	(189)	-	(189)
	45.120	**230**	**45.350**

a.2) Plano de Contribuição Definida

Além do plano de Benefício Definido, a PREVIG passou a administrar o plano tipo Contribuição Definida, encerrando o plano inicial para novas inscrições em 05.10.2004, data da aprovação do novo plano, comunicada pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

No plano de Contribuição Definida, do qual fazem parte 94% dos empregados da Companhia (889 participantes), o custeio do Plano de Benefícios é constituído por contribuições básicas dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados. O valor da contribuição da Companhia, no exercício de 2007, foi de R$ 3.584.

Adicionalmente, a título de incentivo à migração, a Companhia assumiu uma contribuição especial cujo valor, no exercício de 2007, correspondeu a R$ 4.256, depositada na conta da PREVIG ao participante com, no mínimo, 10 (dez) anos de vinculação ao plano anterior, calculada com o objetivo de aumentar as provisões matemáticas dos participantes, buscando neutralizar eventual impacto que teria ao optar pela migração.

A Companhia, até 31.12.2006, foi responsável pelo custeio de 100% das despesas administrativas do Plano de Contribuição Definida. No exercício de 2007, a patrocinadora foi responsável por 75% e os participantes do plano por 25% dessas despesas. A contribuição da Companhia nesse exercício foi de R$ 997.

A partir de 2008, as despesas administrativas serão rateadas entre a patrocinadora e os participantes levando-se em consideração a formação da reserva financeira dos participantes. A parcela correspondente ao saldo da reserva na data da migração dos participantes do Plano de Benefícios Definidos para o Plano de Contribuição Definida será integralmente assumida pela patrocinadora. A parcela relativa à reserva constituída a partir desta data será custeada 75% pela patrocinadora e 25% pelo participante.

b) Gratificação por Confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

22 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

Encontram-se registrados nesta rubrica, na controladora e no consolidado, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, no valor de R$ 36.535 no exigível a longo prazo, calculados sobre a provisão de venda de energia elétrica no âmbito do MAE, no valor de R$ 107.456, correspondente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da ANEEL, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo, razão pela qual a mesma está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais.

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais, ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída de acordo com as leis do Brasil e listada no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2007, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação, em 31 de dezembro de 2007, é de R$ 4,32 (R$ 4,24 por ação em 31.12.2006).

O quadro societário da Companhia está assim constituído:

	% do Capital	
Acionistas	**2007**	**2006**
Suez Energy South America Participações Ltda.	68,71	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00	10,00
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	2,80	2,80
União Federal	1,90	1,90
Outros	16,59	16,59
	100,00	**100,00**

c) Composição das reservas

	2007	2006
Reserva de Capital		
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	**91.695**	**91.695**
Reservas de Lucros		
Reserva legal	249.496	197.214
Reserva de retenção de lucros	29.896	29.896
	279.392	**227.110**

24 – DIVIDENDOS

No decorrer do ano de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou créditos de juros sobre o capital próprio nos seguintes valores:

- R$ 88.000, correspondentes a R$ 0,1348158600 por ação, aprovados em 10.05.2007 e pagos em 25.10.2007.

- R$ 88.000, correspondentes a R$ 0,1348158600 por ação, aprovados em 05.12.2007, que serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva e comunicada através de Aviso aos Acionistas.

Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2007.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica e não estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 14.08.2007, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações contábeis levantadas em 30.06.2007, no valor de R$ 360.066, correspondentes a R$ 0,5516214256 por ação, os quais foram pagos em 25.10.2007.

Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 30% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia.

	2007	2006
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		
Lucro líquido do exercício	1.045.627	979.146
Constituição da reserva legal (5%)	(52.282)	(48.957)
Base de cálculo	993.345	930.189
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**298.004**	**279.057**
b) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	151.301	182.649
Dividendos intercalares	360.066	324.000
Dividendos adicionais propostos	457.279	393.189
Subtotal	968.646	899.838
IRRF dos juros sobre o capital próprio	24.699	30.351
Total	**993.345**	**930.189**
Dividendos/juros sobre o capital próprio antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00):**	1,5218031188	1,4250471146

Os dividendos adicionais propostos, no valor de R$ 457.279, correspondem a R$ 0,7005499732 por ação, serão pagos após deliberação da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações contábeis.

A destinação do lucro líquido do exercício foi refletida nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	2007					2006
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	89.037	7.915	6.549	37.909	141.410	126.889
Administradores	-	-	-	10.878	10.878	8.474
Material	19.640	240	44	1.347	21.271	22.220
Serviço de terceiro	42.176	2.037	863	29.969	75.045	67.727
Combustível p/produção de energia	118.684	-	-	-	118.684	95.575
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	71.127	-	-	-	71.127	26.830
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	169.161	-	169.161	162.625
Depreciação e amortização	174.910	-	2	1.609	176.521	159.004
Seguros	6.020	494	-	284	6.798	6.097
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	-	-	5.315	5.315	7.351
Contribuições setoriais	-	-	1.988	208	2.196	2.330
Taxa de fiscalização	-	-	-	6.782	6.782	8.011
Contribuições e doações	222	54	16	6.889	7.181	5.319
Outros	4.556	90	415	12.526	17.587	26.273
	526.372	**10.830**	**179.038**	**113.716**	**829.956**	**724.725**

	Consolidado					
	2007					2006
	Custos		Despesas			
	Produção e Comercializ.	Serviços Prestados	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	89.370	7.915	6.549	38.485	142.319	127.686
Administradores	-	-	-	12.356	12.356	9.944
Material	21.589	240	50	1.421	23.300	23.897
Serviço de terceiro	50.384	2.037	1.134	33.984	87.539	78.240
Combustível p/produção de energia	126.960	-	-	-	126.960	102.070
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	89.756	-	-	-	89.756	38.326
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	205.762	-	205.762	202.545
Depreciação e amortização	219.117	-	2	10.000	229.119	208.364
Seguros	7.146	494	-	284	7.924	7.561
Indenizações trabalhistas e a terceiros	-	-	-	5.315	5.315	7.355
Contribuições setoriais	-	-	2.701	307	3.008	2.803
Taxa de fiscalização	-	-	-	8.117	8.117	9.419
Contribuições e doações	295	54	16	7.420	7.785	9.714
Outros	5.012	90	543	12.432	18.077	28.200
	609.629	**10.830**	**216.757**	**130.121**	**967.337**	**856.124**

26 – (CONSTITUIÇÃO) REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS, LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Benefícios pós-emprego	818	(7.881)	818	(7.881)
Contingências cíveis	(4.644)	23.520	(6.746)	23.078
Contingências tributárias	1.213	(1.600)	1.213	(1.600)
Contingências trabalhistas	1.653	(1.442)	1.653	(1.442)
Outras	702	(702)	833	(702)
	(258)	**11.895**	**(2.229)**	**11.453**

27 – GANHOS EM AÇÕES JUDICIAIS

Em 2007, foi reconhecido o ganho de R$ 3.700, decorrente do trânsito em julgado de decisão favorável no processo que se discutia a redução da alíquota de retenção do Seguro Acidente do Trabalho - SAT.

No exercício de 2006, a Companhia e sua controlada CEM obtiveram ganhos em ações judiciais no valor de R$ 87.535 e R$ 1.152, respectivamente, pelo trânsito em julgado de decisão favorável ao afastamento da base de cálculo da contribuição ao PIS e a COFINS. Também em 2006, a Tractebel Energia obteve ganho judicial, no valor de R$ 5.815, relativo a acordo efetuado em ação declaratória pelo pagamento indevido de seguro garantia em processo de concorrência internacional para importação de energia da Argentina.

28 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	44.591	42.771	60.358	55.487
Juros sobre valores a receber	10.943	24.910	11.175	24.774
Variação monetária sobre depósitos judiciais	14.421	12.489	16.621	14.364
Variação monetária sobre contas a receber e outras	5.756	2.726	5.756	2.738
Outras	6.314	9.865	6.692	10.303
	82.025	**92.761**	**100.602**	**107.666**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	82.539	96.970	124.841	151.360
Encargos sobre concessão ANEEL	-	-	20.187	18.039
Encargos sobre passivo atuarial	44.206	49.480	44.206	49.480
Encargos sobre provisões operacionais, líquidos	3.775	1.973	3.854	1.974
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	2.856	332	4.906	364
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	18.058	6.590	22.103	8.949
Variação monetária sobre Concessão ANEEL	-	-	14.115	6.941
Variação monetária outras	3.665	4.671	3.966	4.703
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(54.532)	(25.138)	(54.532)	(25.138)
Perdas com operações de *swaps* cambiais	21.551	17.441	21.551	25.684
CPMF	14.483	11.786	19.947	15.565
Outras	7.926	5.218	10.111	5.953
	144.527	**169.323**	**235.255**	**263.874**
	62.502	**76.562**	**134.653**	**156.208**

29 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a)Gestão de risco

a.1) Risco de Mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê de Gestão Financeira, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado.

Em novembro de 2007, a Companhia liquidou sua última operação *swap* no mercado de balcão, onde a variação cambial de empréstimos e financiamentos era trocada pela variação do CDI.

O resultado dessas operações está apresentado na despesa financeira na rubrica "Perdas com operações de *swaps* cambiais".

a.2) Risco de Crédito

Nos contratos bilaterais de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia busca minimizar o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Nas transações de venda para clientes industriais, os chamados Consumidores Livres, para minimizar o risco de crédito diante desses parceiros comerciais, a Companhia, através de sua área de crédito, procede a uma análise de crédito prévia e estabelece, em conjunto com o Comitê de Crédito, o limite de crédito e garantias a serem exigidas das contrapartes.

Nas operações no mercado financeiro, a Companhia também possui limites de crédito com as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê de Gestão Financeira, com base em avaliação interna e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado na Nota 4, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de créditos para instituições financeiras.

b) Valor de mercado

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores de mercado e os valores contábeis, principalmente em virtude de estes instrumentos financeiros possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos significativamente baixos em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes, ou cotações do mercado internacional, quando disponíveis.

	Controladora			
	2007		2006	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda estrangeira	299.197	322.316	388.401	363.812
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda nacional	117.360	116.564	211.948	215.188
Debêntures	592.440	483.202	215.004	195.865
	1.008.997	**922.082**	**815.353**	**774.865**

	Consolidado			
	31.12.2007		31.12.2006	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda estrangeira	299.197	322.316	388.401	363.812
Empréstimos/financiamentos e encargos em moeda nacional	792.558	721.916	527.929	456.127
Debêntures	721.479	601.958	361.178	332.301
	1.813.234	**1.646.190**	**1.277.508**	**1.152.240**

30 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui contratos com suas controladas, conforme a seguir especificados:

Itá Energética S. A. – ITASA
Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela Companhia, de 61 MW médios de energia de propriedade da ITASA na Usina Hidrelétrica Itá, sendo regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16.10.2030, reajustado anualmente pela variação do Dólar acrescido da inflação norte americana.

Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da Usina Hidrelétrica ITÁ, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16.10.2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M.

Companhia Energética Meridional – CEM
Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com vigência até 2015, para aquisição da energia elétrica produzida na UHE Cana Brava. O contrato estabelece a aquisição, pela Companhia, no montante anual de 2.395.903 MWh. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da CEM não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da UHE Cana Brava, com vigência até o término da concessão da usina e valores reajustáveis anualmente pelo IGP-M, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento.

Lages Bioenergética Ltda.
Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com o objetivo de regular a compra, pela controlada, de até 26 MW médios mensais de energia elétrica de propriedade da Companhia, com vigência até 31.03.2017.

Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação de serviços de administração operacional, em virtude da Lages não possuir quadro próprio de empregados. O valor contratual é reajustado anualmente pelo IGP-M.

Contrato de Operação e Manutenção da Unidade de Co-geração Lages, com término em 31.03.2012, através do qual a Companhia se obriga a operar e efetuar as manutenções do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base na variação da remuneração definida em Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Companhia.

Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Companhia Energética São Salvador – CESS
Contrato com vigência por prazo indeterminado, que tem por finalidade a prestação, pela Companhia, dos serviços de gerenciamento, planejamento, controle e administração econômica, contábil, fiscal, jurídica e financeira da controlada. O valor contratual é reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

Suez-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)
Em 17.04.2007, a Companhia celebrou contrato com a Suez-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria em assuntos específicos por parte daquela empresa. A contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária - A.G.E. realizada em 17.04.2007, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 36 meses, condicionada a sua revalidação, pelos acionistas minoritários, a cada período de 12 meses, em Assembléia convocada para este fim. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000 EUROS, devendo os serviços executados e respectivos honorários ser submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários.

Os valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado estão abaixo indicados:

	2007							2006
	SESA[a]	CEM	ITASA	LAGES	TBLC [b]	CESS[c]	Total	Total
Ativo								
Contas a receber	12	338	1.715	800	53.124	62	**56.051**	**17.732**
Dividendos a receber de controladas	-	61.363	3.429	4.929	21.285	-	**91.006**	**103.021**
Passivo								
Fornecedores	-	33.372	9.945	8	6.387	-	**49.712**	**42.068**
Dividendos e juros s/ o capital próprio	365.602	-	-	-	-	-	**365.602**	**327.989**

	2007								2006
	SUEZ[d]	DELTA	CEM	ITASA	LAGES	TBLC [b]	CESS[c]	Total	Total
Resultado									
Receita operacional									
Suprimento de Energia	-	-	-	-	5.801	323.593	-	**329.394**	**142.121**
Serviços									
Administração	-	-	681	-	107	26	389	**1.203**	**759**
Oper. e manut.	-	-	1.790	10.167	1.484	-	-	**13.441**	**12.995**
Custo de Energia Elétrica									
Compra energia	-	-	277.017	116.136	-	-	-	**393.153**	**382.798**
Outros	-	-	-	-	31	-	-	**31**	**18**
Despesas Operacionais									
Gerais e Administrativas	2.540	-	-	-	-	-	-	**2.540**	**-**
Financeiro									
Receita financeira	-	-	-	-	-	-		**-**	**213**
Resultado de Participações Societárias	-	(31)	94.978	12.149	7.929	64.066	-	**179.091**	**113.538**

(a) Suez Energy South America Participações
(b) Tractebel Energia Comercializadora
(c) Companhia Energética São Salvador
(d) Suez-Tractebel S.A.

31 – GARANTIAS A TERCEIROS

Itá Energética S.A. - ITASA

A Companhia e demais acionistas da ITASA são intervenientes nos contratos firmados entre a investida, BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE Itá. As intervenientes deram, em caução, a totalidade das ações de emissão da ITASA, de suas propriedades, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 é de R$ 209.041 (R$ 243.059 em 31.12.2006).

Companhia Energética Meridional - CEM

A Tractebel Energia é interveniente no Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, celebrados entre a controlada CEM e o BNDES. Como interveniente, a Companhia assumiu as obrigações em relação aos contratos:

- garantir o pagamento antecipado nas seguintes hipóteses exclusivas: a) de extinção da concessão por motivo imputável à CEM, aos intervenientes ou suas controladas, coligadas ou controladoras; e b) celebração de acordo com o Poder Concedente pela CEM, pelos intervenientes ou por qualquer uma de suas controladas, coligadas ou controladoras, visando à extinção da concessão;

- ceder ao BNDES quaisquer valores resultantes de indenização recebida em função da extinção da concessão da UHE Cana Brava, pelo Poder Concedente.

Além das obrigações acima especificadas, a Tractebel Energia deu ao BNDES, em caução, a totalidade das ações de sua propriedade, representativas do capital social da CEM, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 totaliza R$ 156.109 (R$ 180.511 em 31.12.2006).

Lages Bioenergética Ltda.
A Companhia é interveniente fiadora no Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre a Lages Bioenergética e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, tendo cedido, em caução, as quotas de participação no capital social da controlada, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas no referido contrato. A dívida em 31.12.2007 totaliza R$ 31.877 (R$ 38.585 em 31.12.2006).

Companhia Energética São Salvador – CESS
A Companhia é interveniente nos contratos firmados entre a investida e o BNDES e outros agentes financeiros, vinculados à construção da UHE São Salvador. A interveniente deu, em caução, a totalidade das ações de emissão da CESS, de sua propriedade, até a liquidação final de todas as obrigações assumidas nos referidos contratos. A dívida em 31.12.2007 é de R$ 407.210.

32 – SEGUROS

A Companhia possui apólice de seguros abrangente de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 3.570.974 mil, equivalentes a R$ 6.325.266 em 31.12.2007, e de lucro cessante com valor declarado de US$ 42.458 mil, equivalentes a R$ 75.206 em 31.12.2007. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000 mil, equivalentes a R$ 442.825 em 31.12.2007, por evento.

A apólice e os valores acima se referem aos bens do patrimônio da Companhia. A UHE Cana Brava, cuja concessão pertence à controlada Companhia Energética Meridional - CEM, está incluída na apólice da Tractebel Energia com valor declarado para danos materiais de US$ 278.569 mil, equivalentes a R$ 493.429 em 31.12.2007.

Além dessas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 88.565 em 31.12.2007. Estas apólices incluem a UHE Itá, construída e explorada em consórcio com a controlada em conjunto ITASA.

A controlada Lages Bioenergética Ltda. possui seguro de riscos operacionais com cobertura de US$ 25.000 mil equivalentes a R$ 44.283 em 31.12.2007, e possui também, apólice de responsabilidade civil com cobertura de US$ 50.000 mil, equivalentes a R$ 88.565 em 31.12.2007.

A Companhia Energética São Salvador – CESS, controlada da Tractebel Energia desde 01.05.2007, possui apólice de seguros de riscos de engenharia com cobertura de manutenção ampla de 12 meses, com limite máximo de indenização de R$ 701.880. A CESS possui ainda, duas apólices de responsabilidade civil com coberturas de R$ 22.200 cada.

Além destes seguros estratégicos, a Tractebel Energia possui seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade para conselheiros, diretores e administradores extensivo as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

33 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de longo prazo, dentre os quais se destacam:

a) Contrato de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Tractebel Energia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro.

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

A Companhia tem contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, empresas transmissoras e Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, com vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Tractebel Energia ou a extinção das empresas transmissoras e distribuidoras, o que ocorrer primeiro.

c) Contratos Bilaterais de Venda de Energia Elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está quase totalmente contratada até 2008 e com parcela significativa contratada em 2009 e 2010.

d) Compra de Energia Elétrica da Argentina

A Companhia firmou contrato com a CIEN – Companhia de Interconexão Energética, por um prazo de 20 anos, a partir de 21.06.2000, para a compra de 300 MW de potência firme com energia associada, para ser disponibilizada na subestação de Itá, da ELETROSUL. No mês de março de 2005, a ANEEL realizou fiscalização para verificar as condições de garantia de entrega física da UTE Uruguaiana e das Interconexões de Garabi (CIEN), onde foi constatada a indisponibilidade de efetiva geração e transporte de energia elétrica pelos agentes fiscalizados, nos montantes contratados. Em decorrência deste fato, o Ministério de Minas e Energia expediu Portaria, definindo novos valores de garantia física dos respectivos empreendimentos de geração e interconexões.

Em 01.04.2005, foi publicada Resolução Normativa ANEEL estabelecendo os critérios a serem utilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na determinação dos limites de disponibilidade de geração e de garantia física de energia para a UTE Uruguaiana e para as Interconexões de Garabi. Com base nos referidos atos normativos, o valor da garantia física originalmente atribuído à CIEN para o atendimento do contrato de 300 MW foi reduzido para, aproximadamente, 72 MW. Em razão do modo como o contrato está registrado na CCEE, esta redução deixaria a Companhia sujeita às penalidades previstas na legislação setorial, por insuficiência de lastro físico, além da exposição ao mercado de curto prazo da CCEE, o que a levou a firmar contrato para compra da energia elétrica correspondente de outro agente. Por força do ocorrido, a Companhia entende que ficou caracterizado inadimplemento contratual por parte da CIEN, e que multas e ressarcimentos previstos no contrato tornaram-se devidos à Companhia. Assim, baseada em dispositivos contratuais que determinam que os valores constantes das faturas emitidas pela CIEN já devem ser líquidos de todos os montantes por elas devidos à Companhia, a título de multas e ressarcimentos (o que não vem sendo feito pela CIEN com relação a nenhuma das faturas por ela emitidas sob o contrato desde a redução de sua garantia física), a Companhia não vem efetuando o pagamento das referidas faturas, desde março de 2005, por serem tais faturas consideradas inábeis.

Em 20.06.2006, a ANEEL, através de Resolução Normativa, reduziu a zero os valores de garantia física de energia elétrica oriunda de importação da CIEN em decorrência da impossibilidade de fornecimento de energia elétrica por parte desta empresa. Esta redução será mantida até que a CIEN comprove a existência de disponibilidade de energia.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul – MSGÁS, com vigência de cinco anos a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona, localizada em Campo Grande – MS, renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato em 22 de maio de 2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém, a MSGás comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petrobras, vendedora do gás para a MSGás.

Ante a ameaça da Petrobras de cortar o suprimento de gás para a Usina, a Companhia ajuizou medida cautelar contra a MSGás e a Petrobras, com pedido de antecipação de tutela, que foi deferida para obrigar a manutenção do fornecimento do gás, nos termos do contrato.

A Companhia também ajuizou ação ordinária visando a renovação do contrato por mais um período, cujo processo está tramitando no Poder Judiciário da Comarca do Mato Grosso do Sul.

Em recente recurso ajuizado perante o Superior Tribunal de Justiça, a Petrobras obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento de gás para a Usina.

Em conseqüência, a Companhia tem comprado energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE para suprir o lastro de energia vendida de Arjona. Alternativamente, está sendo avaliada a viabilidade da usina operar com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

34 – ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA - LEI 6.404/1976

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15.12.1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, com vigência a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações podem ser sumarizadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC;

- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA;

- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para atender às práticas contábeis;

- Criação de dois novos subgrupos de contas: Intangível, no Ativo Permanente e Ajustes de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, principalmente instrumentos financeiros; registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial; ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiveram vinculadas à efetiva transferência de controle;

- Normatização de novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos;

- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;

- Alteração dos parâmetros de avaliação de coligadas pelo método de equivalência patrimonial;

- Introdução do conceito sociedade de grande porte;

A Companhia já vem apresentando a DFC e a DVA como informações suplementares às demonstrações contábeis divulgadas, e a segregação do Intangível, no Ativo Permanente.

Em razão dessas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de normatização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que as alterações introduzidas pela nova lei poderiam resultar em suas demonstrações contábeis e nos resultados dos exercícios seguintes.

35 – EVENTO SUBSEQÜENTE

A Tractebel Energia S.A. e sua controlada integral Companhia Energética Meridional – CEM, comunicaram através de Fato Relevante publicado em 24.01.2008, que seus Conselhos de Administração submeterão aos seus acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada, a incorporação, pela Tractebel Energia, de sua subsidiária integral CEM, mediante a versão do patrimônio líquido da CEM, a valor contábil.

A incorporação pretendida objetiva a simplificação da estrutura societária do grupo, mediante a reestruturação societária e patrimonial concernente na operação de incorporação da CEM pela Tractebel Energia, a qual não só reduzirá a estrutura organizacional atual, diminuindo custos, aumentando o valor para os acionistas, racionalizando e otimizando os investimentos, bem como facilitará a unificação, padronização e aperfeiçoamento da administração geral dos negócios das sociedades envolvidas e permitirá a eliminação dos custos de negociação que a manutenção das duas companhias impõe.

O Protocolo de Incorporação de Ações e Sociedade e Instrumento de Justificação foi firmado entre as partes e a proposta de incorporação foi previamente aprovada pelo Conselho de Administração das Companhias e pelos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da CEM.

Adicionalmente, a ANEEL, através de Resolução autorizativa, anuiu a transferência da concessão de geração da Usina Hidrelétrica Cana Brava – UHCB para a Tractebel Energia, em virtude da referida incorporação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Beeuwsaert
Conselheiro

Pierre Michel Philippe Chareyre
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Marc Verstraete
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Comercialização e Negócios e Diretor de Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 S-SC

Parecer dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual e consolidado, da Tractebel Energia S.A. ("Sociedade" ou "controladora") e controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tractebel Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Sociedade e suas controladas, não são requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis básicas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, tomadas em conjunto.

5. As demonstrações contábeis básicas e as demonstrações suplementares dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, em 05 de fevereiro de 2007, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5 (S) SC

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Newton de Lima Azevedo Junior, Paulo de Resende Salgado e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, incluindo as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração relativos ao exercício de 2007, e com base no parecer dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu emitido em 01/02/08, declaram que o Relatório Anual da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S/A em 31 de dezembro de 2007, estando em condições de ser apreciado pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2008

Newton de Lima Azevedo Junior
Conselheiro Presidente

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL
Tractebel Energia S.A.

REDAÇÃO, EDIÇÃO E TRADUÇÃO
MZ Corporate Communications

REVISÃO
Assessoria de Comunicação
Departamento de Relações com Investidores
Mario Benevides

DESIGN, DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
MZ Design

IMAGENS
Acervo Tractebel Energia
Shutterstock

IMPRESSÃO
Atrativa Indústria Gráfica



Tractebel Energia

SUEZ

Rua Antônio Dib Mussi, 366
CEP 88015-110 | Florianópolis | SC
Tel.: 48 3221-7000
Fax.: 48 3221-7001